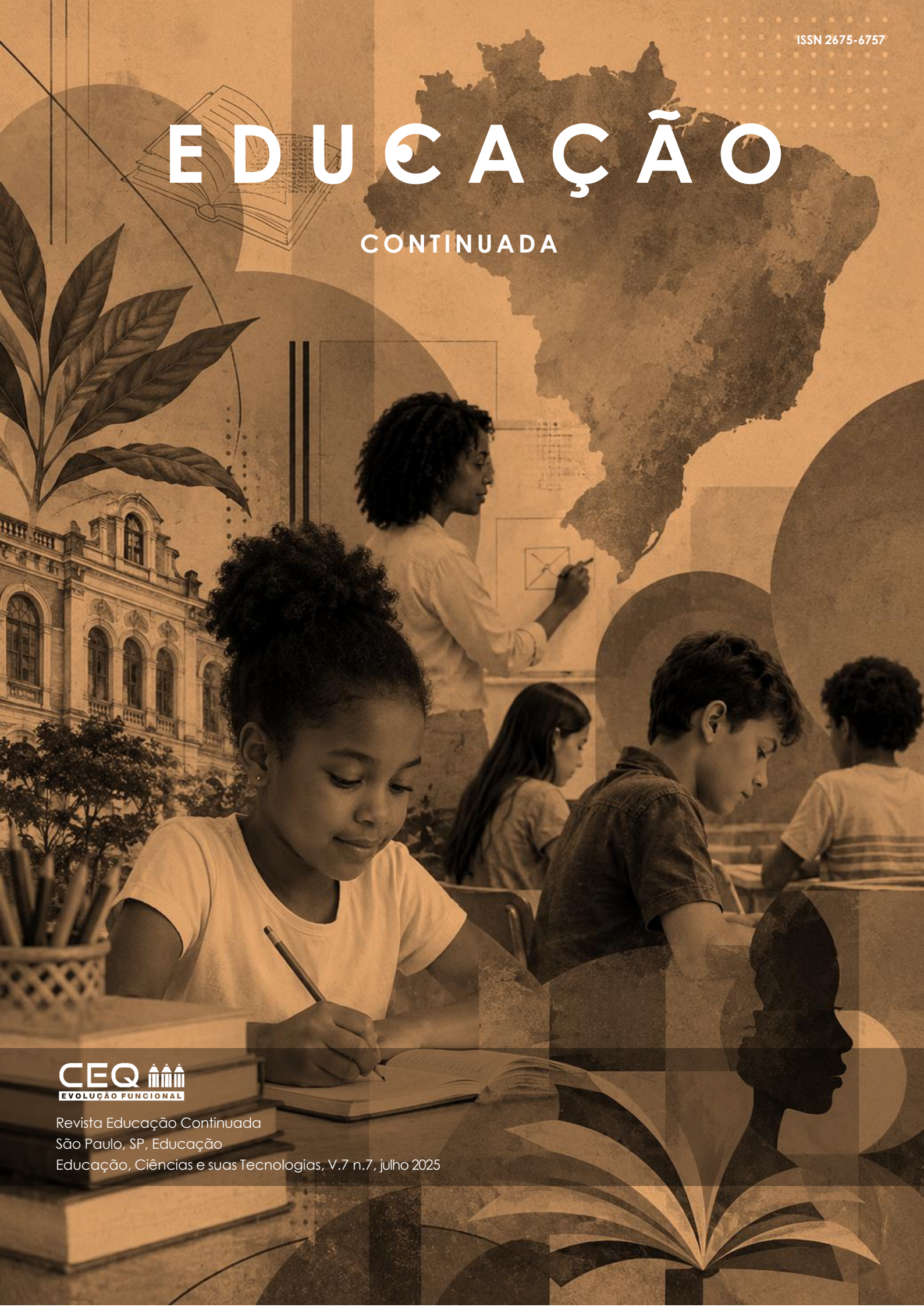


# EDUCAÇÃO

CONTINUADA



**CEQ**   
EVOLUÇÃO FUNCIONAL

Revista Educação Continuada  
São Paulo, SP, Educação  
Educação, Ciências e suas Tecnologias, V.7 n.7, julho 2025

# Revista Educação Continuada

## Educação, Ciências e suas Tecnologias

São Paulo - SP, V.7 n.7, julho 2025

### Conselho Editorial

Prof. Me. Enésio Marinho da Silva  
Prof. Dr. Flávio da Silva  
Prof. Me. Jonathan Estevam Marinho  
Me. André Santana Mattos

### Comissão Científica

Prof. Dr. Flávio da Silva  
Prof. Me. Jonathan Estevam Marinho  
Prof. Me. Marcos Roberto dos Santos  
Profa. Esp. Maria Aparecida Alves Xavier  
Prof. Dr. André Magalhães Coelho

### Revisão e Editoração

Prof. Me. Jonathan Estevam Marinho

### Direção Institucional

Prof. Me. Enésio Marinho da Silva

E24

Revista Educação Continuada (Eletrônica) / [Editor Chefe]  
Prof. Me. Enésio Marinho da Silva - Vol.7, n.7 (julho, 2025) - CEQ Educacional  
- São Paulo (SP): Editora CEQ Educacional,

125p.: Il color

Mensal

Modo de acesso: <https://app.periodikos.com.br/journal/educont/article/69710e0da953951ee479a605>

ISSN 2675-6757 (On-line)

Data de publicação: 31/07/2025

1. Ciências Humanas; 2. Educação; 3. Tecnologias de Aprendizagem;  
I. Título

CDU 37/49  
CDD 372.358

Bibliotecário Responsável: Emerson Gustavo Nifa | SP-010281/O



# SUMÁRIO

p. 5 - 13

**PRÁTICAS PARA LIDAR COM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: ESTRATÉGIAS INCLUSIVAS E PEDAGÓGICAS EFICAZES**

Autor(a): Bianca Arantes Martins de Souza

p. 14 - 25

**O ENSINO DE HISTÓRIA NO ENSINO FUNDAMENTAL 1: FORMAÇÃO CRÍTICA E CIDADANIA INFANTIL**

Autor(a): Bianca Arantes Martins de Souza

p. 26 - 30

**AS DEFINIÇÕES DAS CORES: ORGANIZAÇÃO E HARMONIA NO CÍRCULO CROMÁTICO**

Autor(a): Priscila De Freitas Luiz Inone

p. 31 - 36

**EDUCAÇÃO MUSICAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL**

Autor(a): Aldevina Custodio Luiz

p. 37 - 41

**CONHECENDO O NEO-REALISMO: TRANSIÇÕES CULTURAIS E MOVIMENTOS SUBSEQUENTES**

Autor(a): Priscila De Freitas Luiz Inone

p. 42 - 46

**FUNDAMENTOS DO SOCIOINTERACIONISMO: BASES TEÓRICAS, DESENVOLVIMENTO E IMPLICAÇÕES EDUCACIONAIS**

Autor(a): Jaqueline Silva Almeida Jordão

p. 47 - 51

**APRENDIZAGEM DA ESCRITA: PRESSUPOSTOS INTRODUTÓRIOS**

Autor(a): Jessica Ferreira Da Silva

p. 52 - 56

**A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA SEXUALIDADE: A PERSPECTIVA CRISTÃ SOBRE A SEXUALIDADE HUMANA**

Autor(a): Jessica Ferreira Da Silva

p. 57 - 62

**A ZONA DE DESENVOLVIMENTO PROXIMAL (ZDP): FUNDAMENTOS TEÓRICOS E IMPLICAÇÕES**

Autor(a): Maria Clebia De Araujo Carneiro

p. 63 - 72

**OS ALICERCES LINGÜÍSTICOS DA ALFABETIZAÇÃO: CONCEITOS FUNDAMENTAIS PARA A COMPREENSÃO DO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DA LEITURA E DA ESCRITA**

Autor(a): Maria Clebia De Araujo Carneiro

p. 73 - 77

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS (LOCAL, ESTADUAL E NACIONAL): ANÁLISE DAS ESTRUTURAS E DESAFIOS NO BRASIL**

Autor(a): Maria Clebia De Araujo Carneiro

p. 78 - 86

**A CRIANÇA E SEU PROTAGONISMO NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM: DESENVOLVIMENTO DO LINGUAGEM E LETRAMENTO INFANTIL**

Autor(a): Erlanda Santos Sousa

p. 87 - 95

**O TEA E AS CONTRIBUIÇÕES DO NEUROPSICOPEDAGOGO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Autor(a): Erlanda Santos Sousa

p. 96 - 104

**A CONTRIBUIÇÃO DAS ARTES NOS ASPECTOS EMOCIONAIS E EDUCACIONAIS: IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCATIVO**

Autor(a): Erlanda Santos Sousa

p. 105 - 112

**SEGURANÇA E VULNERABILIDADES DE CRIANÇAS E BEBÊS NAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

Autor(a): Cynthia Da Silva Rocha

p. 113 - 120

**O PODER TRANSFORMADOR DA LEITURA NA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE METAFÓRICA A PARTIR DA PERSONAGEM BELA, DE "A BELA E A FERA"**

Autor(a): Maria Clarice Silva

p. 121 - 132

**TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

Autor(a): Fernanda Machado Batista

p. 133 - 143

**FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: DESAFIOS E IMPORTÂNCIA NA PRÁTICA PEDAGÓGICA**

Autor(a): Fernanda Machado Batista

p. 144 - 155

**AValiação DA APRENDIZAGEM: PRÁTICAS, DESAFIOS E NOVAS PERSPECTIVAS**

Autor(a): Fernanda Machado Batista

## PRÁTICAS PARA LIDAR COM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: ESTRATÉGIAS INCLUSIVAS E PEDAGÓGICAS EFICAZES

**Autor(a):** Bianca Arantes Martins de Souza

### Resumo

Este artigo aborda as dificuldades de aprendizagem na Educação Especial, destacando a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas que considerem as particularidades de cada aluno. O problema central reside na complexidade dessas dificuldades, que envolvem aspectos cognitivos, emocionais e sociais, e na busca por estratégias eficazes para promover a aprendizagem significativa. O objetivo é analisar e apresentar práticas pedagógicas que favoreçam a inclusão e o desenvolvimento integral dos estudantes com necessidades específicas. A abordagem teórica enfatiza a importância do papel do professor como mediador, o uso de metodologias ativas, recursos adaptados, tecnologias assistivas e a criação de ambientes acolhedores que promovam a autoestima e a autonomia dos alunos. A metodologia inclui a análise de práticas multidisciplinares e a valorização da parceria entre escola e família como elementos essenciais para o sucesso das intervenções. Os resultados indicam que a adoção de estratégias diversificadas e a flexibilização curricular contribuem para tornar o ensino mais acessível e justo, respeitando as diferenças individuais. Conclui-se que o compromisso, o planejamento e a formação continuada dos profissionais são fundamentais para garantir uma Educação Especial inclusiva, que reconheça e potencialize as capacidades de cada estudante.

**Palavras-chave:** educação especial; dificuldades de aprendizagem; inclusão.

### INTRODUÇÃO

A Educação Especial tem como principal objetivo garantir o direito à aprendizagem para todos os alunos, respeitando suas diferenças e necessidades específicas. Nesse contexto, as dificuldades de aprendizagem se apresentam como um dos principais desafios enfrentados no ambiente escolar, exigindo dos educadores uma postura sensível, reflexiva e comprometida com a inclusão. Essas dificuldades podem se manifestar de diferentes formas, afetando o desempenho acadêmico e a participação do aluno nas atividades escolares.

As dificuldades de aprendizagem não devem ser compreendidas apenas como limitações

individuais, mas sim como fenômenos complexos, que envolvem fatores cognitivos, emocionais, sociais e pedagógicos. Muitas vezes, essas dificuldades estão relacionadas à forma como o ensino é conduzido, ao ambiente escolar e às oportunidades oferecidas ao aluno. Por isso, torna-se fundamental adotar práticas pedagógicas que considerem as particularidades de cada estudante.

Na Educação Especial, o olhar para o aluno deve ser ampliado, valorizando suas potencialidades e não apenas suas dificuldades. Essa perspectiva contribui para a construção de uma educação mais inclusiva, que reconhece a diversidade como um elemento enriquecedor do processo de aprendizagem. Dessa forma, o professor deixa de ser apenas transmissor de conhecimento e passa a atuar como mediador, facilitando o desenvolvimento do aluno.

Outro aspecto importante refere-se à necessidade de adaptação das práticas pedagógicas. O uso de metodologias diversificadas, recursos didáticos diferenciados e estratégias inclusivas permite que o ensino se torne mais acessível e significativo. Além disso, essas práticas contribuem para a participação ativa do aluno, favorecendo seu desenvolvimento cognitivo e social.

A inclusão escolar também envolve a criação de um ambiente acolhedor, no qual o aluno se sinta seguro para aprender e se expressar. O aspecto emocional desempenha um papel fundamental nesse processo, uma vez que dificuldades de aprendizagem podem gerar sentimentos de frustração, insegurança e desmotivação. Nesse sentido, o apoio do professor e o incentivo constante são essenciais para fortalecer a autoestima do aluno.

A participação da família é outro fator relevante no processo de aprendizagem. A parceria entre escola e família possibilita uma melhor compreensão das necessidades do aluno, além de contribuir para a continuidade das estratégias adotadas no ambiente escolar. Essa colaboração fortalece o processo educativo e favorece o desenvolvimento integral da criança.

Além disso, o trabalho multidisciplinar se destaca como uma importante estratégia na Educação Especial. A atuação conjunta de profissionais como psicólogos, fonoaudiólogos e psicopedagogos permite uma abordagem mais completa das dificuldades apresentadas, contribuindo para a elaboração de intervenções mais eficazes. A formação continuada dos professores também é fundamental para o desenvolvimento de práticas inclusivas. Diante das constantes mudanças no contexto educacional, é necessário que os educadores estejam sempre atualizados, buscando novas estratégias e conhecimentos que possam contribuir para a melhoria do ensino.

Outro ponto importante refere-se à flexibilização curricular, que permite adaptar os conteúdos às necessidades dos alunos, sem comprometer a qualidade da educação. Essa prática garante que todos tenham acesso ao conhecimento, respeitando seu ritmo de aprendizagem.

Dessa forma, compreender e lidar com as dificuldades de aprendizagem na Educação Especial exige um olhar atento, planejamento adequado e comprometimento por parte dos profissionais da educação. Trata-se de um processo contínuo, que envolve reflexão, adaptação e busca constante por práticas mais inclusivas.

Portanto, este trabalho tem como objetivo analisar as práticas utilizadas para lidar com dificuldades de aprendizagem na Educação Especial, destacando a importância de estratégias pedagógicas inclusivas e da atuação do professor como mediador do processo educativo. Busca-se, assim, contribuir para a construção de uma educação mais justa, acessível e de qualidade para todos os alunos.

## **DESENVOLVIMENTO**

As práticas voltadas para lidar com dificuldades de aprendizagem na Educação Especial exigem uma abordagem cuidadosa, planejada e centrada nas necessidades individuais de cada estudante. Nesse contexto, é fundamental compreender que cada criança possui seu próprio ritmo de aprendizagem, bem como diferentes formas de compreender e interagir com o mundo, o que demanda estratégias pedagógicas diversificadas e flexíveis.

Inicialmente, destaca-se a importância da avaliação diagnóstica, que permite identificar as dificuldades específicas apresentadas pelo aluno. Essa avaliação não deve ser vista apenas como um instrumento de medição, mas como um recurso essencial para orientar o planejamento pedagógico, possibilitando a elaboração de intervenções mais adequadas e eficazes.

A partir desse diagnóstico, o professor pode desenvolver práticas pedagógicas inclusivas, que considerem as potencialidades do aluno, e não apenas suas limitações. Nesse sentido, é importante valorizar os avanços, por menores que sejam, promovendo a autoestima e o engajamento do estudante no processo de aprendizagem.

Outra prática relevante é o uso de metodologias ativas, que colocam o aluno como protagonista do seu aprendizado. Estratégias como jogos educativos, atividades lúdicas, projetos interdisciplinares e uso de recursos visuais contribuem para tornar o ensino mais dinâmico e acessível, especialmente para alunos com dificuldades de aprendizagem.

O uso de recursos pedagógicos adaptados também é essencial na Educação Especial. Materiais concretos, imagens, vídeos, tecnologias assistivas e atividades diferenciadas podem facilitar a compreensão dos conteúdos, tornando o aprendizado mais significativo. Essas adaptações devem ser planejadas de acordo com as necessidades específicas de cada aluno.

Além disso, a organização do ambiente escolar desempenha um papel importante no processo de aprendizagem. Um espaço acolhedor, estruturado e livre de estímulos excessivos pode favorecer a concentração e a participação dos alunos, especialmente daqueles que apresentam dificuldades de atenção. A atuação do professor como mediador é outro aspecto fundamental. O educador deve acompanhar de perto o desenvolvimento do aluno, oferecendo suporte, orientações e feedback constante. Essa mediação contribui para que o estudante desenvolva autonomia e confiança em suas próprias capacidades.

A parceria entre escola e família também é indispensável. A comunicação constante entre professores e responsáveis permite uma melhor compreensão das necessidades do aluno, além de possibilitar a continuidade das estratégias de aprendizagem no ambiente familiar. Outro ponto importante é o trabalho em equipe multidisciplinar. Profissionais como psicólogos, fonoaudiólogos e psicopedagogos podem contribuir significativamente para o desenvolvimento do aluno, oferecendo suporte especializado e auxiliando na elaboração de estratégias mais eficazes.

A formação continuada dos professores também deve ser destacada, uma vez que a Educação Especial exige conhecimentos específicos e atualização constante. Investir na capacitação docente é essencial para garantir práticas pedagógicas mais inclusivas e eficientes. Além disso, é importante promover a inclusão social dentro da sala de aula, incentivando a interação entre os alunos. Atividades em grupo, dinâmicas colaborativas e projetos coletivos contribuem para o desenvolvimento de habilidades sociais e para a construção de um ambiente mais inclusivo.

O respeito às diferenças deve ser um princípio fundamental na Educação Especial. É necessário reconhecer que cada aluno é único, com suas próprias características, dificuldades e potencialidades, e que o papel da escola é garantir oportunidades de aprendizagem para todos. Outro aspecto relevante é a utilização de estratégias que estimulem a atenção e a concentração, como atividades curtas, pausas durante as tarefas e uso de estímulos variados. Essas práticas podem contribuir para melhorar o desempenho dos alunos com dificuldades de aprendizagem.

A adaptação curricular também se apresenta como uma prática importante, permitindo que os conteúdos sejam trabalhados de forma mais acessível. Isso não significa reduzir a qualidade do ensino, mas sim adequá-lo às necessidades dos alunos. Além disso, o incentivo à autonomia do aluno deve ser constante. O professor deve estimular a participação ativa, encorajando o estudante a tomar decisões e a assumir responsabilidades no seu processo de aprendizagem.

A utilização de reforço positivo é outra estratégia eficaz. Reconhecer os esforços e conquistas do aluno contribui para aumentar sua motivação e autoestima, favorecendo o

aprendizado. Também é importante considerar o aspecto emocional do aluno, uma vez que dificuldades de aprendizagem podem gerar frustração e insegurança. Nesse sentido, o apoio emocional e o acolhimento são fundamentais para o desenvolvimento do estudante.

Por fim, destaca-se que lidar com dificuldades de aprendizagem na Educação Especial requer um olhar sensível, comprometido e inclusivo. Não se trata apenas de ensinar conteúdos, mas de promover o desenvolvimento integral do aluno, respeitando suas individualidades e garantindo seu direito à educação de qualidade.

Dando continuidade às práticas voltadas para o atendimento de alunos com dificuldades de aprendizagem na Educação Especial, é importante destacar a relevância da personalização do ensino como estratégia fundamental para garantir a efetividade do processo educativo. Cada aluno apresenta características únicas, e, portanto, as práticas pedagógicas devem ser adaptadas de acordo com suas necessidades, interesses e potencialidades, promovendo uma aprendizagem mais significativa e inclusiva.

Nesse contexto, o planejamento pedagógico individualizado torna-se uma ferramenta essencial, pois permite ao professor estabelecer objetivos específicos para cada aluno, considerando suas dificuldades e avanços. Esse tipo de planejamento contribui para a organização das atividades e possibilita um acompanhamento mais detalhado do desenvolvimento do estudante ao longo do tempo.

Outro aspecto importante refere-se ao uso da ludicidade como recurso pedagógico. Atividades lúdicas, como jogos, brincadeiras e dinâmicas interativas, facilitam a compreensão dos conteúdos e tornam o aprendizado mais prazeroso. Além disso, essas práticas estimulam a participação ativa dos alunos, favorecendo o desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais e emocionais.

A utilização de tecnologias digitais também tem se mostrado uma estratégia eficaz no atendimento de alunos com dificuldades de aprendizagem. Recursos como aplicativos educativos, jogos digitais e plataformas interativas possibilitam a adaptação dos conteúdos, tornando-os mais acessíveis e atrativos. Além disso, essas ferramentas permitem que o aluno aprenda no seu próprio ritmo, respeitando suas limitações e potencialidades.

Outro ponto relevante é a importância da rotina estruturada no ambiente escolar. A previsibilidade das atividades contribui para a organização mental do aluno, reduzindo a ansiedade e facilitando a adaptação ao ambiente escolar. Uma rotina bem definida também auxilia no desenvolvimento da autonomia e da responsabilidade.

A mediação pedagógica deve ser constante e intencional, com o professor atuando como

facilitador do processo de aprendizagem. É fundamental que o educador esteja atento às dificuldades apresentadas pelo aluno, oferecendo suporte adequado e intervenções sempre que necessário. Essa atuação contribui para o desenvolvimento de estratégias de aprendizagem mais eficazes.

Além disso, o trabalho com diferentes linguagens é essencial para atender às diversas formas de aprendizagem dos alunos. O uso de recursos visuais, auditivos e táteis amplia as possibilidades de compreensão, tornando o ensino mais inclusivo e acessível. A valorização do erro como parte do processo de aprendizagem também deve ser considerada. Em vez de ser visto como um fracasso, o erro deve ser compreendido como uma oportunidade de reflexão e construção do conhecimento. Essa abordagem contribui para reduzir a ansiedade e incentivar a persistência do aluno.

Outro aspecto importante é o desenvolvimento das funções executivas, como atenção, memória e controle inibitório. Atividades que estimulam essas habilidades podem contribuir significativamente para a melhoria do desempenho acadêmico dos alunos com dificuldades de aprendizagem. A construção de um ambiente emocionalmente seguro é fundamental para o desenvolvimento do aluno. Quando a criança se sente acolhida e respeitada, ela tende a participar mais ativamente das atividades e a desenvolver maior confiança em suas capacidades.

A participação da família no processo educativo continua sendo um fator determinante para o sucesso das intervenções pedagógicas. O envolvimento dos responsáveis permite a continuidade das estratégias adotadas na escola, fortalecendo o processo de aprendizagem. O trabalho colaborativo entre professores também deve ser incentivado, pois a troca de experiências e conhecimentos contribui para o aprimoramento das práticas pedagógicas. A atuação em equipe favorece a construção de estratégias mais eficazes e inovadoras.

Além disso, é importante considerar a necessidade de flexibilização das avaliações, adaptando os instrumentos avaliativos às necessidades dos alunos. Avaliações diferenciadas permitem uma melhor compreensão do desempenho do estudante, evitando que suas dificuldades interfiram de forma negativa nos resultados. A inclusão de práticas que estimulem a autonomia e a independência do aluno deve ser constante. O desenvolvimento dessas habilidades é fundamental para a formação de indivíduos mais seguros e capazes de enfrentar desafios.

Outro ponto relevante é o incentivo à socialização, promovendo a interação entre os alunos por meio de atividades em grupo. Essas experiências contribuem para o desenvolvimento de habilidades sociais e para a construção de relações interpessoais saudáveis. A formação contínua dos profissionais da educação deve ser vista como uma prioridade, uma vez que o contexto da

Educação Especial está em constante transformação. A atualização dos conhecimentos permite a adoção de práticas mais eficazes e alinhadas às necessidades dos alunos.

Também é importante considerar o papel das políticas públicas na promoção da educação inclusiva. Investimentos em formação, recursos e infraestrutura são essenciais para garantir o atendimento adequado aos alunos com dificuldades de aprendizagem. Por fim, destaca-se que o sucesso das práticas pedagógicas na Educação Especial depende de um conjunto de fatores, que envolvem o comprometimento dos profissionais, o apoio da família e a oferta de recursos adequados. Trata-se de um processo contínuo, que exige reflexão, adaptação e sensibilidade por parte de todos os envolvidos. Dessa forma, lidar com dificuldades de aprendizagem na Educação Especial não é apenas um desafio, mas também uma oportunidade de promover uma educação mais justa, inclusiva e humanizada, que respeite as diferenças e valorize o potencial de cada indivíduo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do exposto ao longo deste trabalho, torna-se evidente que lidar com dificuldades de aprendizagem na Educação Especial exige uma abordagem ampla, sensível e comprometida com o desenvolvimento integral do aluno. Não se trata apenas de identificar limitações, mas de compreender o sujeito em sua totalidade, considerando seus aspectos cognitivos, emocionais e sociais.

As práticas pedagógicas inclusivas se mostram fundamentais nesse processo, pois possibilitam a adaptação do ensino às necessidades individuais dos alunos. Estratégias como o uso de metodologias ativas, recursos pedagógicos diversificados, tecnologias assistivas e atividades lúdicas contribuem significativamente para tornar o aprendizado mais acessível e significativo.

Além disso, a atuação do professor como mediador do conhecimento é essencial, uma vez que cabe a ele identificar as dificuldades, propor intervenções adequadas e acompanhar o desenvolvimento do aluno. A sensibilidade, a escuta ativa e o comprometimento do educador fazem toda a diferença no processo de aprendizagem.

Outro ponto importante refere-se à necessidade de um ambiente escolar acolhedor e inclusivo, no qual o aluno se sinta respeitado e valorizado. O aspecto emocional desempenha um papel fundamental, pois dificuldades de aprendizagem muitas vezes estão associadas a sentimentos de insegurança, frustração e baixa autoestima.

A parceria entre escola e família também se destaca como um fator indispensável para o sucesso das práticas educativas. O diálogo constante e o envolvimento dos responsáveis contribuem para a continuidade das estratégias adotadas, favorecendo o desenvolvimento do aluno em diferentes contextos. Além disso, o trabalho multidisciplinar se apresenta como um importante aliado, permitindo uma abordagem mais completa das dificuldades apresentadas. A atuação conjunta de diferentes profissionais contribui para a elaboração de estratégias mais eficazes e direcionadas.

Cabe ressaltar também a importância da formação continuada dos professores, visto que a Educação Especial exige constante atualização e aprimoramento das práticas pedagógicas. Investir na capacitação dos educadores é essencial para garantir uma educação de qualidade e verdadeiramente inclusiva. Outro aspecto relevante diz respeito à necessidade de flexibilização curricular e avaliativa, respeitando o ritmo e as particularidades de cada aluno. Avaliar de forma justa significa considerar os avanços individuais e não apenas comparar desempenhos.

Nesse sentido, é fundamental compreender que cada aluno possui potencialidades que devem ser valorizadas. A educação inclusiva não deve focar apenas nas dificuldades, mas sim nas possibilidades de desenvolvimento e aprendizagem. Por fim, conclui-se que enfrentar as dificuldades de aprendizagem na Educação Especial é um desafio que requer esforço coletivo, planejamento e sensibilidade. No entanto, é também uma oportunidade de transformar a prática educativa, tornando-a mais humana, justa e inclusiva. Dessa forma, promover uma educação que respeite as diferenças e valorize a diversidade é um compromisso fundamental para a construção de uma sociedade mais igualitária, na qual todos tenham acesso ao conhecimento e às oportunidades de desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL, Atendimento Educacional Especializado: Brasília 2007.
- BRASIL, Revista da Educação Especial/Secretaria da Educação Especial v. 1 n. 1 out 2005-Brasília 2008.
- CARNEIRO, M.A. O acesso de alunos com deficiências às escolas e classes comuns: possibilidades e limitações .4.ed.Petrópolis: Vozes, 2013.
- CARVALHO, R.E. Educação inclusiva: com pingos nos “is”.8.ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.
- CUNHA, C. A práticas Pedagógicas na Educação Inclusiva. 5. ed. São Paulo: 2015.
- DUEK, V.P. Formação continuada: análise dos recursos e estratégias de ensino para a educação

- inclusiva sob a ótica docente. Educação em Revista. Educ. rev. vol. 30 no.2 Belo Horizonte, April/June, 2014.
- FIGUEIREDO, R.V. de. A formação de professores para inclusão dos alunos no espaço pedagógico da diversidade. In: MANTOAN, M.T.E. (Org). O desafio das diferenças nas escolas. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2013. cap.8, p.141-145.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 297 p. ISBN 85-224-5758-8.
- MACHADO, R. Educação inclusiva: revisar e refazer a cultura escolar. In: MANTOAN, M.T.E. (Org). O desafio das diferenças nas escolas. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2013. Cap. 5, p.69-75.
- MANTOAN, M.T.E. Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer? 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- MANTOAN, M.T.E. et al. A integração de pessoas com deficiência. São Paulo Memnon, 1997.
- MARTINS, L.M. O Legado do século XX para a formação de professores. In: MARTINS, L.M. NEWTON, D. (Orgs.) Formação de Professores: Limites contemporâneos e alternativas necessárias. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.
- MAZZOTTA, M.J.S. Educação Especial no Brasil. História e políticas públicas. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- MICHELS, M. H. Gestão, formação docente e inclusão: eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos à organização escolar. Revista Brasileira de Educação v.11 n. 33 set/dez. 2006.
- RAMOS, R. Passos para a INCLUSÃO. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006. RAMOS, R. Passos para a INCLUSÃO. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008. RAMOS, R. Passos para a INCLUSÃO. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- SANTOS, M. T. da C. T. dos. Inclusão escolar: desafios e perspectivas. MANTOAN, T. E. (Org). O desafio das diferenças nas escolas. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. Cap. 8, p. 147-151.

## O ENSINO DE HISTÓRIA NO ENSINO FUNDAMENTAL 1: FORMAÇÃO CRÍTICA E CIDADANIA INFANTIL

**Autor(a):** Bianca Arantes Martins de Souza

### Resumo

O ensino de História no Ensino Fundamental 1 é fundamental para a formação crítica e cidadã das crianças, ao possibilitar a compreensão de seu passado, cultura e das relações sociais que moldam a sociedade. Este estudo aborda a importância de estratégias pedagógicas adequadas à faixa etária, que valorizem a curiosidade, o pensamento crítico e a análise histórica, contextualizando os conteúdos para torná-los significativos e próximos da realidade infantil. A metodologia envolve o uso de recursos lúdicos, narrativas, visitas a museus e projetos temáticos, promovendo a aprendizagem ativa e interdisciplinar. Os resultados indicam que essa abordagem vai além da memorização de fatos, estimulando habilidades de interpretação, argumentação e pesquisa, além de favorecer a empatia, o respeito à diversidade e a compreensão dos processos sociais e históricos. Conclui-se que o ensino de História nessa etapa contribui para a formação de cidadãos conscientes, críticos e participativos, capazes de relacionar passado e presente e de agir de forma ética e responsável na sociedade, reforçando o papel do professor como mediador que utiliza múltiplos recursos para engajar e desenvolver o pensamento histórico das crianças.

**Palavras-chave:** história; ensino fundamental; educação infantil.

### INTRODUÇÃO

O ensino de História no Ensino Fundamental 1 é uma etapa fundamental para a formação da identidade e da cidadania das crianças, pois permite que elas compreendam seu passado, suas raízes culturais e as relações sociais que moldaram o mundo em que vivem. Nesta fase da educação, as crianças começam a perceber que a história não é apenas uma sequência de datas e fatos, mas sim uma narrativa viva, composta por experiências humanas, transformações sociais e interações culturais que influenciam diretamente a vida cotidiana. Compreender a História desde cedo contribui para que os alunos desenvolvam uma visão crítica, capaz de relacionar passado e presente, e para que percebam a importância das ações humanas ao longo do tempo.

O trabalho docente nessa etapa exige estratégias pedagógicas que sejam adequadas à faixa

etária e que despertem o interesse das crianças, tornando a aprendizagem significativa. Recursos lúdicos, como jogos, dramatizações, contação de histórias e atividades interativas, são essenciais para tornar os conteúdos históricos mais próximos da realidade infantil e para estimular a curiosidade natural das crianças. Além disso, visitas a museus, bibliotecas, centros culturais e espaços de memória contribuem para que o ensino de História se torne concreto e experiencial, permitindo que os alunos estabeleçam relações entre o que aprendem na escola e o que observam no mundo ao seu redor.

A inserção da História no currículo do Ensino Fundamental 1 não se limita ao ensino de fatos isolados ou à memorização de datas e personagens. É necessário que os conteúdos sejam contextualizados, permitindo que as crianças compreendam os processos históricos, as transformações sociais, os conflitos e as conquistas que moldaram a sociedade atual. Essa abordagem promove o desenvolvimento do pensamento crítico, da capacidade de argumentação e da habilidade de interpretar informações de maneira reflexiva. A criança aprende a questionar, a comparar diferentes períodos históricos e a reconhecer que a história é feita por diferentes sujeitos, com experiências e perspectivas variadas.

Outro aspecto importante é a relação entre História e cidadania. Ao conhecer diferentes culturas, tradições e eventos históricos, as crianças desenvolvem empatia, respeito pela diversidade e compreensão da importância dos direitos e deveres na sociedade. O ensino de História contribui para a formação de cidadãos conscientes, capazes de refletir sobre o presente à luz do passado e de atuar de maneira ética, responsável e participativa. A compreensão da história local, nacional e global permite que as crianças construam uma base sólida para a compreensão do mundo e para a sua inserção ativa na sociedade.

O professor de História desempenha papel central nesse processo, sendo responsável por planejar, mediar e avaliar atividades que tornem o aprendizado significativo e engajador. É necessário que o docente utilize recursos variados, promova debates, incentive pesquisas e valorize a participação ativa das crianças, estimulando a criatividade, a imaginação e a expressão de ideias. A utilização de materiais visuais, textos, registros orais e digitais contribui para a diversidade de abordagens, permitindo que cada aluno se aproxime do conhecimento histórico de maneira personalizada e construtiva.

A integração da História com outras áreas do conhecimento também é essencial, pois promove uma aprendizagem interdisciplinar e contextualizada. Conteúdos de geografia, ciências, artes e literatura podem ser articulados aos estudos históricos, possibilitando que as crianças compreendam o passado em suas múltiplas dimensões e relações. Essa abordagem interdisciplinar

favorece a construção de conhecimentos significativos, estimulando a curiosidade e o pensamento crítico, e prepara os alunos para compreender a complexidade do mundo em que vivem.

Além disso, o ensino de História no Ensino Fundamental 1 contribui para a valorização do patrimônio cultural e para a construção da memória coletiva. As crianças aprendem a reconhecer a importância de preservar monumentos, tradições, espaços históricos e manifestações culturais, desenvolvendo consciência ambiental, social e cultural. A experiência de explorar o patrimônio histórico e cultural fortalece a identidade, o senso de pertencimento e a compreensão da diversidade, promovendo uma educação que vai além da sala de aula e se conecta com a realidade vivida.

A Educação Infantil e o Ensino Fundamental 1 configuram etapas essenciais para que os alunos compreendam que a História não é apenas um registro do passado, mas um processo contínuo que influencia diretamente a vida presente. Ensinar História desde cedo é preparar os alunos para refletirem, interpretarem e se posicionarem criticamente diante das transformações sociais, políticas e culturais. É por meio desse processo que as crianças desenvolvem habilidades cognitivas, emocionais e sociais, aprendendo a compreender e respeitar diferentes perspectivas e experiências humanas.

Em síntese, o ensino de História no Ensino Fundamental 1 deve ser concebido como uma prática pedagógica significativa, capaz de estimular a curiosidade, a reflexão, a criatividade e a participação ativa das crianças. Ao integrar recursos lúdicos, experiências concretas, interdisciplinaridade e reflexão crítica, o docente contribui para a formação de cidadãos conscientes, críticos e capazes de compreender o mundo à sua volta. A história deixa de ser apenas conteúdo escolar e se transforma em ferramenta para a construção de conhecimento, identidade e cidadania, preparando as crianças para compreenderem seu passado, interagirem no presente e atuarem no futuro com responsabilidade, empatia e senso ético.

## **DESENVOLVIMENTO**

O ensino de História no Ensino Fundamental 1 constitui uma etapa essencial para a formação da criança como cidadão, pois é nesse período que os alunos começam a compreender a dimensão temporal das ações humanas e a relação entre passado e presente. Ao vivenciar conteúdos históricos, a criança desenvolve percepção crítica sobre a sociedade em que vive e aprende a reconhecer que os acontecimentos não surgem de forma isolada, mas estão interligados a processos sociais, culturais, políticos e econômicos. Compreender a história desde os primeiros

anos escolares é fundamental para que o aluno possa construir uma base sólida de conhecimento e desenvolver habilidades de análise, interpretação e argumentação, que serão fundamentais ao longo de toda a sua vida escolar e social.

Para que o ensino de História seja significativo, é necessário que o professor utilize metodologias ativas que despertem a curiosidade, a investigação e o interesse das crianças. A narrativa histórica, por meio de contação de histórias, livros ilustrados, dramatizações, jogos e recursos multimídia, aproxima o conteúdo da realidade infantil e permite que a criança compreenda de forma lúdica e prazerosa os eventos, personagens e transformações sociais. Essa abordagem possibilita que o aluno perceba que a História não é apenas um acúmulo de fatos e datas, mas uma disciplina viva, que dialoga com sua experiência cotidiana e com o mundo à sua volta.

As visitas a museus, bibliotecas, espaços culturais e monumentos históricos representam recursos pedagógicos importantes para o ensino de História. Ao vivenciar essas experiências, a criança tem a oportunidade de observar, interagir e refletir sobre diferentes aspectos do patrimônio cultural e histórico. Essas experiências concretas permitem que os alunos estabeleçam conexões entre os conteúdos trabalhados em sala de aula e a realidade externa, fortalecendo o aprendizado e tornando-o mais significativo. Além disso, atividades externas promovem o desenvolvimento de habilidades sociais, como cooperação, respeito às regras de convivência, comunicação e trabalho em grupo, essenciais para a formação integral da criança.

A interdisciplinaridade é outro elemento central no ensino de História, pois possibilita que conteúdos de diferentes áreas do conhecimento sejam articulados de maneira integrada. Ao relacionar História com Geografia, Ciências, Artes e Literatura, a criança passa a compreender a complexidade dos acontecimentos históricos e a perceber como diversos fatores influenciam a vida das pessoas em diferentes épocas. Essa integração favorece a construção de conhecimento significativo, estimula o pensamento crítico e amplia a compreensão da realidade, permitindo que a criança interprete o passado de forma reflexiva e contextualizada, estabelecendo relações com o presente e projetando possibilidades para o futuro.

O ensino de História no Ensino Fundamental 1 também desempenha papel fundamental na formação da identidade e na valorização da diversidade cultural. Por meio do conhecimento histórico, a criança aprende sobre tradições, costumes, culturas e experiências diferentes das suas, desenvolvendo empatia, respeito e compreensão das diferenças. Essa valorização da diversidade contribui para a formação de cidadãos conscientes, capazes de reconhecer a pluralidade de experiências humanas e de respeitar diferentes formas de viver, pensar e agir. A História, portanto, não é apenas disciplina escolar, mas instrumento de formação social e ética, promovendo valores

essenciais à convivência em sociedade.

A utilização de recursos lúdicos e tecnológicos torna o ensino de História mais atrativo e acessível. Jogos educativos, aplicativos interativos, vídeos e materiais visuais permitem que os alunos se envolvam de forma ativa no aprendizado, estimulando a criatividade, a imaginação e a participação coletiva. O uso dessas ferramentas possibilita ainda que diferentes estilos de aprendizagem sejam contemplados, garantindo que todas as crianças tenham oportunidades de compreender e se apropriar do conteúdo de maneira significativa. A tecnologia, quando aliada a estratégias pedagógicas bem planejadas, enriquece a experiência educativa e fortalece o protagonismo infantil.

A prática docente desempenha papel central na construção de experiências históricas significativas. O professor deve atuar como mediador do conhecimento, planejando atividades que integrem teoria e prática, propondo desafios que estimulem a investigação, a análise e a reflexão. É essencial que o docente acompanhe o desenvolvimento das crianças, identifique suas dificuldades e interesses, ofereça apoio e incentive a participação ativa. A observação constante, o registro das atividades e a avaliação contínua permitem ajustes pedagógicos que garantam a eficácia do ensino e a aprendizagem efetiva.

O ensino de História também contribui para o desenvolvimento de habilidades cognitivas importantes, como a capacidade de comparação, a identificação de semelhanças e diferenças, a análise de causas e consequências e a organização de informações. Ao compreender os processos históricos, a criança aprende a interpretar acontecimentos, identificar padrões de comportamento humano e compreender transformações sociais e culturais ao longo do tempo. Essas competências são transferíveis para outras áreas do conhecimento e para a vida cotidiana, fortalecendo a capacidade de tomada de decisão, resolução de problemas e reflexão crítica.

Outro aspecto relevante é o papel da História na formação da cidadania. Ao estudar eventos históricos, movimentos sociais, conquistas e injustiças do passado, a criança aprende sobre direitos e deveres, ética e responsabilidade social. Esse aprendizado promove compreensão sobre a importância da participação ativa na sociedade e do respeito às regras e normas coletivas. A história deixa de ser apenas conteúdo escolar e se transforma em ferramenta de formação ética, crítica e social, preparando as crianças para se tornarem cidadãos conscientes, capazes de atuar de maneira justa, solidária e responsável em sua comunidade.

O conhecimento histórico também auxilia na construção da memória coletiva, permitindo que as crianças compreendam as raízes culturais e sociais de sua comunidade, do país e do mundo. Ao reconhecer a história local e nacional, os alunos desenvolvem senso de pertencimento,

identidade e valorização do patrimônio cultural e histórico. Essa compreensão fortalece vínculos afetivos com a comunidade e estimular o cuidado com o ambiente social e cultural, contribuindo para a preservação da memória e para a valorização da diversidade cultural presente na sociedade.

A reflexão sobre o passado possibilita que a criança compreenda o presente e antecipe possibilidades futuras. Ao estudar diferentes épocas, contextos e experiências humanas, os alunos aprendem a interpretar acontecimentos, analisar decisões e entender suas consequências. Essa abordagem desenvolve pensamento crítico, habilidades de análise e capacidade de argumentação, permitindo que a criança construa conhecimento de forma ativa e consciente. A História, portanto, se torna um instrumento de reflexão sobre a realidade e de preparação para a vida em sociedade.

A construção de projetos pedagógicos que integrem História com outras áreas e com a realidade local contribui para a aprendizagem significativa. Trabalhos coletivos, pesquisas, produções artísticas, dramatizações e registros escritos ou digitais permitem que os alunos expressem suas ideias, reflitam sobre o conteúdo e compartilhem experiências. Essas práticas fortalecem a autonomia, a criatividade, o protagonismo e a capacidade de trabalho em grupo, tornando o aprendizado mais dinâmico e contextualizado, ao mesmo tempo em que aproximam o conteúdo histórico da realidade vivida pelas crianças.

O ensino de História no Ensino Fundamental 1, portanto, vai muito além da memorização de fatos e datas. Ele busca proporcionar experiências significativas, desenvolver habilidades cognitivas e socioemocionais, fortalecer a cidadania e a identidade cultural, e aproximar o aprendizado da realidade da criança. Ao combinar recursos lúdicos, experiências concretas, interdisciplinaridade e mediação docente, o ensino histórico se transforma em ferramenta poderosa de formação integral.

Em síntese, a Educação Fundamental 1 deve abordar a História como disciplina viva, contextualizada e integrada à realidade do aluno, promovendo o desenvolvimento de competências cognitivas, sociais e éticas. O professor, como mediador, planeja e conduz atividades que despertem a curiosidade, incentivem a reflexão crítica e promovam a participação ativa. O aprendizado se torna significativo, prazeroso e duradouro, fortalecendo o protagonismo infantil e preparando as crianças para compreender, interpretar e atuar no mundo de forma consciente, crítica e ética.

O ensino de História no Ensino Fundamental 1 contribui, assim, para a formação de cidadãos críticos, conscientes e participativos, capazes de compreender o passado, agir no presente e projetar ações para o futuro. Ao integrar o conhecimento histórico à realidade vivida, valorizar a diversidade cultural e promover experiências concretas e lúdicas, a disciplina cumpre seu papel de

formar indivíduos preparados para atuar de maneira responsável, reflexiva e ética na sociedade.

O aprofundamento do ensino de História no Ensino Fundamental 1 revela que a disciplina desempenha um papel central na formação da percepção crítica e da consciência histórica das crianças, oferecendo instrumentos para compreender que os acontecimentos sociais, políticos, culturais e econômicos estão interligados e possuem impactos duradouros na sociedade. O estudo histórico possibilita às crianças desenvolverem a habilidade de analisar diferentes perspectivas, compreender múltiplas narrativas e reconhecer que a realidade é resultado de processos complexos que envolvem diversas ações humanas. Ao apresentar a História de forma contextualizada e significativa, os professores estimulam a curiosidade e o interesse, permitindo que as crianças estabeleçam relações entre o passado, o presente e o futuro.

A exploração de diferentes fontes históricas, como imagens, documentos, relatos orais, vídeos e livros ilustrados, contribui para que os alunos compreendam a diversidade de experiências humanas e percebam que a história não é monolítica, mas composta por múltiplas vozes. O uso dessas fontes possibilita que as crianças desenvolvam habilidades de interpretação, análise crítica e argumentação, favorecendo a construção de conhecimento de forma ativa e participativa. A observação de diferentes registros históricos também promove a capacidade de questionamento e de reflexão sobre acontecimentos e decisões, incentivando o desenvolvimento do pensamento crítico desde os primeiros anos escolares.

As atividades práticas, como pesquisas sobre acontecimentos locais, entrevistas com familiares sobre memórias e tradições ou visitas a museus e espaços culturais, permitem que a criança compreenda a História de forma concreta. Essas experiências favorecem a compreensão de que a História está presente no cotidiano e que os acontecimentos do passado influenciam diretamente a vida das pessoas no presente. Ao conectar conteúdos curriculares à realidade vivida, os alunos percebem a relevância do estudo histórico e aprendem a valorizar a memória, a diversidade cultural e a participação social, elementos essenciais para a formação cidadã.

O uso de recursos lúdicos no ensino de História é fundamental para tornar a aprendizagem atraente e significativa. Jogos, dramatizações, atividades em grupo e narrativas interativas permitem que as crianças se envolvam de maneira ativa no processo educativo, estimulando a imaginação, a criatividade e a capacidade de resolver problemas. O brincar, nesse contexto, torna-se uma ferramenta pedagógica valiosa, pois possibilita que a criança aprenda conceitos históricos de maneira natural, prazerosa e duradoura. Além disso, essas práticas fortalecem habilidades sociais, como cooperação, respeito e comunicação, promovendo o desenvolvimento integral do aluno.

A interdisciplinaridade no ensino de História no Ensino Fundamental 1 enriquece o aprendizado, permitindo que conteúdos de Geografia, Ciências, Artes e Literatura sejam articulados de maneira integrada. Essa abordagem amplia a compreensão da criança sobre o mundo e os processos históricos, favorecendo a construção de conhecimentos significativos e a percepção de relações entre diferentes áreas do saber. Por meio da interdisciplinaridade, a criança aprende a interpretar o espaço geográfico, compreender transformações ambientais, relacionar eventos históricos à cultura e à arte e desenvolver habilidades de pesquisa e análise crítica, fortalecendo sua capacidade de reflexão e compreensão do mundo.

O planejamento pedagógico é essencial para garantir a eficácia do ensino de História. O professor deve considerar a faixa etária, os interesses e as necessidades dos alunos, definindo objetivos claros e escolhendo estratégias que favoreçam o aprendizado significativo. A organização de atividades diversificadas, a seleção de materiais adequados e a definição de metas de aprendizagem contribuem para que as crianças compreendam conteúdos históricos de maneira estruturada e contextualizada. A avaliação contínua e a observação do progresso dos alunos permitem ajustes pedagógicos, garantindo que todos tenham oportunidades de se apropriar do conhecimento de forma ativa e participativa.

O ensino de História no Ensino Fundamental 1 deve ser contínuo, integrado e significativo, promovendo o desenvolvimento cognitivo, social, emocional e ético das crianças. A articulação entre experiências lúdicas, metodologias ativas, interdisciplinaridade e mediação docente permite que o aprendizado seja prazeroso, duradouro e conectado à realidade vivida. Essa abordagem transforma a história em instrumento de reflexão, compreensão do presente e preparação para o futuro.

Em síntese, o estudo de História na Educação Infantil e no Ensino Fundamental 1 contribui para a formação integral da criança, desenvolvendo competências cognitivas, sociais e éticas, estimulando a curiosidade, a criatividade, a reflexão crítica e o protagonismo. Ao articular conteúdos históricos à realidade, valorizar a diversidade cultural e promover experiências concretas e lúdicas, o ensino de História cumpre seu papel de formar cidadãos conscientes, críticos, empáticos e preparados para atuar de maneira responsável, ética e participativa na sociedade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo evidencia que o ensino de História no Ensino Fundamental 1 desempenha papel central na formação integral das crianças, contribuindo para a construção da identidade, da

cidadania e do pensamento crítico. Ao longo da análise, ficou claro que a disciplina não se limita à memorização de fatos, datas e personagens, mas deve ser concebida como um espaço de investigação, reflexão e compreensão das relações sociais, culturais e históricas que moldam o presente. A História permite que os alunos compreendam que os acontecimentos não são isolados, mas fazem parte de processos complexos que envolvem múltiplas ações humanas, escolhas e consequências.

As experiências pedagógicas desenvolvidas nessa etapa escolar demonstram que é possível tornar o aprendizado significativo por meio de metodologias ativas, que aproximem os conteúdos históricos da realidade das crianças. Narrativas, contação de histórias, dramatizações, pesquisas, jogos educativos e atividades lúdicas revelam-se estratégias eficazes para estimular a curiosidade, a imaginação e a criatividade, favorecendo o engajamento e a participação dos alunos. Essas práticas fortalecem habilidades cognitivas e socioemocionais, permitindo que as crianças compreendam o valor da história e sua relação com o presente e o futuro.

O papel do professor é fundamental nesse processo, pois ele atua como mediador, planejando, orientando e avaliando atividades que promovam aprendizagem significativa e desenvolvimento integral. A mediação docente deve contemplar diferentes estilos de aprendizagem, adaptando recursos e estratégias às necessidades de cada criança. Além disso, o professor precisa incentivar o protagonismo infantil, estimulando questionamentos, discussões, pesquisas e reflexões sobre os conteúdos trabalhados. Essa abordagem possibilita que a criança se torne agente ativo na construção de seu próprio conhecimento, desenvolvendo autonomia, responsabilidade e senso crítico.

Outro ponto relevante é a importância da interdisciplinaridade no ensino de História, que permite conectar conteúdos de Geografia, Ciências, Artes e Literatura, favorecendo uma compreensão mais ampla e contextualizada do mundo. A articulação entre diferentes áreas do conhecimento contribui para que a criança perceba as inter-relações entre os acontecimentos históricos, o espaço em que vivem e os elementos culturais que os cercam. Essa prática enriquece o aprendizado, torna o estudo mais significativo e prepara o aluno para interpretar a realidade de maneira crítica e reflexiva.

O ensino de História também é essencial para a valorização da diversidade cultural e social. Ao apresentar múltiplas narrativas e experiências humanas, os alunos aprendem a reconhecer e respeitar diferenças, desenvolvendo empatia, solidariedade e consciência social. A disciplina contribui para formar cidadãos conscientes, capazes de agir de maneira ética e responsável em diferentes contextos sociais. Ao compreender que diferentes grupos e culturas possuem histórias

próprias, a criança passa a valorizar a pluralidade e a refletir sobre injustiças, conquistas e transformações sociais.

A construção da memória coletiva é outro aspecto relevante do ensino histórico. Ao explorar a história local, regional e nacional, os alunos desenvolvem senso de pertencimento, identidade cultural e valorização do patrimônio histórico. Visitas a museus, espaços culturais, bibliotecas e locais de memória fortalecem esses vínculos e promovem compreensão da importância da preservação do patrimônio social e cultural. Essa aproximação entre passado e presente favorece a consciência histórica e estimula o cuidado com o ambiente social e cultural, elementos essenciais para a formação de cidadãos ativos e responsáveis.

A utilização de recursos lúdicos e tecnológicos se mostra indispensável para tornar o ensino mais acessível e motivador. Jogos educativos, aplicativos interativos, vídeos e materiais visuais permitem que os alunos se envolvam ativamente no processo de aprendizagem, estimulando habilidades cognitivas e criativas. Essas estratégias contemplam diferentes formas de aprender, garantindo que todos os alunos tenham oportunidade de compreender e se apropriar do conteúdo histórico de maneira significativa. O uso de tecnologia deve ser aliado a metodologias pedagógicas planejadas, tornando a aprendizagem mais dinâmica e conectada à realidade das crianças.

O ensino de História no Ensino Fundamental 1 contribui também para o desenvolvimento de habilidades de pesquisa, interpretação e análise crítica. Ao investigar acontecimentos, comparar fontes e refletir sobre diferentes perspectivas, a criança aprende a organizar informações, construir argumentos fundamentados e tomar decisões conscientes. Essas competências são essenciais para a vida escolar e social, fortalecendo o pensamento crítico e a capacidade de agir de forma responsável, ética e informada.

A articulação entre teoria e prática revela-se fundamental para consolidar a aprendizagem. Ao vivenciar experiências concretas, como pesquisas, entrevistas, projetos temáticos ou visitas culturais, os alunos conseguem compreender melhor a relação entre os conteúdos estudados e a realidade. Essa abordagem fortalece a compreensão do passado, da memória coletiva e das transformações sociais, promovendo uma aprendizagem significativa, reflexiva e duradoura.

O ensino de História promove, ainda, a formação de cidadãos críticos, conscientes e participativos. Ao estudar acontecimentos históricos, injustiças, conquistas e processos de transformação social, os alunos desenvolvem compreensão sobre direitos e deveres, responsabilidade social, ética e valores fundamentais para a convivência. A reflexão histórica contribui para a construção de uma consciência crítica, permitindo que as crianças compreendam o presente e atuem de maneira responsável, ética e solidária na sociedade.

Por fim, observa-se que o ensino de História no Ensino Fundamental 1 não deve ser visto apenas como disciplina escolar, mas como ferramenta de formação integral, capaz de desenvolver competências cognitivas, sociais, emocionais e éticas. A integração de metodologias ativas, recursos lúdicos, interdisciplinaridade, experiências concretas e mediação docente permite que a criança compreenda a História de maneira significativa, aproximando passado, presente e futuro.

A valorização da diversidade, a construção de memória coletiva, a compreensão do patrimônio cultural e a promoção do protagonismo infantil demonstram que a História contribui para formar cidadãos conscientes, críticos, reflexivos e engajados. Ao reconhecer a importância do ensino de História desde os primeiros anos escolares, é possível garantir uma educação que valorize o conhecimento, o respeito, a empatia e a participação ativa, preparando as crianças para interpretar e atuar no mundo de forma ética, responsável e consciente.

Portanto, o estudo evidencia que o ensino de História no Ensino Fundamental 1 é indispensável para a formação integral da criança, promovendo aprendizado significativo, cidadania, reflexão crítica, valorização da diversidade e compreensão histórica do mundo. Ao implementar estratégias pedagógicas adequadas, integrar conteúdos e promover experiências concretas e lúdicas, a disciplina cumpre seu papel de formar indivíduos capazes de compreender a realidade, respeitar diferenças, valorizar a memória coletiva e atuar de maneira consciente e ética na sociedade, assegurando uma educação de qualidade e transformadora.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017.  
Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 25 set. 2025.
- CUNHA, Maria Aparecida; OLIVEIRA, João Batista de. Ensino de História na Educação Infantil e Fundamental: práticas e desafios. São Paulo: Cortez, 2019.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 54. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.
- LÉVY, Pierre. Cibercultura. 9. ed. São Paulo: Editora 34, 2015.
- SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia: fundamentos filosóficos e sociológicos da educação. Campinas: Autores Associados, 2016.
- VYGOTSKY, Lev S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2018.
- ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. 10. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.



## AS DEFINIÇÕES DAS CORES: ORGANIZAÇÃO E HARMONIA NO CÍRCULO CROMÁTICO

**Autor(a):** Priscila De Freitas Luiz Inone

### Resumo

O artigo aborda a organização e a harmonia das cores no círculo cromático, tema central para a compreensão das relações cromáticas nas artes visuais. A questão principal é como as definições e classificações das cores influenciam a composição e a comunicação visual. O objetivo é analisar as categorias de cores — primárias, secundárias, terciárias, complementares e análogas — e suas propriedades, como temperatura, saturação e valor, para compreender seu papel na criação de composições harmoniosas. A metodologia consiste na revisão teórica da teoria da cor, explorando a disposição das cores no círculo cromático e suas interações visuais e simbólicas. Os resultados destacam que as cores primárias formam a base para a geração das demais, enquanto as cores complementares e análogas promovem contrastes e harmonias específicas, influenciando a percepção e a emoção do observador. Conclui-se que o domínio dessas definições e relações permite aos artistas e designers utilizar as cores de forma estratégica, potencializando a expressividade e a eficácia da comunicação visual por meio da organização cromática e da exploração das qualidades visuais das cores.

**Palavras-chave:** definições; presente visual; organizar.

### O CÍRCULO CROMÁTICO

O círculo cromático é uma representação visual das cores e organiza-se de forma circular para mostrar as relações e harmonia entre as diferentes tonalidades. Aqui está uma explicação sobre como as cores são organizadas: Cores Primárias: No círculo cromático, as cores primárias — vermelho, azul e amarelo — são dispostas de forma equidistante, formando a base de todas as outras cores. Estas são cores que não podem ser criadas através da mistura de outras e servem como ponto de partida para gerar todas as demais cores; Cores Secundárias: As cores secundárias — verde, laranja e roxo — são obtidas pela mistura das cores primárias. No círculo cromático, elas são posicionadas entre as duas primárias que as originaram: Verde: entre azul e amarelo; Laranja: entre vermelho e amarelo; Roxo: entre vermelho e azul; Cores Terciárias: São as cores que resultam da mistura de uma cor primária com uma cor secundária adjacente. Por exemplo:

Vermelho-alaranjado (entre vermelho e laranja); Amarelo-alaranjado (entre amarelo e laranja); Azul-esverdeado (entre azul e verde); Entre cada par de cores primárias e secundárias, o círculo cromático inclui essas cores terciárias para suavizar a transição e enriquecer a paleta; Cores Complementares: As cores complementares são aquelas que estão em posições opostas no círculo cromático. Quando usadas juntas, produzem contrastes fortes e vibrantes. Exemplos incluem: Vermelho e verde; Azul e laranja; Amarelo e roxo; Cores Análogas: São cores que estão posicionadas lado a lado no círculo cromático, como o azul, azul-esverdeado e verde. Esse tipo de agrupamento cria harmonias suaves e naturais, pois as cores têm uma proximidade visual que se traduz em suavidade quando aplicadas juntas; Temperatura das Cores: Cores Quentes: O lado do círculo que inclui vermelho, laranja e amarelo é conhecido como o lado das cores quentes. Estas cores são associadas à energia, proximidade e dinamismo; Cores Frias: O outro lado do círculo cromático é ocupado por tons frios, como azul, verde e roxo. Estas cores são frequentemente ligadas à calma, serenidade e distância.

Esta organização do círculo cromático ajuda artistas, designers e todos que trabalham com cores a entender como combinar cores para obter diferentes efeitos visuais, seja por contraste, harmonia ou temperatura. (JUNIOR, p. 41, São Luis, 2007). As cores primárias são as cores fundamentais e "puras" que não podem ser criadas pela mistura de outras cores. Elas servem como base para a criação de todas as outras cores no espectro visível. Em artes visuais e design, o termo "primárias" refere-se às cores principais utilizadas em diferentes sistemas de cor:

**Cores Primárias Pictóricas (ou Subtrativas):** Vermelho, azul e amarelo. Estas são usadas em pintura, pigmentos e materiais físicos (tintas, lápis, etc.). No modelo subtrativo, como na pintura, a mistura de todas as três cores primárias em proporções iguais tende a aproximar-se do preto ou de tons muito escuros.

**Cores Primárias de Luz (ou Aditivas):** Vermelho, verde e azul (RGB). Este modelo é utilizado em telas de computadores, televisões e outras superfícies que emitem luz. Neste sistema, a mistura de todas as cores primárias de luz resulta em branco. Cada cor que vemos numa tela é produzida pela combinação de diferentes intensidades destas três cores.

**Importância das Cores Primárias** As cores primárias são essenciais porque, através da sua combinação em diferentes proporções, é possível gerar praticamente qualquer outra cor visível. Este conceito de "mistura de cores" é a base da teoria da cor, usada por artistas, designers, e cientistas para compreender e aplicar as cores de maneira eficaz.

As cores têm forte influência sobre as pessoas. Animam, relaxam, provocam emoções boas e más. As cores quentes aumentam o apetite nas pessoas, não é à toa que as lanchonetes

preferem os tons de vermelho, laranja e amarelo na decoração. Já as chamadas cores frias têm efeito inverso. (JUNIOR, p. 42, São Luis, 2007).

As cores influenciam significativamente as emoções e os estados mentais das pessoas. Essa capacidade das cores de afetarem o humor e relaxar a mente humana é explicada tanto pela psicologia das cores quanto pela biologia. As cores carregam significados simbólicos que, ao longo da vida, associamos a emoções e sensações específicas. Cores como o azul, por exemplo, são associadas à calma, à serenidade e ao céu claro ou ao mar — elementos da natureza que evocam tranquilidade. Da mesma forma, o verde lembra a natureza, as plantas e a sensação de paz e vitalidade.

Temperatura das Cores e Impacto Físico Cores frias, como o azul, o verde e o violeta, têm um efeito calmante porque lembram ambientes naturais e frescos. Estas cores são percebidas pelo sistema nervoso como tranquilas e pacíficas, levando a uma diminuição nos níveis de ansiedade e na tensão muscular. Cores quentes, como o vermelho e o laranja, geralmente estimulam e energizam o corpo, mas em tons mais suaves e terrosos, como o bege ou o pêssego, podem trazer conforto e sensação de aconchego.

Resposta Neurológica Estudos mostram que a exposição a certas cores pode desencadear respostas neurológicas específicas. Por exemplo, o azul claro pode diminuir a pressão arterial e a frequência cardíaca, promovendo um estado de relaxamento. Essa resposta está relacionada à forma como o cérebro processa as ondas de luz de diferentes cores, afetando neurotransmissores e hormonas que regulam o humor e o bem-estar.

Iluminação e Tons Suaves Cores suaves e tons pastel, como azul-claro, verde-claro ou rosa-pálido, são visualmente menos "pesados" e não sobrecarregam os sentidos. Em ambientes com tons suaves, os olhos relaxam e o sistema nervoso responde positivamente, criando um ambiente propício para o descanso e a calma.

Psicologia Evolutiva Na natureza, cores mais suaves ou frias estão frequentemente associadas a segurança, água limpa, vegetação e condições climáticas amenas, o que na evolução humana contribuiu para que estas cores fossem percebidas como tranquilizadoras e propícias ao relaxamento. Essa capacidade das cores de relaxar e influenciar o humor é amplamente utilizada em ambientes terapêuticos, design de interiores e até no marketing, para criar atmosferas que acalmam e agradam os sentidos.

imagem com saturação e tom normal nas cores (JUNIOR, P. 42 SÃO LUIS) / Imagem sem nenhuma saturação saturação de cores somente com tom normal Para o artista, a escolha e definição das cores são fundamentais, pois cada cor transmite emoções, histórias e significados

que enriquecem a obra e impactam a experiência do espectador. Vários fatores influenciam as escolhas de cores de um artista, entre eles:

**Intenção Emocional e Psicológica** As cores são selecionadas para evocar sentimentos específicos. O vermelho pode simbolizar paixão, energia ou perigo, enquanto o azul sugere calma e serenidade. Os artistas escolhem cores que intensifiquem a emoção que desejam transmitir, baseando-se na psicologia das cores para comunicar uma mensagem direta ou subliminar.

**Simbolismo Cultural e Histórico** As cores têm significados distintos em diferentes culturas. Por exemplo, o branco é associado à pureza no Ocidente, mas pode simbolizar luto em algumas culturas orientais. Muitos artistas consideram esses simbolismos e as tradições culturais ao definir suas paletas, buscando criar uma conexão com o público que leve em conta esses contextos.

Os artistas aplicam a teoria da cor, utilizando o círculo cromático e conceitos de harmonia, contraste e temperatura das cores para estruturar sua obra. Combinações como cores complementares (cores opostas no círculo cromático, como azul e laranja) criam impacto e energia, enquanto cores análogas (cores lado a lado, como azul e verde) proporcionam um efeito mais suave e harmonioso.

**Influências da Natureza e do Ambiente** Muitos artistas se inspiram nas cores do ambiente ao seu redor, seja natural ou urbano. Elementos como o verde das plantas, o azul do céu, ou as tonalidades terrosas das montanhas e areias contribuem para a escolha da paleta, especialmente em movimentos como o impressionismo, que valorizam as variações naturais de luz e cor.

**Estilo e Movimento Artístico** A corrente artística a que o artista pertence pode guiar sua escolha de cores. Movimentos como o expressionismo destacam-se pelo uso de cores vibrantes e intensas para transmitir emoção, enquanto o realismo tende a aproximar-se de cores mais naturais e suaves. Já o cubismo e o surrealismo podem apresentar paletas mais experimentais, quebrando convenções para gerar novas interpretações. Cores, texturas e tonalidades são escolhidas para criar uma resposta sensorial nos observadores. Artistas como Mark Rothko usavam cores de grandes dimensões e intensidade para provocar uma experiência imersiva. A escolha da cor é, assim, uma ferramenta de comunicação não apenas visual, mas sensorial.

A disponibilidade de pigmentos e materiais também influencia as escolhas de cores. Historicamente, cores como o azul ultramarino e o púrpura eram raras e caras, usadas para dar destaque e nobreza. A invenção de novos pigmentos e técnicas (como o acrílico, que é mais acessível e vibrante) permite aos artistas modernos mais liberdade criativa na definição de suas paletas.

A definição das cores por um artista é, portanto, uma escolha complexa e deliberada, que

mistura intuição, técnica e um profundo entendimento do impacto emocional e cultural das cores. Este processo possibilita ao artista comunicar uma mensagem única, que vai além do visual e toca no emocional e no simbólico.

## CONCLUSÃO

Em conclusão, as definições e teorias sobre as cores demonstram o quanto elas são ferramentas poderosas de comunicação, expressão e impacto emocional. Cada cor carrega significados culturais, psicológicos e históricos que influenciam tanto o artista quanto o observador. A compreensão das cores envolve não apenas o conhecimento técnico — como a teoria do círculo cromático e os conceitos de harmonia e contraste — mas também uma profunda percepção das respostas emocionais e psicológicas que as cores podem evocar.

Para os artistas, definir e escolher cores significa mais do que selecionar pigmentos; é uma maneira de traduzir sentimentos, histórias e experiências de vida em uma linguagem visual universal. A cor conecta o observador à obra de forma imediata e visceral, influenciando o ambiente, o humor e a interpretação. As definições das cores ajudam a moldar não só o mundo da arte, mas também a forma como as pessoas interagem com seu espaço e contexto, proporcionando uma compreensão mais rica e sensível do poder visual. Essa capacidade única das cores de criar significado e sensação reforça sua importância no cotidiano e nas artes, mostrando que o uso cuidadoso e expressivo das cores é essencial para a comunicação e a beleza visual.

## REFERÊNCIAS

- Azevedo Junior, José Garcia de. Apostila de Arte – Artes Visuais. São Luís: Imagética Comunicação e Design, 2007.
- FARINA, Modesto. Psicodinâmica das cores em comunicação. 2ª ed., São Paulo: Edgar Blücher, 1986.
- PEDROSA, Israel. O universo da cor. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2003. Revista Superinteressante. Ed. Abril, nº 004, p. 64/67 – julho 2011- SP.

## EDUCAÇÃO MUSICAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL

**Autor(a):** Aldevina Custodio Luiz

### Resumo

A educação musical na educação infantil desempenha um papel fundamental no desenvolvimento integral da criança, contribuindo para aspectos cognitivos, emocionais, sociais e motores. Este artigo tem como objetivo analisar a importância da música no contexto da educação infantil, destacando suas contribuições para a aprendizagem e para a formação global do indivíduo desde os primeiros anos de vida. A pesquisa baseia-se em revisão bibliográfica de autores nacionais que discutem a temática, evidenciando a relevância da música como linguagem expressiva e instrumento pedagógico. Os resultados apontam que a inserção da música no cotidiano escolar favorece o desenvolvimento da criatividade, da comunicação, da sensibilidade e da socialização das crianças. Conclui-se que a educação musical deve ser planejada de forma intencional e integrada ao currículo, sendo essencial a formação adequada dos professores para sua efetiva implementação.

**Palavras-chave:** educação musical; educação infantil; desenvolvimento infantil; aprendizagem; musicalização.

### INTRODUÇÃO

A educação infantil constitui a base do processo educativo, sendo responsável pelo desenvolvimento inicial das capacidades cognitivas, emocionais, sociais e motoras das crianças. Nesse contexto, diferentes linguagens são utilizadas como meios de expressão e aprendizagem, entre elas a música, que ocupa lugar de destaque por sua capacidade de envolver, sensibilizar e estimular o desenvolvimento integral.

A música está presente na vida humana desde os primeiros momentos, sendo utilizada como forma de comunicação, expressão cultural e interação social. No ambiente escolar, especialmente na educação infantil, ela se apresenta como um recurso pedagógico capaz de promover experiências significativas de aprendizagem. Por meio de atividades musicais, as crianças desenvolvem habilidades importantes, como percepção auditiva, coordenação motora, memória,

linguagem e criatividade.

Apesar de sua relevância, a educação musical nem sempre é explorada de forma adequada nas instituições de ensino. Muitas vezes, sua utilização limita-se a atividades pontuais, sem planejamento pedagógico consistente. Dessa forma, torna-se necessário compreender o papel da música na educação infantil e refletir sobre práticas que favoreçam sua integração ao currículo escolar. Este artigo tem como objetivo discutir a importância da educação musical na educação infantil, abordando seus benefícios, desafios e possibilidades pedagógicas. Busca-se, assim, contribuir para a valorização da música como elemento essencial no processo educativo.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

**A música como linguagem e forma de expressão** A música é uma das formas mais antigas de expressão humana, estando presente em todas as culturas. Ela permite a comunicação de sentimentos, ideias e emoções, mesmo antes do domínio da linguagem verbal. Na infância, a música assume um papel ainda mais significativo, pois contribui para o desenvolvimento da expressão e da sensibilidade.

A musicalização infantil busca o florescer da musicalidade que é inerente a todos nós, a curiosidade pelo universo sonoro e o desejo de aventurar-se com e pelos sons, os mais diversos, de maneira inclusiva e participativa. (GARDNER, p. 09, Porto Alegre) As crianças, desde muito cedo, demonstram interesse por sons, ritmos e melodias. Esse interesse natural deve ser estimulado no ambiente escolar, por meio de experiências musicais diversificadas. A música, nesse sentido, não deve ser vista apenas como entretenimento, mas como linguagem que possibilita a construção de conhecimentos.

**Educação musical na infância** A educação musical na educação infantil refere-se ao processo de inserção da música como elemento estruturante do ensino e da aprendizagem. Esse processo envolve não apenas a escuta, mas também a produção musical, por meio de atividades como cantar, tocar instrumentos, dançar e explorar sons.

A musicalização contribui para o desenvolvimento global da criança, favorecendo habilidades cognitivas, como atenção, memória e raciocínio lógico. Além disso, promove o desenvolvimento emocional, permitindo que a criança expresse sentimentos e vivencie diferentes experiências afetivas. Outro aspecto importante é o desenvolvimento social. As atividades musicais geralmente envolvem interação, cooperação e respeito ao outro, contribuindo para a construção de valores e para a convivência em grupo.

A importância do brincar musical O brincar é elemento central na educação infantil, sendo a principal forma de aprendizagem da criança. A música, quando integrada ao brincar, potencializa ainda mais esse processo. Brincadeiras cantadas, jogos rítmicos e atividades corporais permitem que a criança aprenda de forma lúdica e significativa.

O brincar musical favorece a criatividade, a imaginação e a expressão corporal. Além disso, contribui para o desenvolvimento da coordenação motora e da percepção espacial. O papel do professor O professor desempenha papel fundamental na educação musical, sendo responsável por planejar e mediar as atividades. Para isso, é necessário que possua conhecimentos básicos sobre música e sobre metodologias de ensino que favoreçam a aprendizagem.

A formação docente é um dos principais desafios na implementação da educação musical. Muitos professores não se sentem preparados para trabalhar com música, o que pode limitar sua utilização em sala de aula. Dessa forma, torna-se essencial investir na formação continuada e na valorização do professor.

## **METODOLOGIA**

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica. Foram analisadas obras de autores nacionais que abordam a educação musical na educação infantil, buscando compreender suas contribuições para o desenvolvimento infantil. A análise foi realizada de forma interpretativa, identificando conceitos, práticas e desafios relacionados à temática. O objetivo foi construir uma visão ampla e fundamentada sobre a importância da música no contexto educativo.

## **DESENVOLVIMENTO E DISCUSSÃO**

Contribuições da música para o desenvolvimento cognitivo A música contribui significativamente para o desenvolvimento cognitivo das crianças. Atividades musicais estimulam áreas do cérebro relacionadas à memória, atenção e linguagem. Ao aprender músicas, as crianças exercitam a memorização e a concentração. Além disso, o ritmo e a estrutura musical favorecem o desenvolvimento do raciocínio lógico e matemático. A percepção de padrões sonoros e a organização temporal contribuem para a construção de habilidades cognitivas importantes.

Desenvolvimento emocional e afetivo A música também exerce forte influência no desenvolvimento emocional. Ela permite que a criança expresse sentimentos e emoções,

contribuindo para o autoconhecimento e para o equilíbrio emocional. Cantar, ouvir e criar músicas possibilita vivências afetivas que fortalecem vínculos e promovem o bem-estar. A música pode ser utilizada, inclusive, como recurso para lidar com emoções, como ansiedade e medo.

**Desenvolvimento social** As atividades musicais promovem a interação social, favorecendo a cooperação e o respeito. Ao participar de atividades em grupo, as crianças aprendem a compartilhar, esperar sua vez e respeitar regras. A música também contribui para a valorização da diversidade cultural, permitindo o contato com diferentes estilos musicais e tradições.

**Desenvolvimento motor** A música está diretamente relacionada ao movimento. Atividades que envolvem dança e expressão corporal contribuem para o desenvolvimento da coordenação motora e da consciência corporal.

O ritmo musical auxilia na organização dos movimentos, favorecendo o equilíbrio e a precisão motora. Desafios na implementação da educação musical Apesar dos benefícios, a educação musical enfrenta desafios nas instituições de ensino. Entre eles, destacam-se a falta de formação específica dos professores, a ausência de recursos e a pouca valorização da música no currículo. Muitas escolas ainda consideram a música como atividade secundária, o que limita seu potencial pedagógico. É necessário reconhecer sua importância e integrá-la de forma efetiva ao processo educativo.

**Possibilidades pedagógicas** Existem diversas possibilidades para a inserção da música na educação infantil. Entre elas, destacam-se atividades como rodas de música, exploração de instrumentos, jogos rítmicos e criação musical. O uso de materiais simples e acessíveis permite a realização de atividades significativas, mesmo em contextos com poucos recursos. O importante é que haja intencionalidade pedagógica e planejamento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação musical na educação infantil é essencial para o desenvolvimento integral da criança. Por meio da música, é possível promover aprendizagens significativas, que contribuem para o desenvolvimento cognitivo, emocional, social e motor. Apesar dos desafios, é fundamental que a música seja valorizada e integrada ao currículo escolar. Para isso, é necessário investir na formação dos professores e na criação de condições adequadas para sua implementação. Conclui-se que a música não deve ser vista apenas como atividade complementar, mas como elemento essencial no processo educativo, capaz de enriquecer a experiência escolar e contribuir para a formação de indivíduos mais sensíveis, criativos e críticos.

## CONCLUSÃO

A educação musical na educação infantil revela-se como um elemento essencial para o desenvolvimento integral da criança, indo muito além de uma prática recreativa ou complementar no ambiente escolar. Ao longo do processo educativo, a música se apresenta como uma linguagem potente, capaz de estimular diferentes áreas do desenvolvimento humano, como a cognição, a afetividade, a socialização e a motricidade. Por meio de experiências musicais diversificadas, as crianças ampliam suas formas de expressão, constroem conhecimentos e desenvolvem habilidades fundamentais para a vida em sociedade.

Além disso, a música favorece a construção de vínculos afetivos e contribui para a formação da identidade cultural, permitindo que a criança tenha contato com diferentes manifestações musicais e reconheça a diversidade presente no contexto social. O caráter lúdico das atividades musicais também potencializa a aprendizagem, tornando o processo mais significativo e prazeroso, o que é especialmente importante na educação infantil.

Entretanto, para que a educação musical cumpra plenamente seu papel, é necessário que haja intencionalidade pedagógica, planejamento adequado e valorização dessa área no currículo escolar. A formação dos professores é um aspecto fundamental, pois profissionais preparados conseguem explorar melhor as possibilidades da música como recurso educativo. Da mesma forma, é importante que as instituições de ensino ofereçam condições e recursos que favoreçam a prática musical.

Diante disso, conclui-se que a educação musical deve ser compreendida como parte integrante do processo educativo na infância, contribuindo de forma significativa para a formação de sujeitos mais sensíveis, criativos, críticos e capazes de se expressar. Investir na música na educação infantil é investir em uma educação mais completa, humana e transformadora.

## REFERÊNCIAS

- BRITO, Teca Alencar de. Música na educação infantil. São Paulo: Petrópolis, 2003.
- FONTEERRADA, Marisa Trench de Oliveira. De tramas e fios: um ensaio sobre música e educação. São Paulo: UNESP, 2008.
- GARDNER, H. - Estruturas da mente. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- LOUREIRO, Alicia Maria Almeida. O ensino de música na escola fundamental. Campinas: Papyrus, 2010.

PENNA, Maura. Música(s) e seu ensino. Porto Alegre: Sulina, 2008.

SWANWICK, Keith. Ensinando música musicalmente. São Paulo: Moderna, 2003.

## CONHECENDO O NEO-REALISMO: TRANSIÇÕES CULTURAIS E MOVIMENTOS SUBSEQUENTES

**Autor(a):** Priscila De Freitas Luiz Inone

### Resumo

O artigo aborda o Neo-Realismo como um movimento artístico e literário surgido na primeira metade do século XX, marcado pela representação das condições sociais das classes trabalhadoras e marginalizadas, com foco na denúncia das desigualdades e na promoção da consciência social. O estudo investiga a influência do Neo-Realismo em Portugal, destacando autores como Alves Redol e Fernando Namora, e sua expressão no cinema, especialmente no Neo-Realismo Italiano. A partir de uma análise histórica e cultural, o trabalho examina as transições culturais subsequentes, como o Existencialismo, o Surrealismo, o Pós-Modernismo, o Novo Cinema e a literatura experimental, que deslocaram o foco da coletividade para a introspecção e a fragmentação da realidade. A metodologia combina revisão bibliográfica e análise crítica das obras literárias e cinematográficas, evidenciando como esses movimentos refletiram as transformações sociais e ideológicas do século XX. Conclui-se que o legado do Neo-Realismo permanece relevante, pois seus princípios de engajamento social e político influenciaram movimentos posteriores, ampliando a reflexão artística para dimensões filosóficas, psicológicas e poéticas, e contribuindo para a compreensão das dinâmicas culturais em Portugal e na Europa.

**Palavras-chave:** movimento artístico; neo-realismo; desigualdade.

### **SEGMENTO CULTURAL NEO-REALISMO**

O movimento que sucedeu o Neo-Realismo, especialmente na segunda metade do século XX, foi o Existencialismo e, mais tarde, o Surrealismo e o Experimentalismo. Esses movimentos trouxeram uma mudança no foco cultural, saindo de uma abordagem social coletiva para uma exploração mais introspectiva e individual das experiências humanas. Principais movimentos e tendências culturais que se desenvolveram após o Neo-Realismo:

Existencialismo Ganhou força após a Segunda Guerra Mundial e focava na angústia existencial e na liberdade individual, rejeitando a ideia de destino coletivo e destacando a solidão e a alienação da vida moderna. Na literatura, nomes como Jean-Paul Sartre e Albert Camus foram

fundamentais. Em Portugal, Vergílio Ferreira foi um dos autores mais influenciados por esta corrente.

**Surrealismo** Embora tenha começado nos anos 1920, o Surrealismo teve um ressurgimento e ganharam novas interpretações no pós-guerra, promovendo uma busca pelo subconsciente, sonhos e liberdade criativa. Artistas e escritores como Mário Cesariny e Cruzeiro Seixas adotaram o surrealismo em Portugal, trazendo temas oníricos e abstratos, em contraste com o realismo e a objetividade Neo-Realista.

**Pós-Modernismo** Na década de 1960, o Pós-Modernismo começou a desafiar as narrativas lineares e as convenções tradicionais de representação. Ele apresentava uma visão fragmentada da realidade, misturando estilos e desconstruindo o conceito de verdade objetiva. No contexto português, autores como Herberto Helder exploraram formas poéticas complexas e metafóricas.

**Novo Cinema** O Novo Cinema português, que emergiu nos anos 1960, inspirou-se no neorealismo, mas com uma abordagem mais subjetiva e poética, e também nas novas técnicas do cinema europeu. Realizadores como Paulo Rocha e Fernando Lopes exploraram temáticas sociais e culturais de forma menos direta e mais experimental, refletindo a transição cultural que o país vivia.

**Literatura Experimental e Introspectiva** A literatura após o Neo-Realismo passou a investigar o psicológico, o metafísico e o existencial. Autores como José Saramago trouxeram uma fusão entre crítica social e fantasia, permitindo que a literatura portuguesa mergulhasse em estilos mais experimentais e universais. Esses movimentos deram continuidade à reflexão sobre a sociedade e o indivíduo, mas expandiram o alcance das artes para dimensões filosóficas, psicológicas e poéticas, refletindo as mudanças culturais e ideológicas de meados do século XX em diante.

Na ordenação dos adeptos do Neo-Realismo, é preciso ter em o seguinte: 1) alguns foram consciente neo-realista, de obra, de ação e, não raro, de pensamento político: 2) alguns outros foram Neo-Realistas por coincidência, quer seguindo os ditames da vocação literária pessoal, quer recebendo os naturais influxos do ambiente Neo-Realista, em especial durante a os anos da II Grande Guerra. (MOISÉS, p. 273, SP).

O termo "Neo-Realistas" refere-se a artistas, escritores e intelectuais que participaram ou foram influenciados pelo movimento Neo-Realista, caracterizado por um forte compromisso social e político. Para os Neo-Realistas, a arte era uma ferramenta de denúncia das injustiças sociais e um meio para promover a consciência de classe e a mudança. Este movimento estava associado a ideais políticos de esquerda e defendia a justiça social, frequentemente em oposição a regimes opressivos e autoritários.

**Neo-Realistas** Os Neo-Realistas eram autores e artistas comprometidos com uma visão crítica da realidade social e econômica, apresentando a vida das classes desfavorecidas de forma crua e autêntica. Eram muitas vezes também ativistas interessados em criar obras que fizessem eco das lutas e aspirações do povo. Em Portugal, esses artistas foram influenciados pela pobreza rural, pelo analfabetismo e pelas condições difíceis de trabalho que caracterizavam a sociedade da época.

Uma obra Neo-Realista é caracterizada por um realismo crítico e social, focado na descrição da vida das classes populares, dos trabalhadores rurais e urbanos, expondo as condições de exploração e desigualdade. Essas obras não idealizam a vida dos pobres, mas mostram suas dificuldades, esperanças e resistências. Livros, filmes e pinturas Neo-Realistas têm uma estética direta e acessível, com personagens que representam o coletivo em vez de indivíduos isolados. Em Portugal, obras como *Gaibéus*, de Alves Redol, e *Esteiros*, de Soeiro Pereira Gomes, são exemplos icônicos deste estilo.

A ação Neo-Realista refere-se ao envolvimento ativo dos artistas e intelectuais no contexto social e político, através da sua arte e, frequentemente, de participação em atividades de resistência, como movimentos trabalhistas, sindicatos e grupos de discussão política. Além das suas criações artísticas, os neo-realistas estavam envolvidos em movimentos sociais, procurando atuar para mudar as estruturas injustas que retratavam nas suas obras.

**Pensamento Político Neo-Realista** O pensamento político Neo-Realista era marcado por uma perspectiva marxista ou socialista, que visava à emancipação das classes trabalhadoras e à redistribuição de riqueza. A maioria dos Neo-Realistas acreditava que a mudança social passava pela transformação das condições econômicas e políticas, e que a arte tinha um papel fundamental na conscientização do público. Essa abordagem era, muitas vezes, uma forma de resistência cultural contra o autoritarismo e a censura.

O Neo-Realismo foi um movimento que ultrapassou a arte pela arte, defendendo que o valor das produções culturais estava na sua capacidade de influenciar e transformar a sociedade. (...) entre os dois primeiros do primeiro grupo, seja entre os do segundo, houve escritores que não aceitaram senão parcialmente a nova moda, e evoluíram por trilhas próprias, tornaram-se autônomas e muitas vezes contraditórios: também houve outros que foram atenuando, no decurso de sua trajetória, a rigorosa ortodoxia do começo. (MOISÉS, p. 273, SP).

Após o auge do Neo-Realismo, muitos dos escritores desse movimento seguiram novas direções, evoluindo em seus estilos e abordagens temáticas de forma independente. Esse processo deu-se em resposta tanto às transformações políticas e sociais de meados do século XX, como à

necessidade individual de explorar novas expressões artísticas. Assim, podemos entender as "novas trilhas" dos escritores Neo-Realistas como uma progressão natural para além das convenções do movimento, adotando temas e técnicas mais complexas e diversificadas, ao mesmo tempo que mantinham um vínculo com os valores humanistas e sociais.

**Individualização dos Estilos** Ao longo do tempo, os autores Neo-Realistas desenvolveram estilos e abordagens próprias, menos rígidas e mais introspectivas. Alguns passaram a explorar a subjetividade e a psicologia das personagens, distanciando-se do foco estritamente social e das narrativas de coletividade que marcaram a fase inicial do Neo-Realismo. Este movimento em direção a uma voz própria permitiu que cada autor investigasse temas mais profundos e universais, como a condição humana, a liberdade e o sentido da existência, sem abandonar completamente a preocupação social.

**Expansão Temática e Linguística** Na literatura portuguesa, escritores como José Saramago e Vergílio Ferreira exemplificam esta evolução. Saramago, embora com raízes neo-realistas, passou a incorporar o fantástico e o alegórico em suas obras, como em Ensaio sobre a Cegueira, combinando crítica social com elementos experimentais. Vergílio Ferreira, por outro lado, enveredou pelo existencialismo, explorando temas de alienação e identidade em obras como Aparição, que se distanciam da denúncia social direta e revelam uma investigação mais filosófica.

**Autonomia Criativa e Estética** Essa autonomia permitiu aos autores evoluir suas narrativas e inovar no uso da linguagem, adotando uma escrita menos formal e mais poética, onde a densidade das descrições dava lugar a construções linguísticas elaboradas e estilizadas. Este caminho autônomo refletia a adaptação dos escritores às mudanças do mundo, explorando novos campos estéticos como o surrealismo, a poesia concreta e o pós-modernismo.

**Distanciamento da Militância Política Estrita** Com o tempo, muitos desses autores afastaram-se do envolvimento político direto, substituindo a narrativa ativista por uma visão crítica e analítica da sociedade. As novas abordagens permitiram que as obras fossem menos prescritivas e mais reflexivas, oferecendo ao leitor espaço para interpretações e pensamentos próprios. Assim, o engajamento político passou a ser mais sutil, mas ainda presente, nas análises da condição humana e das estruturas de poder.

Em suma, as "novas trilhas" dos escritores Neo-Realistas representam uma evolução em que cada autor encontrou uma forma de se reinventar, preservando o compromisso com a análise crítica da sociedade, mas ampliando o escopo de temas, estilos e linguagens. Esse movimento deu à literatura portuguesa uma diversidade de vozes, abordagens e perspectivas que continuam a influenciar gerações seguintes.

## CONCLUSÃO

Conhecer o Neo-Realismo é compreender um movimento artístico e literário que, mais do que retratar a realidade, visou transformar a sociedade através de um compromisso com as questões sociais e políticas. Esse movimento emergiu em resposta às condições de desigualdade, pobreza e repressão que marcaram a primeira metade do século XX, destacando-se pela sua representação direta e sensível das vidas das classes trabalhadoras e marginalizadas. Com um olhar crítico e transformador, os autores e artistas Neo-Realistas procuraram não apenas descrever, mas também denunciar e incitar à reflexão sobre a necessidade de justiça social.

Ao mergulharmos na literatura e nas obras visuais Neo-Realistas, percebemos uma estética que privilegia a simplicidade, a autenticidade e a acessibilidade, colocando o foco nas vidas comuns e nas lutas coletivas. Em Portugal, este movimento marcou profundamente a literatura e inspirou gerações de escritores, como Alves Redol e Soeiro Pereira Gomes, que se dedicaram a representar a realidade social com um rigor quase documental, mas com uma sensibilidade que convidava à empatia e ao engajamento.

O legado do Neo-Realismo transcende as suas obras iniciais, pois abriu caminho para novas formas de expressão artística e socialmente comprometida. Esse movimento influenciou a evolução posterior da literatura e das artes, deixando uma herança de consciência social e humanismo que ainda reverbera em diversas áreas culturais. Conhecer o Neo-Realismo é, portanto, conhecer um momento de transformação cultural, onde a arte e a literatura se tornaram ferramentas de resistência, de voz e de esperança para muitos.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Vieira de, “A Geração de 70”, in *À Janela de Tormes*, Lisboa, “Revista do Ocidente”, 1945p. 9-45
- LOPES, Oscar – *Realismo e Parmasianos*, Lisboa, Emp. Contemporâneo de Edições, s.d – 1946.
- MOISÉS, Massaud, *A Literatura Portuguesa*, 29ª ed. Ed. Cultrix, São Paulo, 1999.

## FUNDAMENTOS DO SOCIOINTERACIONISMO: BASES TEÓRICAS, DESENVOLVIMENTO E IMPLICAÇÕES EDUCACIONAIS

**Autor(a):** Jaqueline Silva Almeida Jordão

### Resumo

O presente artigo tem como objetivo discutir os fundamentos do sociointeracionismo, abordando suas bases teóricas, seus principais conceitos e suas implicações para a educação contemporânea. Parte-se da compreensão de que o desenvolvimento humano ocorre por meio da interação social mediada pela linguagem e pelos instrumentos culturais. O texto analisa os princípios centrais dessa abordagem, como mediação, internalização, zona de desenvolvimento proximal e papel da cultura na constituição das funções psicológicas superiores. Além disso, discute a aplicação do sociointeracionismo no contexto escolar, destacando a importância da interação, do diálogo e da colaboração no processo de ensino e aprendizagem. O artigo defende que o sociointeracionismo constitui referencial essencial para práticas pedagógicas que valorizem a construção coletiva do conhecimento e a formação de sujeitos críticos e participativos.

**Palavras-chave:** sociointeracionismo; mediação; interação social; desenvolvimento cognitivo; aprendizagem; educação.

### INTRODUÇÃO

O sociointeracionismo representa uma das abordagens teóricas mais relevantes no campo da Psicologia da Educação e das teorias do desenvolvimento humano. Essa perspectiva rompe com concepções individualistas da aprendizagem ao afirmar que o conhecimento se constrói na interação entre sujeito e sociedade. Diferentemente de abordagens que privilegiam exclusivamente fatores biológicos ou internos, o sociointeracionismo enfatiza a dimensão histórica, cultural e social da formação das funções psicológicas superiores.

Ao compreender que o desenvolvimento humano é mediado por instrumentos culturais, especialmente a linguagem, o sociointeracionismo oferece bases sólidas para repensar práticas pedagógicas, organização curricular e formação docente. A aprendizagem não é vista como processo isolado, mas como resultado de experiências compartilhadas e da participação ativa em contextos sociais.

O presente artigo busca fundamentar o sociointeracionismo, apresentando suas bases conceituais, seus princípios estruturantes e suas implicações para a educação. Ao longo do texto, serão discutidos conceitos centrais como mediação, interação, internalização, linguagem e zona de desenvolvimento proximal, além de refletir sobre os desafios contemporâneos para a aplicação dessa abordagem no contexto escolar.

**Contextualização histórica e epistemológica** O sociointeracionismo surge no início do século XX, em um contexto marcado por intensos debates sobre a natureza do desenvolvimento humano. Enquanto correntes behavioristas enfatizavam o papel do ambiente e teorias inatistas destacavam fatores biológicos, o sociointeracionismo propôs uma síntese que reconhecia a influência decisiva da cultura na formação da mente humana.

Essa abordagem parte do princípio de que o ser humano é, essencialmente, um ser social. Desde o nascimento, o indivíduo está inserido em um ambiente cultural que oferece ferramentas simbólicas, práticas sociais e sistemas de significação. O desenvolvimento psicológico não ocorre de maneira isolada, mas em constante relação com o outro.

Do ponto de vista epistemológico, o sociointeracionismo adota uma perspectiva histórico-cultural. Isso significa que as funções psicológicas superiores, como pensamento abstrato, memória voluntária e linguagem, são construídas historicamente e transmitidas culturalmente. O sujeito se constitui na relação com o meio social, internalizando instrumentos culturais que reorganizam sua atividade mental.

**A interação social como fundamento do desenvolvimento** Um dos princípios centrais do sociointeracionismo é a ideia de que a interação social precede o desenvolvimento individual. O aprendizado ocorre inicialmente no plano interpsicológico, ou seja, nas relações entre pessoas, para depois se internalizar e tornar-se intrapsicológico. A criança aprende a falar, pensar e resolver problemas por meio da interação com adultos e com outras crianças. Essas interações fornecem modelos, orientações e apoio que permitem ao indivíduo avançar em sua compreensão do mundo. O diálogo desempenha papel essencial nesse processo, pois possibilita a construção compartilhada de significados.

A interação não é mero intercâmbio de informações; ela envolve cooperação, negociação de sentidos e participação ativa. Em contextos educativos, a qualidade das interações influencia diretamente o desenvolvimento cognitivo e socioemocional dos estudantes. **Mediação e instrumentos culturais** O conceito de mediação é central no sociointeracionismo. O desenvolvimento humano não ocorre de forma direta entre sujeito e objeto, mas é mediado por instrumentos culturais. Esses instrumentos podem ser materiais, como ferramentas e tecnologias,

ou simbólicos, como a linguagem, os sistemas de numeração e os signos.

A linguagem é o principal instrumento de mediação, pois permite organizar o pensamento, planejar ações e compartilhar experiências. Ao internalizar a linguagem, o indivíduo transforma suas funções psicológicas, passando a operar em níveis mais complexos de abstração e autorregulação. A mediação também ocorre por meio da atuação do outro mais experiente, que orienta, explica e apoia o aprendiz. No ambiente escolar, o professor desempenha esse papel, criando situações que possibilitem a construção gradual do conhecimento.

**Zona de desenvolvimento proximal** A zona de desenvolvimento proximal é um dos conceitos mais conhecidos do sociointeracionismo. Ela refere-se à distância entre o nível de desenvolvimento real do indivíduo, determinado por aquilo que ele consegue fazer sozinho, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado por aquilo que consegue realizar com ajuda de alguém mais experiente.

Esse conceito destaca a importância da colaboração e da orientação no processo de aprendizagem. O ensino eficaz é aquele que atua na zona de desenvolvimento proximal, oferecendo desafios adequados e suporte temporário até que o aluno seja capaz de realizar a tarefa de forma autônoma.

A aplicação desse princípio na educação implica planejamento cuidadoso das atividades, considerando o nível de conhecimento prévio dos estudantes e proporcionando intervenções pedagógicas que promovam avanços progressivos. **Linguagem e pensamento** No sociointeracionismo, linguagem e pensamento estão profundamente interligados. A linguagem não é apenas meio de comunicação, mas instrumento de organização do pensamento. Ao internalizar a linguagem social, o indivíduo desenvolve a capacidade de pensar de maneira abstrata e reflexiva.

O discurso interno, que se desenvolve a partir do diálogo social, permite ao sujeito planejar ações, resolver problemas e controlar seu comportamento. Esse processo demonstra que o desenvolvimento cognitivo é inseparável das práticas culturais em que o indivíduo está inserido. Na educação, reconhecer essa relação implica valorizar práticas dialógicas, debates e atividades colaborativas que estimulem a expressão verbal e a reflexão coletiva.

**Sociointeracionismo e educação escolar** A aplicação do sociointeracionismo no contexto escolar exige uma mudança de paradigma. O ensino deixa de ser transmissão unilateral de conteúdos e passa a ser processo de construção coletiva do conhecimento. O professor assume papel de mediador, facilitando interações significativas e orientando os alunos em suas descobertas.

A sala de aula deve ser organizada como espaço de diálogo, cooperação e troca de

experiências. Trabalhos em grupo, projetos interdisciplinares e discussões orientadas são estratégias coerentes com essa perspectiva. Além disso, a avaliação deve considerar o processo de aprendizagem, valorizando o progresso individual e a participação nas interações coletivas. Contribuições para a formação docente O sociointeracionismo oferece importantes contribuições para a formação de professores. Ele enfatiza a necessidade de compreender o desenvolvimento dos alunos como processo social e histórico, evitando práticas pedagógicas centradas exclusivamente no conteúdo.

A formação docente deve incluir reflexão sobre a importância da mediação, do diálogo e da contextualização cultural do ensino. Professores precisam estar preparados para atuar como mediadores competentes, capazes de identificar a zona de desenvolvimento proximal de seus alunos e oferecer apoio adequado.

**Desafios contemporâneos** No contexto atual, marcado pela globalização e pelas tecnologias digitais, o sociointeracionismo enfrenta novos desafios. As interações passaram a ocorrer também em ambientes virtuais, ampliando as possibilidades de colaboração e construção coletiva do conhecimento. Entretanto, as desigualdades sociais e o acesso desigual às tecnologias impactam as oportunidades de aprendizagem. Aplicar os princípios sociointeracionistas requer políticas públicas que garantam condições adequadas de ensino e formação docente contínua.

**Críticas e limites** Embora amplamente reconhecido, o sociointeracionismo também recebe críticas. Alguns estudiosos argumentam que a ênfase na interação pode levar à subvalorização da instrução direta em determinados contextos. Outros apontam dificuldades práticas na implementação de metodologias colaborativas em turmas numerosas. Apesar dessas críticas, a abordagem permanece relevante por oferecer compreensão integrada do desenvolvimento humano e por valorizar a dimensão social da aprendizagem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os fundamentos do sociointeracionismo evidenciam que o desenvolvimento humano é inseparável do contexto social e cultural. A aprendizagem ocorre por meio da interação, da mediação e da internalização de instrumentos culturais, especialmente a linguagem. Ao reconhecer o papel central da interação e da colaboração, o sociointeracionismo oferece base sólida para práticas educativas que promovam autonomia, pensamento crítico e participação ativa. Sua aplicação exige compromisso com a qualidade das interações e com a valorização da diversidade cultural presente na escola.

## **BIBLIOGRAFIA NACIONAL**

BECKER, Fernando. Educação e construção do conhecimento. Porto Alegre: Artmed.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. São Paulo: Paz e Terra.

GERALDI, João Wanderley. O texto na sala de aula. São Paulo: Ática.

LA TAILLE, Yves de. Piaget, Vygotsky e Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus.

MACEDO, Lino de. Ensaio construtivistas. São Paulo: Casa do Psicólogo.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. Ensino: as abordagens do processo. São Paulo: EPU.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento. São Paulo: Scipione.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. A criança na fase inicial da escrita. São Paulo: Cortez.

SOARES, Magda. Linguagem e escola: uma perspectiva social. São Paulo: Ática.

WEISZ, Telma. O diálogo entre o ensino e a aprendizagem. São Paulo: Ática.

## APRENDIZAGEM DA ESCRITA: PRESSUPOSTOS INTRODUTÓRIOS

**Autor(a):** Jessica Ferreira Da Silva

### Resumo

A aprendizagem da escrita constitui um processo complexo que envolve dimensões linguísticas, cognitivas, sociais e culturais. Este artigo tem como objetivo discutir os pressupostos introdutórios que fundamentam a aprendizagem da escrita, analisando suas bases históricas, teóricas e pedagógicas. Parte-se da compreensão de que a escrita é um sistema simbólico construído socialmente e que sua apropriação exige mediação qualificada e inserção em práticas significativas de leitura e produção textual. O texto aborda a relação entre alfabetização e letramento, os aspectos linguísticos envolvidos na aquisição do sistema alfabético, a dimensão interacional do processo e o papel do professor como mediador da aprendizagem. Defende-se que compreender os fundamentos iniciais da aprendizagem da escrita é condição essencial para promover práticas educativas que garantam formação crítica, autonomia e participação social.

**Palavras-chave:** aprendizagem da escrita; alfabetização; letramento; linguagem; cultura escrita; mediação pedagógica.

### INTRODUÇÃO

A escrita é uma das mais significativas conquistas culturais da humanidade. Sua invenção possibilitou o registro da memória coletiva, a organização do conhecimento e a ampliação das formas de comunicação. No âmbito educacional, aprender a escrever representa um dos principais objetivos da escolarização inicial, pois constitui base para a participação social e para o desenvolvimento intelectual.

Contudo, a aprendizagem da escrita não pode ser compreendida como processo meramente técnico. Durante muito tempo, predominou a ideia de que alfabetizar consistia apenas em ensinar a decodificar e codificar sinais gráficos. Pesquisas desenvolvidas nas áreas da Linguística, da Psicologia e da Educação demonstraram que esse processo é muito mais abrangente, envolvendo construção ativa de hipóteses, reflexão sobre a linguagem e inserção em práticas sociais letradas.

Este artigo propõe discutir os pressupostos introdutórios da aprendizagem da escrita, destacando fundamentos históricos, linguísticos, cognitivos e sociais. Busca-se oferecer uma visão

integrada que contribua para a compreensão do fenômeno e para a qualificação das práticas pedagógicas. A escrita como fenômeno histórico e cultural A escrita não é um dado natural, mas uma construção histórica. Desde as primeiras formas de registro pictográfico até os sistemas alfabéticos contemporâneos, a humanidade desenvolveu diferentes maneiras de representar a linguagem graficamente. Cada sistema de escrita reflete necessidades sociais específicas e organiza-se segundo princípios próprios.

No caso do português, o sistema alfabético baseia-se na correspondência entre grafemas e fonemas. Entretanto, essa relação não é totalmente regular, pois a ortografia preserva marcas históricas e morfológicas. Assim, aprender a escrever envolve compreender não apenas sons e letras, mas também convenções estabelecidas socialmente.

Reconhecer a escrita como produto cultural implica entender que sua aprendizagem depende do acesso às práticas sociais que a sustentam. A escola desempenha papel fundamental nesse processo, pois é responsável por sistematizar o ensino e promover a inserção do aluno na cultura escrita.

**Alfabetização e letramento: distinções necessárias** Os conceitos de alfabetização e letramento são fundamentais para compreender os pressupostos da aprendizagem da escrita. Alfabetização refere-se ao domínio do sistema de escrita alfabética, envolvendo reconhecimento de letras, compreensão das relações fonema-grafema e aquisição das convenções ortográficas. Letramento, por sua vez, refere-se à participação nas práticas sociais que utilizam a leitura e a escrita. Envolve compreender os usos da linguagem escrita em diferentes contextos, reconhecendo suas funções comunicativas e sociais.

A aprendizagem da escrita exige articulação entre essas duas dimensões. Ensinar apenas o código, sem contextualização, limita o desenvolvimento do sujeito. Por outro lado, promover práticas de leitura e escrita sem assegurar compreensão do sistema alfabético compromete a autonomia do aprendiz. Dimensão linguística da aprendizagem da escrita A apropriação da escrita envolve diferentes níveis linguísticos interdependentes. O nível fonológico exige a percepção dos sons da fala e sua segmentação em unidades menores. A consciência fonológica é essencial para compreender o princípio alfabético.

No nível morfológico, o aluno precisa reconhecer a estrutura interna das palavras, identificando radicais, prefixos e sufixos. Esse conhecimento contribui para a compreensão de regularidades ortográficas e para a ampliação do vocabulário. A dimensão sintática envolve organização das palavras na frase e uso adequado de concordância e pontuação. Já o nível semântico e textual refere-se à construção de sentidos e à organização coerente das ideias.

Essas dimensões articulam-se no processo de produção escrita, exigindo reflexão constante sobre o funcionamento da língua. Dimensão cognitiva Do ponto de vista cognitivo, a aprendizagem da escrita envolve processos de atenção, memória, percepção e pensamento abstrato. A criança constrói progressivamente hipóteses sobre o funcionamento do sistema de escrita, reformulando-as à medida que interage com textos e situações de ensino.

A consciência metalinguística desempenha papel central nesse processo. Ao refletir sobre a linguagem como objeto, o aprendiz desenvolve capacidade de analisar palavras, identificar padrões e compreender regras. A aprendizagem ocorre de forma gradual e não linear. Erros fazem parte do processo e revelam etapas importantes na construção do conhecimento. Dimensão social e interacional A escrita é prática social e, como tal, depende de interação. A aprendizagem ocorre em contextos nos quais o sujeito participa de situações significativas de leitura e produção textual.

A interação com colegas e professores amplia repertórios linguísticos e possibilita a construção coletiva de sentidos. O diálogo favorece a reflexão e desenvolvimento da autonomia. O ambiente escolar deve oferecer diversidade de textos e oportunidades reais de comunicação escrita, promovendo inserção efetiva na cultura letrada. O papel do professor O professor é o mediador do processo de aprendizagem da escrita. Cabe a ele organizar situações didáticas que promovam reflexão linguística e uso social da linguagem.

A mediação envolve escuta atenta, valorização das hipóteses dos alunos e proposição de desafios adequados ao nível de desenvolvimento. O docente precisa articular conhecimentos teóricos e prática pedagógica, criando ambiente que favoreça a experimentação e construção de sentido. Metodologias e práticas pedagógicas Diversas metodologias foram historicamente utilizadas na alfabetização, desde métodos sintéticos até abordagens construtivistas. Atualmente, reconhece-se que o ensino da escrita deve integrar reflexão sobre o sistema alfabético e práticas sociais de leitura e escrita.

Trabalhar com gêneros textuais, projetos interdisciplinares e análise linguística contextualizada contribui para aprendizagem significativa. A diversidade de estratégias permite atender às necessidades dos alunos e promover desenvolvimento integral. Avaliação no processo de aprendizagem A avaliação deve acompanhar o processo de construção da escrita, considerando avanços progressivos e hipóteses elaboradas pelos alunos. Registros sistemáticos e análise das produções textuais possibilitam identificar necessidades e orientar intervenções pedagógicas.

A avaliação formativa favorece a compreensão do percurso individual e contribui para práticas mais inclusivas. Desafios contemporâneos A expansão das tecnologias digitais introduziu novas formas de escrita e leitura, ampliando o conceito de letramento. A escola precisa considerar

essas transformações e preparar os alunos para múltiplos contextos comunicativos. Ao mesmo tempo, desafios como desigualdade social, acesso limitado a materiais de leitura e formação docente insuficiente ainda impactam a aprendizagem da escrita.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os pressupostos introdutórios da aprendizagem da escrita evidenciam que esse processo é multidimensional e exige articulação entre aspectos linguísticos, cognitivos e sociais. A escrita deve ser ensinada como prática cultural significativa, integrada ao cotidiano do aluno e mediada por profissionais qualificados. Superar concepções reducionistas é condição essencial para garantir formação crítica e autonomia. A aprendizagem da escrita, quando fundamentada teoricamente e desenvolvida em contextos significativos, contribui para formação de sujeitos capazes de participar ativamente da sociedade letrada.

## CONCLUSÃO

A aprendizagem da escrita, compreendida a partir de seus pressupostos introdutórios, configura-se como um processo amplo, dinâmico e profundamente articulado às dimensões linguísticas, cognitivas, sociais e culturais do desenvolvimento humano. Não se trata apenas da aquisição de um código gráfico, mas da apropriação de um sistema simbólico historicamente construído, que exige reflexão sobre a linguagem, compreensão de suas convenções e inserção em práticas sociais significativas.

[...] relação simbólica essencial contida numa mensagem linguística: a relação entre conceitos e sequências de sons da fala. Temos, portanto, na escrita, duas camadas sobrepostas de relação simbólica: uma relação entre a forma da unidade palavra e seu sentido ou conceito correspondente, e uma relação entre a sequência de sons da fala que compõem a palavra e a sequência de letras que transcrevem a palavra (LEMLE, 2007, p. 11).

Os fundamentos iniciais da aprendizagem da escrita evidenciam que alfabetização e letramento devem caminhar de forma integrada. O domínio do sistema alfabético precisa estar associado à compreensão dos usos sociais da escrita, garantindo que o aprendiz não apenas escreva corretamente, mas produza sentidos e participe ativamente da cultura letrada. A construção desse conhecimento ocorre de maneira progressiva, por meio da elaboração e reformulação de hipóteses, nas quais o erro desempenha papel constitutivo do processo.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Irandé. Muito além da gramática. São Paulo: Parábola Editorial.
- BAGNO, Marcos. Nada na língua é por acaso. São Paulo: Parábola Editorial.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetização e linguística. São Paulo: Scipione.
- FERREIRO, Emilia. Reflexões sobre alfabetização. São Paulo: Cortez.
- GERALDI, João Wanderley. O texto na sala de aula. São Paulo: Ática.
- KATO, Mary Aizawa. No mundo da escrita. São Paulo: Ática.
- LEMLE, Miriam. Guia teórico do alfabetizador. 17. ed. São Paulo: Ática, 2007.
- MORAIS, Artur Gomes de. Ortografia: ensinar e aprender. São Paulo: Ática.
- ROJO, Roxane. Letramentos múltiplos, escola e inclusão social. São Paulo: Parábola Editorial.
- SOARES, Magda. Alfabetização e letramento. São Paulo: Contexto.
- WEISZ, Telma. O diálogo entre o ensino e a aprendizagem. São Paulo: Ática.

## A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA SEXUALIDADE: A PERSPECTIVA CRISTÃ SOBRE A SEXUALIDADE HUMANA

**Autor(a):** Jessica Ferreira Da Silva

### Resumo

Este artigo analisa a construção histórica da sexualidade a partir da perspectiva cristã, enfocando como as doutrinas religiosas moldaram a compreensão e regulação da sexualidade humana ao longo do tempo. A questão central reside em compreender de que forma o Cristianismo interpreta a sexualidade, destacando seus princípios fundamentais e suas implicações morais. O objetivo é investigar a visão cristã sobre a sexualidade, considerando seus fundamentos bíblicos, tradições e normas éticas. A abordagem teórica combina análise histórica e teológica, examinando textos sagrados, tradições e práticas religiosas. Os resultados indicam que o Cristianismo entende a sexualidade como um dom divino, valorizado especialmente no contexto do casamento, com propósitos de procriação e união conjugal. A moral cristã estabelece restrições rigorosas, condenando relações fora do matrimônio, promovendo a castidade e associando a sexualidade ao conceito de pecado quando desvinculada da vontade divina. Embora algumas denominações estejam reavaliando interpretações tradicionais, a pureza sexual e a disciplina dos desejos permanecem centrais, especialmente para religiosos que adotam a castidade absoluta. Assim, a sexualidade, na visão cristã, é uma dimensão sagrada da vida humana, ordenada segundo preceitos espirituais e éticos que refletem a relação entre o ser humano e Deus.

**Palavras-chave:** sexualidade; cristianismo; revolução.

### A VISÃO CRISTÃ SOBRE A SEXUALIDADE

O Cristianismo aborda a sexualidade humana como uma dimensão importante da vida, mas interpretada e moldada por suas doutrinas religiosas, que variam dependendo das denominações e contextos históricos. Em termos gerais, a visão cristã da sexualidade está fundamentada na Bíblia e na tradição, enfatizando princípios como a pureza, a santidade e o propósito divino das relações sexuais.

A sexualidade como um dom de Deus O Cristianismo ensina que a sexualidade é um dom concedido por Deus à humanidade. É vista como parte da criação divina, intrinsecamente boa e

com um propósito específico. No relato da criação no Génesis, a união entre o homem e a mulher é apresentada como parte do plano divino: “Portanto, deixará o homem o seu pai e a sua mãe, e unir-se-á à sua mulher, e serão uma só carne” (Génesis 2:24). Aqui, o sexo é valorizado, especialmente dentro do casamento, como uma expressão de amor, intimidade e unidade.

O propósito do sexo: procriação e união Tradicionalmente, o Cristianismo enfatiza dois propósitos principais para a sexualidade: Procriação: O sexo é entendido como meio para gerar vida, alinhando-se ao mandamento divino de “crescer e multiplicar-vos” (Génesis 1:28); União conjugal: O ato sexual dentro do casamento também simboliza a aliança entre o casal, refletindo o compromisso de amor e fidelidade.

A moralidade sexual e as restrições Com o passar do tempo, o Cristianismo desenvolveu normas rigorosas sobre o comportamento sexual. O sexo fora do casamento (fornicação) é geralmente condenado. A castidade é promovida, sendo vista como virtude antes do casamento; A infidelidade conjugal (adultério) é proibida, interpretada como uma quebra da aliança matrimonial; A homossexualidade é considerada, em muitas tradições cristãs, contrária ao plano de Deus. Algumas denominações, no entanto, estão a reinterpretar essas passagens à luz de novos entendimentos sobre sexualidade e igualdade; A pornografia, promiscuidade e qualquer comportamento que objetifique o corpo ou desrespeite a dignidade humana são igualmente desencorajados.

A sexualidade e o pecado No Cristianismo, a sexualidade está frequentemente relacionada ao conceito de pecado, especialmente fora dos limites estabelecidos pela moral cristã. A doutrina do pecado original também influencia essa visão, retratando a humanidade como propensa à tentação e à desordem na vivência da sexualidade. Assim, a Igreja ensina que a sexualidade deve ser ordenada segundo a vontade de Deus.

A valorização da pureza e da castidade A pureza sexual é um tema central no Cristianismo, sobretudo na tradição católica e protestante. A castidade é incentivada como uma forma de disciplinar os desejos e viver de acordo com os valores espirituais. Para aqueles que não se casam, como os padres e religiosos, a castidade absoluta é considerada um testemunho de entrega a Deus.

Modernidade e mudanças nas interpretações Nas últimas décadas, algumas denominações cristãs têm revisto certos ensinamentos sobre sexualidade à luz de debates contemporâneos. Questões como o reconhecimento dos direitos LGBTQ+, a igualdade de género e a liberdade sexual suscitam discussões internas. Por exemplo, algumas igrejas protestantes têm abraçado a inclusão de casais do mesmo sexo, enquanto outras mantêm uma interpretação mais

conservadora.

No geral, a visão cristã da sexualidade está enraizada na ideia de que o corpo e os desejos humanos devem ser vividos de maneira que honre a Deus e promova o bem-estar espiritual, emocional e físico. O anúncio da diversidade sexual humana é hoje possível em função dos deslocamentos epistemológicos, bem como de mudanças sociopolíticas e tecnológicas ocorridas a partir do século XVIII, Sexo e sexualidade são temas que se constituem em objetos de pesquisas e discussão teórico em diversas áreas do conhecimento nesse início do século XXI. Uma estratégia historicamente torna-se fundamental, portanto, para que se possa compreender como determinadas áreas monopolizaram essa discussão. (TONELI, 2008, p. 62)

As questões relacionadas à sexualidade humana são complexas e influenciadas por diferentes perspectivas sociais, políticas e econômicas. Abaixo são descritas as principais visões relacionadas a cada um. A evolução da sexualidade ao longo da história gerou diversas questões sociais que moldaram os comportamentos, valores e normas de diferentes sociedades. A seguir, estão algumas das principais questões sociais relacionadas à sexualidade:

**Tabus e Repressão Sexual** Durante séculos, a sexualidade foi cercada de tabus, especialmente em sociedades regidas por dogmas religiosos. As relações sexuais fora do casamento, a homossexualidade e até mesmo a discussão aberta sobre o corpo e o prazer sexual eram de; Essa repressão gerou desigualdades, especialmente em relação às mulheres, que eram socialmente controladas por conceitos de "pureza" e "honra".

A sexualidade tem um impacto significativo nos contextos de "Educação e Saúde Sexual", influenciando diretamente a qualidade de vida, o bem-estar emocional e a saúde física das pessoas. Quando esses temas não são tratados, podem surgir diversas consequências, tanto positivas quanto negativas. Abaixo, apresento uma análise detalhada dessas consequências:

**Consequências no Contexto da Educação Sexual** A educação sexual é essencial para preparar indivíduos a compreenderem e gerenciarem sua sexualidade de forma responsável. Quando é bem rompido, pode trazer danos significativos, mas sua ausência ou inadequação gera desafios:.

**Consequências Positivas de uma Educação Sexual Abrangente** Promoção da Consciência e do Autocuidado: A educação sexual fornece informações necessárias sobre anatomia, reprodução, contracepção e saúde sexual, ajudando as pessoas a cuidarem de si mesmas.

**Prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs):** O ensino sobre métodos de prevenção, como preservativos, reduz a transmissão de HIV e outras DSTs.

**Redução de Gravidez Não Planeadas:** Jovens informados têm maior probabilidade de utilizar métodos contraceptivos de

forma consistente e eficaz. Fortalecimento do Consentimento e Respeito A educação sexual baseada em valores como o consentimento e a igualdade ajuda a combater a violência sexual e promover relacionamentos saudáveis. –

**Aceitação da Diversidade Sexual** Ao abordar temas como identidade de gênero e orientação sexual, a educação sexual pode promover a inclusão e reduzir o preconceito. Consequências Negativas da Ausência ou Educação Sexual Inadequada; Desinformação; Jovens sem acesso a informações confiáveis podem recorrer a fontes inconvenientes, como a pornografia, que podem distorcer a compreensão sobre sexo e relacionamentos. O fato de um sexo ser considerado superior ao outro ilustra a tese. A primeira forma de relação em que se vê claramente o envolvimento emocional entre casais é o amor ilustrado nas poesias sobre cavalheirismo da Idade Média. (MONKEM \$ DANTAS, Rio de Janeiro, p.. 40/41).

A primeira forma de relação em que se vê claramente o envolvimento emocional entre casais é o amor ilustrado nas poesias, faz referência ao papel crucial da literatura, especialmente da poesia, na expressão e idealização do amor romântico ao longo da história. Ela sugere que a poesia foi uma das primeiras manifestações culturais a capturar e descrever, de forma clara e sensível, o envolvimento emocional profundo entre os casais, algo que talvez não fosse tão evidente em outros contextos raros, meios artísticos a explorar o amor como uma emoção complexa, que vai além de questões práticas como alianças políticas ou obrigações familiares, comuns em muitos casamentos ao longo da história.

Especialmente durante a Idade Média, o conceito de “amor cortês” foi amplamente retratado por poetas trovadores, que escreviam sobre um amor idealizado, muitas vezes platônico e cheio de devoção. Essas poesias mostravam um forte envolvimento emocional entre casais, ainda que idealizado. História e Função dos Relacionamentos: Em períodos anteriores, as relações amorosas nem sempre colocavam a emoção e o vínculo romântico no centro. Os casamentos frequentemente eram arranjados com fins políticos, econômicos ou sociais, e o amor era secundário; A poesia trouxe à tona uma nova maneira de pensar sobre os relacionamentos: como uma conexão baseada em emoções profundas, como o desejo, a saudade, a admiração e a paixão.

**Expressão do Amor na Literatura:** A poesia é uma forma artística que se presta à introspecção e à expressão subjetiva, permitindo que os poetas descrevessem o amor de maneira intensa e emocional; Exemplo disso são os poemas medievais e renascentistas que exaltavam o amor impossível, a beleza da pessoa amada e os sofrimentos do coração apaixonado. Esses textos mostravam que o amor não era apenas físico ou prático, mas algo que afetava profundamente a alma.

Mudança Cultural: A poesia contribuiu para mudar a percepção social sobre o amor, enfatizando seu aspecto emocional e espiritual, o que influenciou a forma como as pessoas passaram a ver os relacionamentos. A poesia desempenhou um papel essencial na valorização do amor enquanto vínculo emocional entre casais. Ao ilustrar sentimentos de paixão, saudade, devoção e sofrimento, a poesia deu visibilidade a um tipo de relacionamento mais íntimo e sentimental, algo que não era tão claro ou celebrado em outras esferas da sociedade.

## CONCLUSÃO

A conclusão sobre a construção histórica da sexualidade deve considerar que ela é um fenômeno profundamente influenciado por fatores culturais, sociais, políticos e históricos. Michel Foucault, em sua obra História da Sexualidade, demonstra que a sexualidade não é uma realidade natural ou estática, mas sim um campo de produção discursiva, regido por normas e dispositivos de poder que variam ao longo do tempo e dos contextos históricos.

Ao longo da história, diferentes sociedades moldaram as concepções sobre o corpo, os desejos e as práticas sexuais, de acordo com interesses políticos, religiosos e econômicos. Na Antiguidade, por exemplo, o erotismo era abordado de maneira distinta em sociedades como a grega e a romana, enquanto a Idade Média foi marcada por uma moralidade sexual fortemente regulada pela Igreja. Já na modernidade, especialmente a partir do século XIX, a sexualidade passou a ser objeto de discursos médicos, científicos e jurídicos, que buscaram classificá-la, normalizá-la e, muitas vezes, patologizá-la.

Essa perspectiva histórica revela que o entendimento sobre sexualidade é construído e reconstruído continuamente, sendo permeado por disputas de poder e pela tentativa de controlar os corpos e as subjetividades. Assim, refletir sobre a construção histórica da sexualidade nos permite questionar preconceitos, desconstruir normatividades impostas e abrir espaço para a valorização da diversidade e da liberdade individual.

## REFERÊNCIAS

- MONKEN, Mauricio & DANTAS André Vieira (Org.– Iniciação Científica na Educação Profissional em Saúde: Articulando Trabalho Ciência e Cultura, FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2011
- TONELI, M. – Diversidade sexual humana: notas para a discussão no âmbito da psicologia e dos direitos humanos. Psicologia Clínica n.20, p. 61/73, 2008.

## A ZONA DE DESENVOLVIMENTO PROXIMAL (ZDP): FUNDAMENTOS TEÓRICOS E IMPLICAÇÕES

**Autor(a):** Maria Clebia De Araujo Carneiro

### Resumo

A Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) constitui um dos conceitos centrais da teoria histórico-cultural do desenvolvimento humano, representando um avanço significativo na compreensão dos processos de aprendizagem. Este artigo tem como objetivo analisar os fundamentos teóricos da ZDP, sua relação com o desenvolvimento cognitivo e suas implicações para a prática pedagógica. A ZDP é compreendida como a distância entre aquilo que o indivíduo já é capaz de realizar de forma autônoma e aquilo que pode realizar com auxílio de um mediador. Discute-se o papel da mediação, da interação social, da linguagem e do ensino na promoção do desenvolvimento. Abordam-se também as contribuições da ZDP para a organização do ensino, para a avaliação da aprendizagem e para a formação docente. Defende-se que a compreensão da ZDP permite superar concepções tradicionais de ensino, promovendo práticas pedagógicas que valorizem o potencial do aluno e a construção coletiva do conhecimento.

**Palavras-chave:** zona de desenvolvimento proximal; aprendizagem; mediação; interação social; desenvolvimento cognitivo; ensino.

### INTRODUÇÃO

A compreensão dos processos de aprendizagem tem sido objeto de estudo de diversas correntes teóricas ao longo da história da educação. Entre essas abordagens, destaca-se a teoria histórico-cultural, que enfatiza o papel das interações sociais e da cultura na formação das funções psicológicas superiores.

Nesse contexto, a Zona de Desenvolvimento Proximal emerge como conceito fundamental para compreender a relação entre ensino e desenvolvimento. Ao contrário de perspectivas que consideram o desenvolvimento como pré-requisito para a aprendizagem, a ZDP propõe que o ensino pode impulsionar o desenvolvimento, ampliando as capacidades do indivíduo.

Este artigo busca discutir os fundamentos da Zona de Desenvolvimento Proximal, suas bases teóricas e suas implicações para o ensino, destacando sua relevância para práticas

pedagógicas contemporâneas. Fundamentos da teoria histórico-cultural A teoria histórico-cultural parte do princípio de que o desenvolvimento humano é resultado da interação entre fatores biológicos e sociais. O sujeito se constitui nas relações que estabelece com o meio, apropriando-se de instrumentos culturais, entre os quais a linguagem ocupa papel central.

O desenvolvimento das funções psicológicas superiores ocorre por meio de processos de mediação, nos quais o indivíduo internaliza conhecimentos construídos socialmente. Essa perspectiva valoriza a aprendizagem como processo ativo, mediado por interações sociais significativas. A ZDP surge nesse contexto como conceito que evidencia a importância da mediação no desenvolvimento. Definição da Zona de Desenvolvimento Proximal A Zona de Desenvolvimento Proximal pode ser definida como a distância entre o nível de desenvolvimento real, representado pelas capacidades que o indivíduo já domina de forma independente, e o nível de desenvolvimento potencial, que corresponde às habilidades que pode desenvolver com auxílio.

Esse conceito rompe com a ideia de que a aprendizagem deve se limitar ao que o aluno já sabe fazer. Ao contrário, propõe que o ensino deve atuar sobre aquilo que o aluno ainda não domina, mas tem condições de aprender com apoio.

A ZDP evidencia o caráter dinâmico do desenvolvimento, mostrando que o potencial do indivíduo pode ser ampliado por meio da interação social. Níveis de desenvolvimento A compreensão da ZDP envolve distinção entre dois níveis de desenvolvimento. O nível de desenvolvimento real refere-se às competências já consolidadas, que o indivíduo consegue executar de forma autônoma. O nível de desenvolvimento potencial corresponde às habilidades em processo de construção, que dependem de orientação, colaboração ou apoio de um mediador.

A diferença entre esses dois níveis constitui a ZDP, espaço no qual ocorre a aprendizagem mais significativa. O papel da mediação A mediação é elemento central na teoria da ZDP. O mediador pode ser um professor, colega ou qualquer indivíduo mais experiente que contribua para o avanço do aprendiz. Por meio da mediação, o sujeito recebe orientações, pistas e apoio que possibilitam a realização de tarefas inicialmente inacessíveis. Com o tempo, essas habilidades são internalizadas, tornando-se parte do repertório do indivíduo.

A mediação não é apenas transmissão de conhecimento, mas processo interativo que envolve diálogo, negociação de significados e construção conjunta. A importância da linguagem A linguagem desempenha papel fundamental no desenvolvimento cognitivo, sendo principal instrumento de mediação. Por meio dela, o sujeito organiza o pensamento, comunica ideias e internaliza conhecimentos. Na ZDP, a linguagem possibilita interação entre mediador e aprendiz, favorecendo compreensão de conceitos e resolução de problemas.

O desenvolvimento da linguagem está diretamente relacionado ao avanço das funções psicológicas superiores. Interação social e aprendizagem A aprendizagem ocorre em contextos sociais. A interação com outros indivíduos permite troca de experiências, construção coletiva de conhecimento e desenvolvimento de habilidades. A ZDP destaca que o aprendizado não é processo individual isolado, mas resultado de relações sociais. O ambiente educativo deve favorecer cooperação, diálogo e participação ativa dos alunos.

Implicações pedagógicas A compreensão da ZDP tem importantes implicações para a prática pedagógica. O ensino deve ser planejado considerando o nível de desenvolvimento dos alunos e suas potencialidades. O professor precisa identificar a ZDP de cada estudante e propor atividades desafiadoras, mas possíveis de serem realizadas com apoio. Isso exige observação constante e flexibilidade metodológica. A organização do ensino deve priorizar atividades colaborativas, resolução de problemas e construção ativa do conhecimento.

Avaliação da aprendizagem A avaliação, à luz da ZDP, deve considerar não apenas o que o aluno já sabe fazer sozinho, mas também o que consegue realizar com ajuda. Isso amplia a compreensão do desenvolvimento e permite intervenções pedagógicas mais eficazes. A avaliação formativa, baseada em acompanhamento contínuo, é mais adequada para identificar avanços e necessidades. Formação docente

A aplicação da ZDP na prática educativa depende da formação docente. Professores precisam compreender fundamentos teóricos e desenvolver habilidades para atuar como mediadores. A formação deve incluir reflexão sobre práticas pedagógicas, análise de situações de ensino e desenvolvimento de estratégias que favoreçam interação e aprendizagem. Desafios na aplicação da ZDP Apesar de sua relevância, a aplicação da ZDP enfrenta desafios, como turmas numerosas, falta de recursos e formação insuficiente. Além disso, modelos tradicionais de ensino ainda predominam em muitas instituições. Superar esses desafios exige políticas públicas, investimento em formação docente e mudanças na organização escolar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Zona de Desenvolvimento Proximal constitui conceito fundamental para compreender a relação entre ensino e desenvolvimento. Ao enfatizar o papel da mediação e da interação social, a ZDP contribui para práticas pedagógicas mais inclusivas e eficazes. A aprendizagem, nesse contexto, é processo dinâmico e coletivo, que valoriza potencialidades dos alunos e promove desenvolvimento integral. A incorporação desse conceito na prática educativa pode transformar o

ensino, tornando-o mais significativo e contextualizado.

## CONCLUSÃO

A compreensão da Zona de Desenvolvimento Proximal como eixo estruturante dos processos de aprendizagem e desenvolvimento permite redefinir profundamente o papel do ensino, do professor e do próprio aluno no contexto educacional. Longe de uma perspectiva que concebe o aprendizado como resultado passivo da maturação individual, a ZDP evidencia que o desenvolvimento humano é impulsionado pelas interações sociais, pela mediação e pela inserção do sujeito em práticas culturais significativas.

Ao considerar a distância entre o que o aluno já realiza de forma autônoma e aquilo que pode realizar com apoio, a ZDP desloca o foco do ensino para o potencial de aprendizagem. Isso implica reconhecer que todo sujeito possui possibilidades em construção, que podem ser ampliadas quando há intervenções pedagógicas intencionais e qualificadas. Nesse sentido, o erro deixa de ser entendido como falha e passa a ser interpretado como indicativo de um processo em desenvolvimento, revelando caminhos possíveis para a ação docente.

A mediação, elemento central nesse processo, assume papel estratégico ao promover a internalização de conhecimentos por meio da linguagem, da interação e da colaboração. O professor, nesse contexto, deixa de ser mero transmissor de conteúdo para atuar como orientador do processo de aprendizagem, criando condições para que o aluno avance progressivamente em sua trajetória. A atuação docente exige sensibilidade para identificar as necessidades dos estudantes, propor desafios adequados e oferecer apoio que favoreça a autonomia.

“A posição que Vygotsky assume sobre a relação entre o desenvolvimento e a aprendizagem está declarada em seu conceito de zona de desenvolvimento proximal, através do qual nos oferece com magistral clareza, o que temos chamado “desenho da aula”, uma vez que nos aponta os limites e possibilidades nos quais devemos apoiar nossa tarefa de articulação e de mediação. Com isso, permite que nós, professores, apreendamos também o que não é aula, ou seja não estaremos cumprindo nosso papel com relação ao aluno, nem se estivermos trabalhando no interior da primeira esfera (por exemplo, quando utilizarmos a aula para fazê-lo retomar ao concreto palpável, em realidades que não lhe são conhecidas), nem sequer se o fizermos no exterior da segunda esfera (por exemplo, quando propusermos que apliquem teses gerais a casos específicos, em situações nas quais a construção de conceitos ainda não está garantida). (LARANJEIRAS, P. 89/90 1995, Bauru)

Além disso, a ZDP reforça a importância do ambiente social e das relações interpessoais na construção do conhecimento. A aprendizagem se configura como processo coletivo, no qual o diálogo, a cooperação e a troca de experiências ampliam as possibilidades de desenvolvimento. Práticas pedagógicas que valorizam o trabalho em grupo, a resolução colaborativa de problemas e a participação ativa dos alunos tornam-se, portanto, fundamentais.

No campo da avaliação, a perspectiva da ZDP propõe superação de modelos centrados exclusivamente em resultados finais. Avaliar passa a significar acompanhar o processo, identificar avanços potenciais e compreender as condições que favorecem a aprendizagem. Essa abordagem contribui para práticas avaliativas mais inclusivas, que reconhecem a diversidade de ritmos e trajetórias.

Entretanto, a efetivação dos princípios da ZDP na prática educativa enfrenta desafios significativos, como a permanência de modelos tradicionais de ensino, a falta de formação adequada dos professores e as limitações estruturais das instituições escolares. Superar essas dificuldades exige investimento em políticas públicas, formação continuada e reorganização das práticas pedagógicas.

Conclui-se que a Zona de Desenvolvimento Proximal permanece como um dos conceitos mais relevantes para a educação contemporânea, pois oferece fundamentos teóricos sólidos para a construção de práticas pedagógicas mais humanizadas, inclusivas e eficazes. Ao reconhecer o potencial de aprendizagem de cada sujeito e valorizar a mediação como elemento central do desenvolvimento, a ZDP contribui para uma educação comprometida com a formação integral, a autonomia e a transformação social.

## REFERÊNCIAS

- CAVALCANTI, Lana de Souza. Aprendizagem e ensino. Campinas: Papirus. Laranjeira, M.I. - Da Arte de Aprender ao Ofício de Ensinar - Relato, em reflexão, de uma trajetória. Bauru: EDUSC - 1995
- LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez.
- OLIVEIRA, Marta Kohl de. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento. São Paulo: Scipione.
- REGO, Teresa Cristina. Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação. Petrópolis: Vozes.
- SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica. Campinas: Autores Associados.
- SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. A criança na fase inicial da escrita. São Paulo: Cortez.



## OS ALICERCES LINGÜÍSTICOS DA ALFABETIZAÇÃO: CONCEITOS FUNDAMENTAIS PARA A COMPREENSÃO DO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DA LEITURA E DA ESCRITA

**Autor(a):** Maria Clebia De Araujo Carneiro

### Resumo

Este artigo apresenta uma análise aprofundada dos aspectos linguísticos que constituem a base para a aprendizagem da leitura e da escrita. Partindo do pressuposto de que a alfabetização é um processo complexo que transcende a mera codificação e decodificação, o texto explora as diferentes camadas do conhecimento linguístico necessário para que um indivíduo se aproprie do sistema de escrita alfabético. São discutidos conceitos fundamentais como consciência fonológica, relação fonema-grafema, desenvolvimento da consciência sintática, ampliação do léxico mental e a interface entre oralidade e letramento. A argumentação sustenta que o domínio desses aspectos, aliado a práticas pedagógicas intencionais, é determinante para o sucesso na alfabetização. O artigo conclui que a compreensão desses mecanismos linguísticos pelo educador é imprescindível para a superação das dificuldades de aprendizagem e para a promoção de uma educação linguística verdadeiramente inclusiva e eficaz.

**Palavras-chave:** alfabetização; consciência fonológica; aspectos linguísticos; aquisição da escrita; letramento.

### INTRODUÇÃO

Aprender a ler e escrever é, sem dúvida, um dos marcos mais significativos na trajetória de desenvolvimento de um indivíduo. Trata-se de um processo que não apenas abre as portas para o conhecimento sistematizado, mas também redefine a própria relação do sujeito com a linguagem e com o mundo. No entanto, a despeito da centralidade desse aprendizado, os índices de alfabetização no Brasil ainda revelam um cenário desafiador, marcado por distorções idade-série e por um contingente significativo de alunos que não atingem níveis considerados adequados de proficiência em leitura e escrita ao final dos anos iniciais do ensino fundamental.

Diante dessa realidade, faz-se premente uma reflexão aprofundada sobre os fundamentos que sustentam a aprendizagem da língua escrita. Muitas vezes, o debate educacional polariza-se entre métodos de alfabetização, como se houvesse uma única chave de ouro capaz de resolver

todas as questões. Contudo, a literatura especializada na área da linguística aplicada e da psicogênese da língua escrita tem demonstrado que, mais do que a adesão a um método específico, o que realmente faz a diferença é a compreensão, por parte do educador, dos aspectos linguísticos envolvidos no processo.

Este artigo tem como objetivo descrever, de forma sistemática, os conhecimentos linguísticos que são necessários para que um indivíduo aprenda a ler e escrever em um sistema alfabético como o português brasileiro. A tese central que orienta esta discussão é a de que a alfabetização bem-sucedida depende do desenvolvimento integrado de múltiplas competências linguísticas: desde a percepção dos menores sons da fala até a compreensão das estruturas sintáticas e das convenções ortográficas.

A relevância deste trabalho justifica-se pela necessidade de oferecer a educadores, estudantes de pedagogia e demais profissionais envolvidos com a educação básica um panorama claro e fundamentado sobre o que a ciência linguística tem a contribuir para a prática pedagógica. Ao compreenderem os mecanismos de funcionamento da língua, os professores estarão mais bem preparados para planejar intervenções didáticas que respeitem o percurso de aprendizagem de seus alunos e para identificar precocemente possíveis dificuldades.

A estrutura do artigo está organizada em eixos temáticos. Inicialmente, aborda-se a distinção entre aquisição da fala e aprendizagem da escrita, estabelecendo as bases para a compreensão do caráter artificial e culturalmente mediado do sistema alfabético. Em seguida, aprofunda-se o estudo da consciência fonológica, apresentada como a habilidade metalinguística mais preditiva do sucesso em alfabetização. Posteriormente, discute-se a relação entre fonemas e grafemas, os princípios do sistema alfabético e a complexidade ortográfica do português. Avança-se para a análise da consciência sintática e do desenvolvimento do léxico mental, demonstrando como a leitura e a escrita vão além da decodificação, envolvendo a compreensão e a produção de textos em diferentes gêneros discursivos. Finalmente, são tecidas considerações sobre as implicações pedagógicas desses conceitos.

### ***A DISTINÇÃO FUNDAMENTAL: ORALIDADE E ESCRITA***

Para compreender o que é preciso saber para aprender a ler e escrever, é necessário, antes de tudo, reconhecer a distinção entre a aquisição da língua oral e a aprendizagem da língua escrita. A fala é adquirida de forma natural, por imersão em um ambiente linguístico e por meio da interação social, sem a necessidade de instrução explícita. A criança desenvolve a capacidade de produzir e

compreender enunciados orais por um processo biológico e social, apoiado por um aparato cognitivo geneticamente programado para a linguagem.

A escrita, por outro lado, é uma invenção cultural. Diferentemente da fala, que tem cerca de cem mil anos, a escrita surgiu há aproximadamente cinco mil anos e, ao longo da história, nem todas as sociedades a desenvolveram ou tiveram acesso a ela. Para dominar a escrita, é necessário um processo deliberado de ensino e aprendizagem. A criança precisa compreender que a cadeia sonora da fala pode ser segmentada em unidades menores e que essas unidades são representadas por símbolos gráficos.

Essa distinção é crucial porque revela que, embora a oralidade seja um pré-requisito importante para a alfabetização, ela não garante, por si só, o sucesso na aprendizagem da escrita. Muitas crianças chegam à escola com um domínio razoável da língua oral, mas encontram dificuldades para entender o princípio alfabético. A alfabetização, portanto, envolve o desenvolvimento de uma nova atitude em relação à linguagem: a capacidade de tomar a própria língua como objeto de reflexão, o que a linguística denomina de consciência metalinguística.

Além disso, é importante considerar que a relação entre fala e escrita não é de simples correspondência. A escrita não é um mero espelho da fala. O português, como toda língua histórica, apresenta variações regionais, sociais e situacionais na oralidade, enquanto a escrita tende a se aproximar de uma norma padrão. O aprendiz precisa, portanto, lidar com essas diferenças, compreendendo que a escrita possui convenções próprias que nem sempre coincidem com a forma como se fala.

### **CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA: A PORTA DE ENTRADA PARA O PRINCÍPIO ALFABÉTICO**

Entre todos os aspectos linguísticos envolvidos na alfabetização, a consciência fonológica ocupa um lugar de destaque. Trata-se da habilidade de refletir e manipular conscientemente os segmentos sonoros que compõem as palavras. Diferentemente da percepção fonológica, que é automática e inconsciente no processamento da fala, a consciência fonológica exige um esforço cognitivo deliberado.

Os Níveis da Consciência Fonológica A consciência fonológica não é uma habilidade unitária, mas sim um conjunto de competências que se desenvolvem em uma progressão que vai das unidades maiores para as menores. O primeiro nível a emergir é a consciência silábica, que envolve a capacidade de segmentar palavras em sílabas, realizar a síntese silábica, identificar rimas e aliterações. Atividades como bater palmas para marcar as sílabas de uma palavra ou

encontrar palavras que rimam são exemplos de estímulo a esse nível.

Em seguida, desenvolve-se a consciência intrassilábica, que diz respeito à percepção dos constituintes internos da sílaba: o ataque (consoante ou consoantes que precedem a vogal) e a rima (vogal e consoantes que a seguem). Por exemplo, na palavra “casa”, o ataque da primeira sílaba é /k/ e a rima é /a/. A capacidade de identificar palavras que compartilham a mesma rima é uma habilidade importante nesse nível.

Finalmente, o nível mais sofisticado e o mais diretamente relacionado à alfabetização é a consciência fonêmica, que consiste na capacidade de perceber e manipular os fonemas, as unidades sonoras mínimas que distinguem significados em uma língua. No português, isso envolve identificar que a troca de um fonema altera o significado de uma palavra, como em “pala” e “bala”. A consciência fonêmica é particularmente desafiadora porque os fonemas, diferentemente das sílabas, não possuem uma existência acústica isolada na cadeia da fala; eles são coarticulados, ou seja, pronunciados de forma sobreposta.

A Relação Preditiva com a Alfabetização Inúmeros estudos nacionais e internacionais têm demonstrado que o nível de desenvolvimento da consciência fonológica no início do processo de alfabetização é um dos mais fortes preditores do sucesso futuro na leitura e na escrita. Crianças que chegam à escola com uma boa capacidade de segmentar palavras em sílabas, de identificar rimas e, principalmente, de manipular fonemas, tendem a aprender o sistema alfabético com mais facilidade.

Essa relação não é acidental. Para compreender o princípio alfabético, a criança precisa perceber que a escrita representa os sons da fala não em nível de palavras ou sílabas, mas em nível de fonemas. Sem essa percepção, o sistema alfabético permanece opaco. Por essa razão, a ausência de estímulo à consciência fonológica na educação infantil e nos anos iniciais é apontada como um fator determinante para as dificuldades de aprendizagem, incluindo quadros de dislexia.

É importante destacar, contudo, que a consciência fonológica não é uma habilidade inata; ela se desenvolve em grande medida por meio da exposição a práticas de linguagem oral e, posteriormente, por meio do próprio aprendizado da leitura e da escrita. Há uma relação bidirecional: a consciência fonológica facilita a alfabetização, e a alfabetização, por sua vez, potencializa a consciência fonológica, especialmente no nível fonêmico.

## ***O SISTEMA DE ESCRITA ALFABÉTICO: A RELAÇÃO ENTRE FONEMAS E GRAFEMAS***

Compreender o funcionamento do sistema de escrita alfabético é outro aspecto linguístico

fundamental. Diferentemente de sistemas ideográficos ou silábicos, o alfabeto representa unidades sonoras mínimas – os fonemas – por meio de letras ou combinações de letras – os grafemas. No entanto, essa relação não é uma correspondência biunívoca simples, especialmente em línguas como o português, que apresentam uma profundidade ortográfica considerável.

**Regularidades e Irregularidades** O português é caracterizado como um sistema alfabético de profundidade intermediária. Isso significa que, embora exista uma base fonológica consistente, há um conjunto significativo de irregularidades que precisam ser memorizadas. As relações fonema-grafema podem ser classificadas em diferentes categorias. Há relações regulares, nas quais a correspondência é previsível. Por exemplo, o fonema /b/ é sempre representado pelo grafema “b”; o fonema /p/ sempre pelo grafema “p”. Essas relações regulares constituem a base para a decodificação inicial. No entanto, há também relações regulares contextuais, em que a grafia é determinada pelo contexto fônico. O uso do “m” antes de “p” e “b”, ou as diferentes grafias para o fonema /s/ no início de sílaba (“s”) e no final de sílaba seguido de consoante (“s” ou “x”, como em “texto”) são exemplos desse tipo de regularidade.

Por fim, há as irregularidades, que não obedecem a uma regra previsível e exigem memorização. No português, destacam-se os casos de homofonia, como os diferentes grafemas que representam o mesmo fonema: “s”, “ss”, “c”, “ç” para o fonema /s/; “g” e “j” para o fonema /ʒ/; “x” e “ch” para o fonema /ʃ/. Além disso, há as palavras com “h” inicial, que não representa fonema algum, e os dígrafos, como “lh”, “nh”, “qu” e “gu” em contextos específicos.

**O Princípio Alfabético e a Ortografia** A compreensão do princípio alfabético vai além da simples memorização de pares fonema-grafema. Envolve a internalização de que o sistema é composto por um número limitado de unidades que se combinam de forma recursiva para formar um número infinito de palavras. A criança precisa entender que as letras representam sons, mas que a organização dessas letras segue convenções ortográficas que nem sempre são transparentes.

O domínio da ortografia, por sua vez, requer o desenvolvimento de múltiplas competências. Além da consciência fonológica, são necessárias a percepção das regularidades contextuais e morfológicas. Por exemplo, o uso do “s” em “pescador” ou do “ç” em “peixe” pode ser mais bem compreendido quando se considera a relação com outras palavras da mesma família (“pesca”, “peixeiro”). A ortografia, portanto, não é apenas uma questão fonológica, mas também morfológica e etimológica.

## **CONSCIÊNCIA SINTÁTICA E COMPREENSÃO TEXTUAL**

A leitura e a escrita não se reduzem à decodificação e codificação de palavras isoladas. A competência leitora plena envolve a compreensão de textos, e a produção escrita exige a organização de enunciados em estruturas sintáticas coerentes e coesas. Nesse sentido, a consciência sintática – a capacidade de refletir sobre e manipular a estrutura das sentenças – desempenha um papel fundamental.

**Sintaxe na Leitura** Durante o processo de leitura, o leitor utiliza seu conhecimento implícito da gramática para antecipar estruturas, resolver ambiguidades e construir o significado do texto. Mesmo quando as palavras são reconhecidas com fluência, é a compreensão das relações sintáticas que permite ao leitor atribuir papéis temáticos (quem faz o quê, em quem, para quem) e estabelecer conexões entre as partes do texto.

Para o aprendiz em fase de alfabetização, o desenvolvimento da consciência sintática envolve a capacidade de perceber a ordem das palavras, compreender a função dos conectivos, identificar a concordância nominal e verbal e detectar incoerências ou ambiguidades em frases. Essas habilidades são especialmente importantes na passagem da leitura de palavras isoladas para a leitura de frases e textos.

Estudos mostram que crianças com dificuldades na compreensão da leitura, mesmo quando apresentam boa decodificação, frequentemente apresentam déficits em consciência sintática. Essas crianças podem ler um texto com precisão, mas não conseguem responder perguntas que exigem a integração de informações ou a inferência de relações gramaticais.

**A Sintaxe na Escrita** Na produção escrita, a consciência sintática é igualmente crucial. Diferentemente da fala, que permite correções imediatas, reformulações e apoios contextuais, a escrita exige que o produtor planeje suas sentenças, organize-as de forma lógica e garanta a coesão entre as partes. Escrever é, em grande medida, um exercício de construção sintática deliberada.

O desenvolvimento da escrita envolve um percurso que vai da produção de frases simples e coordenadas para estruturas mais complexas, com subordinação, encaixamentos e articulação de diferentes tempos e modos verbais. A criança que ainda não consolidou a consciência sintática tende a produzir textos com frases fragmentadas, justapostas ou com problemas de concordância e regência. A prática de atividades que estimulam a reflexão sobre a estrutura das frases – como a expansão de frases, a transformação de estruturas, a correção de sentenças agramaticais e a análise da pontuação – são fundamentais para o desenvolvimento dessa competência.

## **O LÉXICO MENTAL E A FLUÊNCIA LEITORA**

Outro aspecto linguístico imprescindível é o desenvolvimento do léxico mental, que se refere ao conjunto de palavras que um indivíduo reconhece e utiliza. Na leitura, a amplitude e a organização do léxico mental estão diretamente relacionadas à fluência e à compreensão. Reconhecimento de Palavras O processo de leitura envolve duas rotas principais de reconhecimento de palavras: a rota fonológica e a rota lexical. A rota fonológica opera pela mediação da conversão grafema-fonema; é a rota utilizada no início da alfabetização, quando a criança ainda não tem um estoque visual de palavras. A rota lexical, por sua vez, permite o reconhecimento imediato da palavra como um todo, sem necessidade de decodificação fonológica. Essa rota é a base da leitura fluente.

A transição da rota fonológica para a lexical é um dos grandes objetivos da alfabetização. Quando um leitor se torna fluente, ele não precisa decodificar letra por letra; ele reconhece a palavra instantaneamente. Para que isso ocorra, é necessário um extenso treino de leitura que permita a formação de representações ortográficas robustas no léxico mental. Quanto mais palavras o leitor tiver armazenadas como unidades de reconhecimento direto, mais fluente será sua leitura.

Ampliação do Vocabulário Além do reconhecimento visual, a compreensão leitora depende crucialmente do conhecimento do significado das palavras. A relação entre vocabulário e leitura é bidirecional: um bom vocabulário facilita a compreensão do que se lê, e a leitura, por sua vez, é uma das principais formas de ampliar o vocabulário.

No contexto da alfabetização, é fundamental que as práticas pedagógicas incluam o trabalho sistemático com o desenvolvimento do vocabulário. Isso envolve não apenas a apresentação de palavras novas, mas também a exploração de relações semânticas como sinonímia, antonímia, hiperonímia, bem como a análise de campos semânticos e de famílias de palavras. Quanto mais rico e bem organizado for o léxico mental, maior será a capacidade do aluno para compreender textos de crescente complexidade.

## **A INTERFACE ENTRE CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA E CONSCIÊNCIA MORFOLÓGICA**

Uma perspectiva mais recente nos estudos sobre alfabetização tem destacado a importância da consciência morfológica, ou seja, a capacidade de refletir sobre as unidades mínimas de significado que compõem as palavras – os morfemas. Essa habilidade se mostra particularmente relevante no português, uma língua rica em flexões e derivações morfológicas.

A consciência morfológica envolve o reconhecimento de que palavras como “casa”, “casebre”, “caseiro” e “casinha” compartilham um morfema comum (“cas-”) com um significado central. Da mesma forma, envolve a percepção das flexões de gênero (menino/menina) e número (casa/casas), bem como das marcações verbais de tempo, modo e pessoa.

O desenvolvimento da consciência morfológica contribui para a alfabetização de várias maneiras. Em primeiro lugar, auxilia na compreensão das regularidades ortográficas baseadas na morfologia, como a manutenção da raiz em palavras de uma mesma família (“enxergar” e “enxerguei”, embora a pronúncia do “g” varie). Em segundo lugar, facilita a leitura de palavras longas e complexas, pois permite que o leitor as decomponha em unidades significativas mais manejáveis. Em terceiro lugar, é fundamental para a produção escrita, especialmente para o uso adequado das flexões verbais e nominais.

A integração entre consciência fonológica e consciência morfológica representa um avanço em relação às abordagens que privilegiam apenas o nível fonêmico. Enquanto a primeira é essencial para a decodificação inicial, a segunda torna-se cada vez mais importante à medida que a ortografia e a compreensão textual exigem um conhecimento mais profundo da estrutura das palavras.

### **IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS: O QUE ENSINAR E COMO ENSINAR**

A compreensão dos aspectos linguísticos aqui discutidos tem profundas implicações para a prática pedagógica. Em primeiro lugar, evidencia que a alfabetização não pode ser reduzida a um método único, mas requer um conjunto diversificado de práticas que atendam às diferentes dimensões da linguagem.

O Trabalho Sistemático com a Consciência Fonológica Uma das principais implicações é a necessidade de incluir, na rotina da educação infantil e dos anos iniciais, atividades sistemáticas e intencionais de desenvolvimento da consciência fonológica. Essas atividades devem partir do nível mais simples – a consciência de palavras e rimas – e avançar progressivamente para a consciência silábica e, finalmente, para a consciência fonêmica.

É importante que essas atividades sejam lúdicas e contextualizadas, mas também sistemáticas, ou seja, planejadas com objetivos claros e progressão definida. Jogos de rimas, parlendas, cantigas, segmentação silábica com apoio de gestos e, posteriormente, atividades de identificação de fonemas iniciais, finais e mediais são exemplos de práticas eficazes.

O Ensino Explícito do Sistema Alfabético Outra implicação relevante é a necessidade de

ensino explícito das relações entre fonemas e grafemas. O princípio alfabético não é descoberto espontaneamente por todas as crianças; muitas necessitam de instrução direta que lhes permita compreender como o sistema funciona. Isso envolve apresentar as letras, seus nomes e seus sons, demonstrar a segmentação de palavras em fonemas e a correspondente seleção de grafemas, e oferecer amplas oportunidades de prática.

O ensino explícito não se confunde com métodos mecânicos ou repetitivos. Pode ser realizado por meio de atividades significativas, como a escrita de palavras em contextos reais de comunicação, a análise de palavras em textos conhecidos e a reflexão orientada sobre regularidades e irregularidades ortográficas.

A Integração entre Leitura, Escrita e Reflexão Linguística Uma visão integrada da alfabetização pressupõe que a aprendizagem do sistema de escrita não está dissociada do uso social da leitura e da escrita. Desde o início do processo, as crianças devem ter contato com textos autênticos – histórias, poemas, notícias, listas, receitas – e ser incentivadas a produzir textos, ainda que com níveis variados de convencionalidade.

A reflexão linguística, ou seja, o momento de pensar sobre o que se aprendeu sobre a língua, deve ser parte integrante das aulas. Isso significa criar situações em que os alunos possam comparar palavras, discutir hipóteses sobre a escrita, refletir sobre regularidades e exceções, e sistematizar conhecimentos. Essa abordagem, que conjuga prática e reflexão, é a que melhor promove a transferência do aprendizado para novas situações.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo deste artigo, buscou-se demonstrar que aprender a ler e escrever é um processo complexo que exige o desenvolvimento e a integração de múltiplos aspectos linguísticos. Desde a consciência fonológica, que permite ao aprendiz perceber a estrutura sonora da fala, passando pela compreensão do sistema alfabético e suas regularidades, até o domínio da sintaxe, do léxico e da morfologia, cada uma dessas dimensões contribui de forma única para a formação do leitor e escritor competente.

A análise realizada evidencia que não há atalhos ou soluções mágicas para a alfabetização. O sucesso nesse processo depende de uma combinação de fatores: o desenvolvimento prévio da consciência fonológica, o ensino explícito e sistemático do sistema alfabético, a ampliação contínua do vocabulário e da compreensão textual, e a reflexão sobre as propriedades da língua em situações autênticas de uso.

Para o educador, compreender esses fundamentos linguísticos não é um luxo teórico, mas uma necessidade prática. Somente munido desse conhecimento ele poderá planejar intervenções adequadas, diagnosticar precocemente dificuldades, e oferecer a cada aluno o suporte necessário para que todos tenham a oportunidade de se apropriar da cultura escrita. A alfabetização é, antes de tudo, um direito de todos, e a garantia desse direito passa, necessariamente, por uma formação docente que integre o conhecimento linguístico à prática pedagógica.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetizando sem o bá-bé-bi-bó-bu. São Paulo: Scipione, 2009.
- FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- KLEIMAN, Ângela B. (Org.). Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado de Letras, 2005.
- LEMLE, Miriam. Guia teórico do alfabetizador. São Paulo: Ática, 2003.
- MORAIS, Artur Gomes de. Sistema de escrita alfabética. São Paulo: Melhoramentos, 2012.
- MORAIS, José. A arte de ler. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- SOARES, Magda. Alfabetização e letramento. São Paulo: Contexto, 2017.
- SOARES, Magda. Alfabetização: a questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2016.
- ZORZI, Jaime Luiz. Aprendizagem e distúrbios da linguagem escrita: questões clínicas e educacionais. Porto Alegre: Artmed, 2008.

## POLÍTICAS EDUCACIONAIS (LOCAL, ESTADUAL E NACIONAL): ANÁLISE DAS ESTRUTURAS E DESAFIOS NO BRASIL

**Autor(a):** Maria Clebia De Araujo Carneiro

### Resumo

As políticas educacionais constituem um conjunto de diretrizes, normas, programas e ações que orientam a organização e o funcionamento dos sistemas de ensino nos diferentes níveis federativos. No Brasil, a estrutura educacional é organizada de forma descentralizada, envolvendo União, Estados e Municípios em regime de colaboração. Este artigo tem como objetivo analisar as políticas educacionais nas dimensões local, estadual e nacional, discutindo seus fundamentos legais, sua organização administrativa, seus mecanismos de financiamento e seus principais desafios contemporâneos. Aborda-se a construção histórica da legislação educacional brasileira, a importância dos planos de educação, os instrumentos de avaliação e as políticas voltadas à equidade e à qualidade do ensino. Defende-se que a efetividade das políticas educacionais depende da articulação entre os entes federativos, da gestão democrática e do compromisso com a garantia do direito à educação de qualidade para todos.

**Palavras-chave:** políticas educacionais; gestão pública; sistema de ensino; plano nacional de educação; financiamento da educação; regime de colaboração.

### INTRODUÇÃO

A educação é reconhecida como direito social fundamental e instrumento essencial para o desenvolvimento humano, social e econômico. No Brasil, a organização da educação pública está fundamentada em princípios constitucionais que asseguram a universalização do acesso, a permanência na escola e a garantia de padrões mínimos de qualidade.

As políticas educacionais são responsáveis por transformar esses princípios em ações concretas. Elas orientam desde a formulação curricular até a distribuição de recursos financeiros, passando pela formação de professores, avaliação da aprendizagem e gestão escolar. Compreender as políticas educacionais em suas dimensões local, estadual e nacional é essencial para analisar o funcionamento do sistema educacional brasileiro.

Este artigo discute os fundamentos das políticas educacionais, suas bases legais, seus

mecanismos de implementação e os desafios enfrentados na busca por equidade e qualidade. Fundamentos legais das políticas educacionais brasileiras A organização das políticas educacionais no Brasil está ancorada em marcos legais que definem competências, responsabilidades e princípios. A Constituição Federal estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, garantindo acesso gratuito à educação básica obrigatória.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional regulamenta o sistema de ensino, definindo etapas da educação básica, modalidades de ensino, organização curricular e princípios da gestão democrática. Além disso, os Planos de Educação, elaborados em âmbito nacional, estadual e municipal, estabelecem metas e estratégias para períodos decentrais.

Esses instrumentos legais estruturam as políticas públicas educacionais, orientando sua implementação e avaliação. Organização federativa da educação O sistema educacional brasileiro é organizado em regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Cada ente federativo possui competências específicas, mas deve atuar de forma articulada para garantir o direito à educação. A União é responsável por estabelecer normas gerais, coordenar políticas nacionais e prestar assistência técnica e financeira aos demais entes. Os Estados atuam prioritariamente no ensino fundamental e médio, enquanto os Municípios concentram-se na educação infantil e no ensino fundamental.

Essa descentralização permite maior adequação às realidades locais, mas também exige mecanismos eficazes de cooperação e coordenação. Políticas educacionais em âmbito nacional No nível nacional, as políticas educacionais definem diretrizes gerais para todo o país. Entre os principais instrumentos destacam-se o Plano Nacional de Educação, a Base Nacional Comum Curricular e os programas de avaliação e financiamento. O Plano Nacional de Educação estabelece metas relacionadas à universalização do acesso, melhoria da qualidade, valorização dos profissionais da educação e ampliação do investimento público. A Base Nacional Comum Curricular define aprendizagens essenciais para cada etapa da educação básica, orientando a elaboração dos currículos estaduais e municipais.

Programas federais de financiamento e avaliação, como aqueles voltados ao desenvolvimento da educação básica e ao ensino superior, complementam essas diretrizes, buscando reduzir desigualdades regionais. Políticas educacionais estaduais Os Estados desempenham papel fundamental na organização e gestão do ensino médio e na coordenação do ensino fundamental em seu território. As secretarias estaduais de educação são responsáveis pela implementação das políticas nacionais, adaptando-as às especificidades regionais.

Os Planos Estaduais de Educação definem metas alinhadas ao Plano Nacional, mas

consideram demandas locais. Estados também desenvolvem programas próprios de formação docente, avaliação e inovação pedagógica. A autonomia estadual permite iniciativas diferenciadas, mas a qualidade das políticas depende de planejamento estratégico, gestão eficiente e uso adequado dos recursos. Políticas educacionais municipais Os Municípios são responsáveis principalmente pela educação infantil e pelo ensino fundamental. A proximidade com a comunidade local possibilita maior conhecimento das necessidades específicas da população.

Os Planos Municipais de Educação estabelecem metas relacionadas à expansão de vagas, melhoria da infraestrutura escolar, formação de professores e fortalecimento da gestão democrática. Entretanto, muitos municípios enfrentam limitações financeiras e administrativas, o que reforça a importância do regime de colaboração e do apoio técnico da União e dos Estados. Financiamento da educação O financiamento é elemento central das políticas educacionais. A Constituição determina aplicação mínima de recursos públicos em educação por parte dos entes federativos.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica constitui importante mecanismo de redistribuição de recursos, buscando reduzir desigualdades entre redes de ensino. Além disso, programas federais complementam o financiamento, apoiando alimentação escolar, transporte e aquisição de materiais. A garantia de investimento adequado é condição essencial para melhoria da qualidade educacional. Avaliação e qualidade da educação As políticas educacionais incluem sistemas de avaliação em larga escala, que monitoram o desempenho dos estudantes e subsidiam a formulação de estratégias de melhoria.

Essas avaliações permitem identificar desigualdades regionais, fragilidades curriculares e necessidades de formação docente. Contudo, é necessário evitar que resultados numéricos sejam utilizados de forma isolada, sem considerar contextos sociais e econômicos. A qualidade da educação deve ser compreendida de maneira ampla, incluindo infraestrutura, valorização profissional e participação da comunidade. Gestão democrática e participação social A legislação brasileira prevê a gestão democrática do ensino público. Isso implica participação de professores, estudantes, pais e comunidade nas decisões escolares.

Conselhos escolares, fóruns de educação e conferências são instrumentos de participação social que fortalecem a transparência e o controle das políticas públicas. A efetividade das políticas educacionais depende do engajamento coletivo e da construção de processos decisórios participativos. Desafios contemporâneos Entre os principais desafios das políticas educacionais estão a redução das desigualdades sociais, a melhoria da aprendizagem, a valorização docente e a incorporação das tecnologias digitais.

A pandemia evidenciou fragilidades no acesso à educação e ampliou disparidades. A recuperação da aprendizagem exige planejamento integrado e investimento consistente. Além disso, mudanças curriculares e demandas sociais exigem atualização constante das políticas públicas. Perspectivas para o futuro A consolidação de políticas educacionais eficazes requer continuidade administrativa, planejamento de longo prazo e compromisso com metas estabelecidas. A integração entre políticas nacionais, estaduais e municipais deve ser fortalecida, garantindo coerência e efetividade. Investimento em formação docente, inovação pedagógica e infraestrutura escolar são estratégias fundamentais. O fortalecimento da gestão democrática e do controle social contribui para maior transparência e responsabilidade na aplicação dos recursos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As políticas educacionais em âmbito local, estadual e nacional constituem pilares da organização do sistema educacional brasileiro. Sua eficácia depende da articulação entre entes federativos, da adequação às realidades regionais e do compromisso com a garantia do direito à educação de qualidade. A construção de políticas públicas educacionais exige planejamento, investimento e participação social. Superar desigualdades e promover qualidade requer ação coordenada, gestão eficiente e valorização dos profissionais da educação. A educação, enquanto direito fundamental, deve permanecer como prioridade nas agendas governamentais, orientando políticas comprometidas com equidade, inclusão e desenvolvimento social.

## **CONCLUSÃO**

As políticas educacionais, estruturadas nos âmbitos local, estadual e nacional, constituem o alicerce organizacional e normativo do sistema de ensino brasileiro. Elas traduzem, em ações concretas, o princípio constitucional da educação como direito de todos e dever do Estado, orientando desde a formulação curricular até os mecanismos de financiamento, avaliação e gestão escolar. A organização federativa, baseada no regime de colaboração, revela-se elemento central para garantir que as responsabilidades sejam compartilhadas e que as especificidades regionais sejam consideradas na implementação das políticas públicas.

A articulação entre União, Estados e Municípios é condição indispensável para assegurar equidade e qualidade educacional. Enquanto a esfera nacional define diretrizes gerais e promove mecanismos de financiamento e avaliação, os Estados e Municípios assumem papel estratégico

na execução das ações e na adaptação das políticas às realidades locais. Contudo, essa descentralização exige planejamento integrado, transparência na aplicação dos recursos e fortalecimento da gestão democrática.

Os desafios contemporâneos — como a redução das desigualdades, a valorização dos profissionais da educação, a incorporação de tecnologias e a superação das lacunas de aprendizagem — reforçam a necessidade de políticas educacionais consistentes, contínuas e fundamentadas em diagnósticos precisos. Investimentos adequados, formação docente qualificada e participação social efetiva são elementos essenciais para a consolidação de um sistema educacional mais justo e eficiente.

Conclui-se, portanto, que a efetividade das políticas educacionais depende não apenas de sua formulação normativa, mas de sua implementação comprometida e articulada entre os diferentes níveis de governo. Somente por meio de ações coordenadas e sustentáveis será possível garantir o direito à educação de qualidade e promover o desenvolvimento social e humano em todo o território nacional.

## REFERÊNCIAS

- CURY, Carlos Roberto Jamil. Educação e direito à educação no Brasil. São Paulo: Cortez.
- DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação no Brasil. Goiânia: Editora UFG.
- GADOTTI, Moacir. Educação e poder. São Paulo: Cortez.
- LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola. Goiânia: Alternativa.
- SAVIANI, Dermeval. Educação brasileira: estrutura e sistema. Campinas: Autores Associados.
- SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados.
- VEIGA, Ilma. Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico da escola. Campinas: Papyrus.
- WERLE, Flávia Obino Corrêa. Políticas públicas e gestão da educação. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- www.emec.edu.gov.br - Saberes e práticas da inclusão : recomendações para a construção de escolas inclusivas. [2. ed.] / coordenação geral SEESP/MEC. – Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

## A CRIANÇA E SEU PROTAGONISMO NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM: DESENVOLVIMENTO DO LINGUAGEM E LETRAMENTO INFANTIL

**Autor(a):** Erlanda Santos Sousa

### Resumo

Este estudo investiga o protagonismo da criança no processo de ensino-aprendizagem, com foco no desenvolvimento da linguagem e do letramento infantil, diante das transformações educacionais contemporâneas. O problema central reside na necessidade de repensar o ambiente escolar, especialmente a sala de aula, como espaço pedagógico que influencia diretamente a construção do conhecimento, muitas vezes negligenciado em sua função educativa. O objetivo é sensibilizar educadores para a importância de organizar ambientes que promovam a autonomia e atendam às especificidades das crianças, favorecendo experiências significativas de descoberta e interação. A abordagem adotada combina revisão teórica sobre práticas de letramento e observação crítica dos espaços escolares, considerando a diversidade de gêneros textuais e a função social da escrita. Os resultados indicam que ambientes planejados e atualizados, integrando metodologias contemporâneas e recursos tecnológicos, ampliam o repertório linguístico e estimulam o pensamento crítico dos alunos. Conclui-se que reconhecer o papel ativo da criança e valorizar o espaço físico como elemento pedagógico são essenciais para promover aprendizagens mais efetivas e significativas na educação infantil.

**Palavras-chave:** aprendizagens; construção de saberes; interação.

### INTRODUÇÃO

A formação escolar e o desenvolvimento das práticas de letramento constituem etapas fundamentais para que cada indivíduo adquira competências que lhe permitam atuar de maneira plena na vida social e contribuir para o avanço coletivo. Toda criança tem o direito de vivenciar experiências que a aproximem da leitura e da escrita de forma significativa, utilizando esses conhecimentos como ferramentas para compreender o mundo e expressar suas ideias.

Vivemos em um contexto em que a escrita permeia praticamente todas as esferas da vida cotidiana. Por isso, espera-se que as pessoas mobilizem, no dia a dia, aquilo que aprenderam na escola. Nesse cenário, alfabetizar não significa apenas ensinar a decodificar letras, mas possibilitar

que os alunos compreendam a função social dos textos e saibam utilizá-los em situações reais.

Para que o processo de alfabetização esteja alinhado ao letramento e à formação crítica dos estudantes, é indispensável trabalhar com uma variedade ampla de gêneros textuais. Essa diversidade favorece a construção de sentidos, amplia repertórios e estimula formas mais complexas de pensamento. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997, p. 30) reforçam essa perspectiva ao afirmar que os textos são essenciais para promover reflexão, imaginação e participação ativa em uma sociedade que se organiza pela escrita.

Nesse mesmo sentido, Soares (2003, p. 44) destaca que: Uma pessoa considerada letrada é aquela capaz de interagir com os diferentes tipos de textos presentes na cultura escrita. Isso significa que o professor precisa criar oportunidades para que os alunos explorem materiais variados, reconheçam suas funções e compreendam que cada texto atende a um propósito específico — informar, divertir, orientar, registrar, entre tantos outros.

O contato frequente com diferentes formas de escrita contribui para que as crianças desenvolvam sensibilidade às características gráficas das letras, aos sons da língua e à estrutura das palavras. No entanto, é importante reconhecer que nem todas chegam à educação infantil com o mesmo nível de familiaridade com a linguagem escrita. Por isso, cabe ao professor observar o ponto de partida de cada aluno e planejar intervenções que respeitem essas diferenças.

Para crianças que tiveram pouco contato prévio com materiais escritos, o início da compreensão do sistema alfabético exige um trabalho mais direcionado. É necessário que elas descubram, gradualmente, que o alfabeto é formado por um conjunto limitado de símbolos e que cada uma dessas letras corresponde a sons específicos presentes na fala. Esse entendimento inicial demanda intervenções mais explícitas, intencionais e cuidadosamente planejadas pelo professor.

Apesar disso, independentemente do nível de experiência que cada criança traz consigo, todas precisam conviver com uma grande variedade de textos e materiais impressos. Quanto mais amplo for o repertório de leituras disponíveis — livros, rótulos, cartazes, listas, histórias, poemas, embalagens, placas — maiores serão as oportunidades de perceber como a escrita funciona e para que ela serve.

De acordo com Garcia (1993, p. 18 e 19): O discurso da educação infantil escolar, como a curvatura da vara, oscila de uma escola desinteressada', em que as crianças devem desenvolver-se integralmente', sem jamais ser explicado o que, efetivamente, significa desenvolvimento integral em quatro horas na escola; a uma escola preparatória', referida apenas à aprendizagem da leitura e da escrita. Na primeira, as crianças ficam (...) desenhando, pintando, recortando, cantando,

brincando, sem que qualquer das atividades se articule com as demais. São atividades soltas que, magicamente, levariam ao desenvolvimento integral. (...) Na segunda, as crianças são preparadas, algumas com exercícios psicomotores, outras com exercícios para passar da fase pré-silábica até chegar à alfabética. Quando adquirem a prontidão, seja por um caminho, seja por outro... começa, num caso, ou continua, no outro... a alfabetização.

Ao longo do ano letivo, especialmente na educação infantil, é essencial que os professores aproveitem cada situação possível para fortalecer o repertório linguístico das crianças. Uma estratégia poderosa é a escuta de histórias. Quando os pequenos têm contato com narrativas variadas — desde contos ficcionais até textos informativos — ampliam naturalmente seu vocabulário e entram em contato com palavras que não fazem parte de seu cotidiano.

No entanto, o enriquecimento lexical não ocorre apenas por meio da leitura em si. Pesquisas mostram que explicar previamente algumas palavras-chave, assim como propor perguntas que estimulem previsões e análises antes e depois da leitura, contribui significativamente para que as crianças compreendam e incorporem novos termos ao seu vocabulário.

Além disso, atividades que ajudam os alunos a entender o que é uma palavra e como ela funciona dentro da escrita também devem ocupar espaço no currículo. Os chamados “gráficos de experiência”, nos quais o professor registra por escrito uma conversa ou relato oral das crianças, são um recurso valioso. Eles permitem que os alunos percebam como a fala pode ser transformada em texto e compreendam que cada conjunto de letras separado por espaços representa uma palavra. O ditado infantil — quando o professor escreve aquilo que a criança diz — também torna visível a relação entre fala e escrita, mostrando que as palavras variam em tamanho e estrutura.

Muitas crianças chegam à educação infantil reconhecendo algumas letras, mesmo que de forma superficial. Um dos objetivos do professor é ampliar essa habilidade, ajudando-as a identificar e diferenciar as formas gráficas com cada vez mais precisão. A capacidade de nomear letras é um forte indicador do progresso futuro na leitura, pois está relacionada à habilidade de lembrar e associar sons.

À medida que as crianças passam a reconhecer as letras, começam também a relacioná-las aos sons que escutam na fala. Esse entendimento — de que símbolos escritos correspondem a unidades sonoras — é um marco fundamental no processo de alfabetização. Entretanto, a consciência fonêmica não surge de uma vez; ela se desenvolve gradualmente, por meio de experiências repetidas e práticas intencionais.

Durante esse período, muitas crianças começam a identificar algumas palavras, seja por reconhecimento visual, seja pela relação entre letras e sons. Quanto mais oportunidades tiverem

de escrever, maior será a chance de produzirem registros que, mesmo não convencionais, revelam tentativas de representar graficamente aquilo que escutam. Essas escritas iniciais costumam mostrar correspondências parciais entre sons e letras, indicando que a criança está avançando na compreensão do sistema alfabético.

Segundo Garcia (1993, p. 19): (...) a função da educação infantil não é apenas dar continuidade à aprendizagem da linguagem escrita, uma entre tantas linguagens, mas contribuir para que as crianças vivenciem as diferentes linguagens e usá-las para se expressar – a linguagem corporal, a linguagem musical, a linguagem plástica, a linguagem fotográfica, a linguagem do vídeo, a linguagem da mímica, a linguagem teatral e, por que não, a linguagem da informática.

As primeiras atividades de alfabetização ensinam às crianças muito sobre escrita e leitura, mas geralmente de maneiras que não se parecem muito com a instrução tradicional do ensino fundamental. Tirando proveito da natureza ativa e social da aprendizagem das crianças, a instrução precoce deve fornecer ricas demonstrações, interações e modelos de alfabetização no curso de atividades que façam sentido para crianças pequenas. As crianças também devem aprender sobre a relação entre a linguagem oral e escrita e a relação entre letras, sons e palavras. Em salas de aula construídas em torno de uma ampla variedade de atividades impressas, ao falar, ler, escrever, brincar e ouvir umas às outras, as crianças vão querer ler e escrever e se sentirão capazes de fazê-lo.

## **O CONCEITO DE INFÂNCIA NA PEDAGOGIA**

A Pedagogia elabora uma visão própria sobre a infância ao articular elementos ligados à natureza humana e às construções culturais, ambos atravessados pela noção de tempo. Como esse período antecede a vida adulta, o tempo passa a ser um componente central para compreendê-lo, definindo a infância como a primeira etapa do desenvolvimento do ser humano. O crescimento físico e biológico da criança, por sua vez, faz com que a ideia de natureza infantil se misture com concepções biológicas, gerando ambiguidades na forma como esse estágio é interpretado. Além disso, essa dimensão temporal faz com que a infância seja frequentemente associada não apenas ao início da vida individual, mas também a uma espécie de representação simbólica do começo da própria humanidade. Assim, a criança é muitas vezes vista como portadora de traços considerados “originais” ou essenciais da condição humana.

Essa leitura, construída ao longo da história, influenciou profundamente o modo como a infância passou a ser tratada no campo educacional. A criança passou a ser compreendida como

um sujeito em processo de formação, cujo desenvolvimento físico, emocional, intelectual e social deveria ser acompanhado e orientado pela escola. Ao relacionar natureza e cultura, a Pedagogia atribui à infância um caráter duplo: de um lado, ela é percebida como um momento marcado por potencialidades naturais, ligadas ao crescimento biológico; de outro, é entendida como um período em que a cultura exerce forte influência, moldando comportamentos, valores, modos de agir e formas de compreender o mundo. Assim, a infância ultrapassa a ideia de uma simples fase cronológica e se transforma em um conceito carregado de significados sociais, simbólicos e históricos.

Essa construção teórica também evidencia como a infância foi sendo consolidada como um espaço privilegiado para a aprendizagem e para a formação do sujeito. Ao associar a criança a um estado “primordial” da humanidade, reforça-se a ideia de que ela representa um terreno especialmente propício para intervenções educativas, já que estaria mais aberta à exploração, à experimentação e à incorporação de práticas culturais. Dessa forma, a Pedagogia não apenas descreve a infância, mas também a constitui como categoria, atribuindo-lhe sentidos que orientam expectativas sociais e fundamentam práticas escolares.

Como sabemos, a escola moderna, isto é, a ideia de escola como pensamos hoje, com regras, disciplinas, conteúdos programáticos, divisão por séries a partir de critérios cronológicos etc., é algo articulado ao surgimento de um novo sentimento dos adultos em relação às crianças, um sentimento que implica cuidados especiais para com os pequenos, e que está na base da noção de infância gerada com o advento da Modernidade [...] (GHIRALDELLI, 1996, p. 19-20).

A concepção de infância, tal como é entendida socialmente, não é neutra: ela está carregada de significados ideológicos que atravessam tanto a relação entre adultos e crianças quanto a posição que a criança ocupa dentro da sociedade. Sonia Kramer destaca que, no primeiro nível, o adulto constrói uma imagem da criança como um ser frágil, incompleto e dependente, atribuindo essas características a uma suposta “natureza infantil”. Essa ideia, porém, mascara o fato de que a autoridade exercida pelo adulto não é natural, mas socialmente construída. Assim, a relação adulto–criança reproduz formas de poder e dominação próprias da sociedade em que ambos estão inseridos.

No segundo nível, a criança é frequentemente vista como alguém que “ainda não é social”, ocupando um lugar marginal nas relações sociais. Ela é excluída dos processos de produção material e das decisões coletivas, sendo tratada como alguém que apenas se prepara para a vida adulta. Essa visão desconsidera que o desenvolvimento cultural da criança é profundamente condicionado por sua origem social e pelas condições concretas de existência. Ao ignorar essas

determinações, oculta-se a desigualdade econômica e social que afeta a infância, especialmente das crianças das classes populares, para as quais o trabalho infantil muitas vezes é uma necessidade de sobrevivência. Assim, a sociedade capitalista produz e legitima formas de exclusão que são disfarçadas por discursos aparentemente neutros sobre desenvolvimento infantil.

Ao analisar a pedagogia, percebe-se que tanto a perspectiva tradicional quanto a perspectiva escolanovista carregam essa dupla concepção de infância. Para a pedagogia tradicional, a criança nasce com uma natureza corrompida, e a função da educação é discipliná-la, impor regras e moldar comportamentos por meio da autoridade direta do adulto. A transmissão de modelos prontos e a obediência são pilares dessa visão.

Já a pedagogia nova, ou moderna, parte da ideia oposta: a criança seria dotada de uma pureza original, e a educação deveria protegê-la da influência negativa da sociedade. Nesse modelo, a liberdade infantil e a expressão espontânea são valorizadas, e o papel do adulto é menos diretivo. Essa concepção possibilitou o surgimento de uma psicologia científica da infância e de métodos que buscam compreender o desenvolvimento da criança a partir de sua história individual.

Apesar das diferenças, ambas as perspectivas tratam a criança como um ser abstrato, descolado de sua realidade social. Tanto a visão tradicional quanto a escolanovista acabam por ocultar o significado social da infância, substituindo-o por explicações filosóficas ou psicológicas que ignoram as condições concretas de vida das crianças. Assim, a infância é frequentemente analisada como uma categoria universal, quando, na verdade, é profundamente marcada por desigualdades sociais, econômicas e culturais.

Reconhecer essa dimensão social é fundamental para compreender que a infância não é apenas uma etapa biológica, mas uma construção histórica que varia conforme o contexto e as relações de poder. Somente a partir dessa compreensão é possível pensar práticas pedagógicas que respeitem a criança como sujeito histórico, social e cultural, e não como um ser idealizado ou abstrato.

## **OS CAMINHOS PARA UMA ALFABETIZAÇÃO SIGNIFICATIVA POR MEIO DE VARIADAS LEITURA**

Martins (1986, p.98) destaca que “o ato de ler não pode ser reduzido a um processo transmitido de forma direta por outra pessoa”. Para o autor, a leitura é, em sua essência, uma experiência individual, ainda que se desenvolva em meio às relações sociais e ao contato com o mundo. Ler ultrapassa a ideia de obrigação escolar: envolve prazer, curiosidade e a descoberta de

sentidos que vão muito além da simples decodificação de palavras.

Segundo o autor, mesmo que a escola tenha papel importante, o leitor se forma também por iniciativa própria, pois possui condições de construir conhecimentos de maneira autônoma. Assim, a leitura deve ser compreendida como um processo interativo, especialmente na alfabetização, funcionando como um recurso que favorece a aprendizagem e amplia a compreensão da realidade.

Martins (1986, p.78) observa ainda que: Muitos educadores permanecem presos a práticas mecânicas, nas quais aprender a ler se resume à memorização de símbolos linguísticos. Em muitas salas de aula, os textos utilizados não dialogam com a vivência dos alunos, o que resulta em leituras desprovidas de sentido, emoção e propósito. Quando isso ocorre, o processo de aprendizagem perde força e deixa de aproximar a criança do universo letrado. Por isso, cabe ao professor assumir o papel de mediador, criando situações que tornem a leitura mais envolvente, significativa e prazerosa — especialmente nos primeiros anos de escolarização.

O autor também ressalta que, após a alfabetização, grande parte das pessoas limita-se a ler apenas por necessidade prática, mesmo reconhecendo que a leitura é uma forma de compreender o mundo. Quando a criança é incentivada a participar de experiências prazerosas com livros e textos, desperta-se nela o desejo de aprender, facilitando sua inserção no processo de alfabetização.

A escolha dos primeiros livros é fundamental. É preciso considerar a idade, o contexto e os interesses das crianças, pois o contato inicial com obras literárias deve despertar curiosidade e motivação para continuar explorando o universo da leitura. Quanto mais significativa for essa aproximação, maiores serão as chances de formar leitores ativos e interessados.

A leitura, presente em todas as áreas do conhecimento, precisa ser constantemente repensada e aprimorada. Torná-la uma prática prazerosa, reflexiva e relevante contribui para que as crianças desenvolvam o hábito de ouvir e ler diferentes tipos de textos, transformando a leitura em um instrumento essencial para a vida cotidiana.

Segundo Leffa (1998, p.24): Ler é um fenômeno que ocorre quando o leitor, que possui uma série de habilidades de alta sofisticação, entra em contato com o texto, essencialmente um segmento da realidade que se caracteriza por refletir um outro seguimento. Trata-se de um processo extremamente complexo, composto de inúmeros subprocessos que se encadeiam de modo a estabelecer canais de comunicação por onde, em via dupla, passam inúmeras informações entre o leitor e o texto.

Pode-se notar que a leitura é um meio de comunicação, no qual o leitor satisfeito recebe informações de forma significativa. Dessa forma, durante o processo de alfabetização faz-se

necessário a presença da leitura realizada de forma prazerosa. Segundo Paulo Freire (1986, p.23): “A leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquela”.

Pela citação de Paulo Freire, pode se notar que a decodificação das palavras se torna significativa a medida que o indivíduo inicia o processo de leitura, compreendendo as palavras e não só escrevendo por escrever, de forma mecânica. De acordo com Soares (2004), apud Brilhante (2010, p.7): O uso de habilidades de leitura e escrita para o funcionamento e a participação adequados na sociedade, e para o sucesso pessoal, o letramento é considerado como um responsável por produzir resultados importantes: desenvolvimento cognitivo e econômico, mobilidade social, progresso profissional, cidadania. Nas escolas, durante o período de alfabetização, deve-se realizar a prática da leitura por meio de novas práticas de ensino, na qual os alunos tenham processo ensino aprendizagem significativo, que permita entender e se apropriar da complexidade do mundo da escrita.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criança vive plenamente sua condição infantil, enquanto a tarefa de compreender o que é a infância cabe ao adulto. Surge então uma questão importante: de quem é o ponto de vista que costuma prevalecer — o da criança ou o do adulto? Embora o adulto reconheça que existem diferenças entre ele e a criança, essas distinções geralmente são reduzidas a aspectos quantitativos, como se a criança fosse apenas um adulto “menor” ou “menos capaz”. Essa visão simplificada faz com que muitas das limitações infantis sejam interpretadas apenas como incapacidade, quando, na verdade, revelam modos distintos de organizar o pensamento e perceber o mundo.

O desenvolvimento humano não ocorre de forma isolada. O que acontece em uma área influencia diretamente outras dimensões. As emoções, por exemplo, podem favorecer ou dificultar o aprendizado. Tanto os sentimentos quanto os contextos sociais moldam as conexões cerebrais responsáveis pela atenção, memória, concentração e pela capacidade de aplicar conhecimentos em novas situações. Compreender como esses processos se articulam ao longo do tempo e em diferentes ambientes é essencial para criar espaços educativos mais adequados às necessidades das crianças.

Além disso, embora existam tendências gerais no desenvolvimento infantil, cada criança apresenta características próprias que se entrelaçam com os contextos familiares, comunitários e

escolares. Por isso, suas trajetórias são singulares e exigem práticas pedagógicas flexíveis, capazes de oferecer apoio diferenciado para promover avanços em competência, autonomia e motivação.

A escola, por sua vez, organiza-se de maneira específica para garantir que determinados conhecimentos culturais sejam ensinados. Seu propósito central é promover aprendizagens significativas. Para que isso aconteça, é indispensável um planejamento cuidadoso, construído coletivamente pelos educadores. Cada professor precisa dominar tanto os conteúdos quanto às metodologias de ensino, articulando saber teórico e prática pedagógica para favorecer o desenvolvimento integral dos alunos.

## REFERÊNCIAS

- FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. *Psicogênese da Língua Escrita*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.
- GARCIA, Regina Leite. *Discutindo a escola pública de Educação Infantil – a reorientação curricular*. In: GARCIA, Regina Leite (org.). *Revisitando a pré-escola* – São Paulo: Cortez, 1993.
- GHIRALDELLI, Paulo Jr. *Infância, educação e neoliberalismo*. São Paulo: Cortez, 1996.
- SOARES, Magda. *LETRAMENTO. Um tema em três gêneros*. Autêntica: Belo Horizonte – 2004.

## O TEA E AS CONTRIBUIÇÕES DO NEUROPSICOPEDAGOGO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

**Autor(a):** Erlanda Santos Sousa

### Resumo

Este artigo aborda o papel do neuropsicopedagogo no acompanhamento e intervenção de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto da educação inclusiva, problematizando os desafios e perspectivas dessa atuação. A partir de uma revisão bibliográfica, o estudo discute as características do TEA e a importância do neuropsicopedagogo para promover práticas pedagógicas eficazes e humanizadas, considerando as necessidades específicas de cada aluno. O texto destaca a transição das abordagens tradicionais, centradas no modelo médico e na segregação escolar, para perspectivas contemporâneas que veem a deficiência como uma construção social e defendem a inclusão plena no sistema educacional comum. Nesse sentido, a inclusão não se limita à presença física na escola, mas exige transformações nas práticas e estruturas para garantir o acesso, a permanência e o desenvolvimento dos estudantes com TEA. O neuropsicopedagogo contribui para compreender o funcionamento cognitivo, emocional e comportamental desses alunos, orientando intervenções diferenciadas que respeitam suas trajetórias singulares. O artigo conclui que a atuação desse profissional é fundamental para superar barreiras sociais e promover uma educação verdadeiramente inclusiva, capaz de atender às demandas de todos os estudantes.

**Palavras-chave:** estratégias pedagógicas; neuropsicopedagogo; tea.

### INTRODUÇÃO

Diversos estudiosos têm apontado que, apesar da produção de inúmeros documentos internacionais e das convenções realizadas desde a Declaração de Salamanca, as práticas tradicionais tanto da educação comum quanto da educação especial pouco se transformaram. As políticas inclusivas, embora amplamente divulgadas, ainda não conseguiram provocar mudanças profundas no cotidiano escolar.

Em muitos países, consolidou-se a ideia de que a escola regular é o espaço destinado aos estudantes cujo desenvolvimento é considerado “típico”, cabendo a profissionais como o

neuropsicopedagogo apoiar o ensino de um currículo padronizado. No entanto, quando se trata da escolarização de alunos com deficiências ou com desenvolvimento atípico, esse consenso se desfaz e dá lugar a debates intensos, marcados por divergências conceituais e políticas.

As respostas a essas questões variam conforme o contexto cultural e o período histórico analisado. Se observarmos a trajetória da educação especial, é possível identificar tendências comuns entre diferentes países. Inspirada em concepções do século XIX — como a ideia francesa de “geografia curativa”, que defendia que certos ambientes favorecem processos de reabilitação —, a educação especial estruturou-se em espaços segregados, destinados a grupos específicos, como surdos, cegos e pessoas consideradas “idiotas”, segundo a terminologia da época.

Com o tempo, esses ambientes passaram a exigir profissionais especializados e conhecimentos técnicos voltados para o desenvolvimento de habilidades sensoriais, motoras e cognitivas. Assim se consolidaram os modelos tradicionais de educação especial, que ainda influenciam fortemente as práticas atuais. É claro que essa é apenas uma síntese, pois diferentes concepções biológicas, religiosas e culturais também moldaram políticas e práticas escolares, exigindo análises específicas de cada contexto.

Mesmo assim, documentos internacionais permitem identificar características comuns aos sistemas de educação especial nos Estados modernos. Desde o final do século XX, críticas a esses modelos têm se intensificado. Pesquisadores de diversas áreas — como educação, psicologia, neuropsicopedagogia e sociologia — têm destacado que os sistemas segregados frequentemente produzem efeitos contrários aos desejados. Ao afastar o aluno do convívio com seus pares e do currículo comum, acabam reforçando desigualdades e limitando oportunidades de participação social.

Essas reflexões reforçam a necessidade de repensar a escolarização de estudantes com deficiência, reconhecendo que a inclusão não se resume à presença física na escola, mas envolve transformar práticas, concepções e estruturas para garantir que todos tenham acesso real ao conhecimento. Pessoas que apresentam uma deficiência de origem biológica — aquilo que se costuma chamar de incapacidade “primária” — frequentemente acabam vivenciando também uma segunda forma de limitação, de natureza social. Essa deficiência “secundária” surge das barreiras impostas pelos contextos em que vivem, manifestando-se como restrições nas funções mentais superiores, não por causa da condição biológica em si, mas pelos modos como a sociedade organiza a convivência, a escolarização e as oportunidades destinadas a esses indivíduos. Em outras palavras, o ambiente social pode ampliar ou reduzir as dificuldades, dependendo de como acolhe, apoia ou exclui a pessoa com deficiência.

Para compreender de maneira mais profunda o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e identificar as contribuições que o neuropsicopedagogo pode oferecer no processo educativo desses estudantes, é fundamental esclarecer inicialmente o que caracteriza o TEA. Por isso, a primeira parte deste artigo será dedicada à apresentação desse transtorno, suas manifestações e implicações no desenvolvimento infantil. Somente após esse panorama inicial será possível discutir, com maior precisão, o papel do neuropsicopedagogo, suas estratégias de intervenção e a importância do envolvimento da família no início precoce do acompanhamento.

A aceitação familiar, aliás, é um elemento decisivo para que o tratamento e as intervenções educativas ocorram de forma eficaz. Quanto mais cedo a criança recebe apoio especializado, maiores são as possibilidades de desenvolvimento, adaptação e autonomia. O neuropsicopedagogo, nesse contexto, atua como um profissional que integra conhecimentos da neurociência, da psicologia e da pedagogia, oferecendo suporte tanto à criança quanto à escola e à família, contribuindo para práticas educativas mais sensíveis, inclusivas e fundamentadas.

## ***OS ALUNOS COM TEA E O TRATAMENTO QUE ELES RECEBEM NAS ESCOLAS DESDE A EDUCAÇÃO INFANTIL***

Os alunos com TEA têm dificuldade em entender e respeitar as regras que regem as relações com os outros e as normas sociais. Muitos alunos com TEA não conseguem se integrar durante as brincadeiras ou recreações com seus pares porque seus métodos de relacionamento não são governados por comportamentos sociais apropriados e/ou ajustados. Suas formas de contato social geralmente não são adaptadas, por isso é muito comum que falhem no relacionamento com seus pares, causando períodos de isolamento. Quando pequenos, na educação infantil, serão as outras crianças que não entenderão seu comportamento, e essa falta de comunicação verbal e não verbal acabará causando o isolamento das crianças com TEA durante as atividades de recreação ou jogos compartilhados durante a permanência na escola.

Para haver inclusão é necessário que haja aprendizagem, e isso traz a necessidade de rever os nossos conceitos sobre currículo. Este não pode se resumir às experiências acadêmicas, mas se ampliar para todas as experiências que favoreçam o desenvolvimento dos alunos normais ou especiais. Sendo assim, as atividades de vida diária podem se constituir em currículo e em alguns casos, talvez sejam “os conteúdos” que serão ensinados (ROPOLI, 2010, p.90).

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) manifesta-se muito cedo no desenvolvimento infantil, geralmente antes dos 3 anos de idade, e tende a acompanhar o indivíduo ao longo de toda

a vida, embora a intensidade dos sintomas possa variar com o tempo. Em muitos casos, sinais de TEA já podem ser observados nos primeiros 12 meses de vida; em outros, tornam-se perceptíveis apenas por volta dos 24 meses ou até mais tarde. Há crianças que apresentam um desenvolvimento aparentemente típico até os 18 ou 24 meses e, a partir desse período, interrompem a aquisição de novas habilidades ou até mesmo perdem competências previamente estabelecidas, o que costuma ser um dos indicadores mais preocupantes para familiares e profissionais.

À medida que crescem e chegam à adolescência ou à vida adulta, indivíduos com TEA podem enfrentar desafios significativos na construção e manutenção de amizades, na comunicação com colegas e adultos e na compreensão das normas sociais esperadas em ambientes escolares e profissionais. Muitas vezes, procuram atendimento especializado não apenas pelos sintomas centrais do TEA, mas também por condições associadas, como ansiedade, depressão ou transtorno de déficit de atenção/hiperatividade, que aparecem com maior frequência nessa população do que entre pessoas neurotípicas.

O diagnóstico do TEA é complexo, pois não existe um exame biomédico capaz de confirmá-lo de forma direta. A avaliação depende da observação minuciosa do comportamento, da comunicação e do desenvolvimento global da criança. Em alguns casos, sinais podem ser identificados já aos 18 meses; aos 2 anos, um diagnóstico realizado por um profissional experiente costuma ser bastante confiável. No entanto, muitas crianças só recebem diagnóstico definitivo mais tarde, e há adultos que chegam à vida madura sem terem sido identificados. Esse atraso compromete o acesso a intervenções precoces, que são fundamentais para reduzir prejuízos e ampliar o potencial de desenvolvimento.

Os tratamentos disponíveis para o TEA têm como objetivo minimizar sintomas que interferem no cotidiano e melhorar a qualidade de vida. Como o espectro autista se manifesta de maneiras muito diversas, cada pessoa apresenta um conjunto único de habilidades, dificuldades e necessidades. Por isso, os planos de intervenção são individualizados e envolvem uma equipe multidisciplinar, na qual o neuropsicopedagogo desempenha papel essencial. Na educação infantil, sua atuação é ainda mais decisiva, pois é nesse período que o cérebro apresenta maior plasticidade, tornando as intervenções mais eficazes e duradouras.

O neuropsicopedagogo contribui para identificar sinais precoces, orientar famílias e professores, adaptar práticas pedagógicas e promover estratégias que favoreçam a aprendizagem, a comunicação e a autonomia. Sua atuação integra conhecimentos da neurociência, da psicologia e da pedagogia, permitindo compreender como a criança aprende, quais barreiras enfrenta e quais

caminhos podem ser construídos para potencializar seu desenvolvimento.

## **ETIOLOGIA MULTIFATORIAL E IMPACTO NO DESENVOLVIMENTO**

O Transtorno do Espectro Autista não possui uma causa única ou isolada. As pesquisas mais recentes indicam que seu surgimento está relacionado à interação entre fatores genéticos, condições biológicas e influências ambientais. Por ser um transtorno de origem multifatorial, manifesta-se precocemente e compromete áreas fundamentais do desenvolvimento humano, especialmente aquelas ligadas à comunicação social, ao comportamento e à flexibilidade cognitiva. Os efeitos, porém, variam de pessoa para pessoa, podendo envolver dificuldades na linguagem, na aprendizagem, na autonomia cotidiana e na interação com outras pessoas.

Por isso, compreender o autismo como um espectro é indispensável. Cada indivíduo apresenta um conjunto particular de habilidades, desafios e modos de perceber o mundo. Nesse contexto, intervenções iniciadas ainda na primeira infância, baseadas em avaliações criteriosas e acompanhamentos contínuos, tornam-se essenciais para favorecer avanços significativos e ampliar as possibilidades de inclusão escolar e social.

O crescimento expressivo no número de diagnósticos tem sido discutido na literatura sob diferentes perspectivas: maior exposição a fatores de risco, ampliação dos critérios diagnósticos, maior preparo dos profissionais para identificar sinais precoces e avanços nos métodos de rastreamento. Embora não haja consenso sobre qual desses fatores pesa mais, é evidente a relevância social do tema, especialmente diante do aumento de famílias que reivindicam direitos, buscam serviços especializados e procuram matricular seus filhos em escolas regulares.

No campo educacional, o TEA ganhou maior visibilidade nos últimos anos, impulsionado tanto pela mídia quanto pelas políticas públicas brasileiras. Desde 2008, estudantes com autismo passaram a integrar oficialmente o público-alvo da Educação Especial. Em 2012, a Lei nº 12.764 reconheceu a pessoa com TEA como pessoa com deficiência para todos os efeitos legais, garantindo direitos e ampliando o acesso a serviços educacionais e de saúde. Apesar desses avanços, Cabral e Marin (2017) apontam que ainda há escassez de pesquisas nacionais sobre práticas inclusivas voltadas ao autismo, evidenciando a necessidade de mais estudos e maior incentivo à produção científica na área.

Devemos trabalhar constante e progressivamente no planejamento e desenvolvimento de projetos e programas que beneficiem a educação integral de pessoas com necessidades especiais. As crianças com TEA necessitam de um programa abrangente onde as suas necessidades sejam

adaptadas e as suas capacidades melhoradas, de forma a melhorar a sua qualidade de vida e o ambiente que as rodeia.

As brincadeiras e as atividades físicas são fenômenos complexos, que envolvem uma cadeia de comportamentos e atividades, sendo que nenhum deles apenas se define de forma independente e isolada, pois estão inter-relacionados no repertório de uma criança que já aprendeu a brincar. É um comportamento que ocorre amplamente difundido na espécie humana e que se mantém ao longo de gerações e pode ser considerado como a atividade mais significativa da infância dada a sua importância lúdica. Assim, o comportamento de pular e brincar pode ser definido como comportamento operante e tem propriedades naturalmente reforçadoras, baseados na imitação.

Trabalhar pedagogicamente, com crianças autistas e jovens com autismo, é um permanente e um instável desafio. Permanente, porque as situações de aprendizagem requerem uma atenção ininterrupta; instável, porque a imprevisibilidade de cada momento seguinte é a grande única certeza. (SALDANHA, 2014, P.15)

A atividade física corretamente planejada, conduzida e realizada de forma adequada influencia positivamente a saúde e o bem-estar, desempenhando um papel preponderante na prevenção de inúmeras patologias crônicas. Dada a importância fundamental do movimento corporal para a vida humana, o aprendizado das habilidades motoras, que se refere ao padrão de movimento especializado e treinado, deve começar na infância desde os gestos corporais mais simples até o refinamento para alcançar formas mais complexas. O comportamento motor é um processo sequencial, que está diretamente relacionado à idade, biologia e condições ambientais do indivíduo; fatores essenciais para mudanças sociais, intelectuais e emocionais.

## ***O DESAFIO DOS PROFESSORES EM TRABALHAR COM A INCLUSÃO DE ALUNOS COM TEA***

Pessoas no espectro autista apresentam particularidades em diferentes dimensões do funcionamento psicológico, incluindo aspectos emocionais, comunicativos, cognitivos e motores. Pesquisas descrevem o autismo como uma condição comportamental complexa, marcada por dificuldades na interação social, na linguagem e por padrões de comportamento diferenciados. Trata-se de um dos transtornos do desenvolvimento mais desafiadores, justamente porque afeta áreas centrais da vida humana, como a convivência social e os processos de aprendizagem.

No ambiente escolar, alguns comportamentos de crianças e adolescentes autistas podem

se tornar difíceis de manejar. Muitas dessas manifestações estão associadas a ansiedade, frustração, sobrecarga sensorial ou dificuldades de comunicação. Nem sempre é simples identificar o que desencadeou determinada reação, o que torna o manejo pedagógico mais complexo e exige estratégias sensíveis e individualizadas.

A defesa da inclusão escolar parte de um princípio ético e humano: todas as crianças têm valor, pertencem à comunidade e devem participar da vida escolar independentemente de suas diferenças. Os defensores da inclusão destacam que conviver com a diversidade é fundamental para a formação de qualquer estudante. Em uma sala inclusiva, aprendem-se valores essenciais, como respeito, empatia e reconhecimento das singularidades de cada pessoa. Assim, a escola torna-se um espaço onde todos podem aprender com as diferenças e desenvolver competências sociais que ultrapassam o conteúdo acadêmico.

Segundo a Lei 13.146/ 2015: A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurando sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015, Art.27)

Ao mesmo tempo, os pais desejam que seus filhos com deficiência tenham amizade com colegas de classe e participem de todas as atividades sociais normais da infância: brincando juntos, conversando e brincando, sonhando com o futuro e desenvolvendo relacionamentos duradouros. A natureza ferozmente emocional desses argumentos dificulta a crítica da prática da inclusão. Aqueles que fazem a tentativa geralmente encontram suas crenças fundamentais sobre tolerância e diversidade sob fogo. Mas aqueles que têm dúvidas sobre a inclusão geralmente não questionam os valores por trás dela, apenas se a prática é eficaz. A educação especial surgiu por uma razão, afirmam eles. Algumas crianças não podem aprender pelos métodos tradicionais de ensino ou por meio de um currículo padrão. Eles precisam de instrução individualizada, projetada para seus estilos de aprendizagem específicos. Professores certificados de educação especial recebem treinamento profissional em métodos projetados para atender a essas necessidades exclusivas. Como a sala de aula regular é voltada para a norma, eles argumentam que não é o local apropriado para crianças com necessidades especiais de aprendizado.

De fato, a sala de aula regular está se tornando ainda mais padronizada, à medida que as escolas se ajustam para cumprir os mandatos de teste e prestação de contas da lei federal. Nenhuma criança deixada para trás. No entanto, o movimento de inclusão colocou crianças com habilidades e necessidades variadas na mesma sala de aula. Isso leva muitos professores e

educadores a perguntarem como um currículo padronizado pode ser adaptado para atender às necessidades de todas as crianças - sem prejudicar as notas importantes nos testes de sua escola. Eles também se perguntam se as necessidades educacionais de muitos estudantes estão se afastando dos objetivos sociais mais amplos da inclusão. A inclusão deve promover a socialização e aceitação.

O primeiro passo para implementar adequadamente a inclusão é melhorar o treinamento dos professores. Os programas de treinamento de professores para professores regulares e de educação especial frequentemente coexistem nas faculdades de educação, mas raramente são aulas ministradas em conjunto por professores regulares e de educação especial. Esses programas devem começar a cruzar fronteiras e integrar a instrução, assim como as escolas públicas estão sendo solicitadas. As turmas precisam se concentrar em uma variedade de estratégias de ensino projetadas para abordar o alcance e as habilidades dos alunos com quem esses futuros professores trabalharão. Em outras palavras, o ambiente da universidade deve refletir as salas de aula que os professores eventualmente lideraram.

Crianças e jovens no espectro do autismo geralmente precisam de rotina para ajudá-los a entender o mundo ao seu redor. Isso significa que eles podem encontrar horários não estruturados, como almoço e intervalo, particularmente difíceis. Eles precisam de mais tempo para processar informações e também podem achar um desafio social e de comunicação. Muitos querem fazer amigos, mas acham difícil, pois não possuem as habilidades sociais esperadas. Eles são frequentemente intimidados, pois seus colegas podem não ter consciência e aceitação do autismo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considerando os pontos discutidos ao longo deste trabalho, torna-se evidente a relevância da presença do neuropsicopedagogo no ambiente escolar, especialmente no acompanhamento de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A atuação desse profissional contribui diretamente para a qualidade das experiências vividas pela criança, influenciando seu desenvolvimento acadêmico, social e emocional.

A inclusão de alunos com TEA está profundamente relacionada às oportunidades que lhes são oferecidas para participar da vida escolar em sua totalidade: aprender, brincar, interagir e desenvolver habilidades ao lado de colegas com diferentes histórias e características. Muitas crianças no espectro podem ser plenamente apoiadas em escolas regulares, desde que recebam intervenções adequadas e tenham acesso a profissionais capacitados. Entretanto, há casos em

que um ambiente especializado pode proporcionar uma experiência mais acolhedora e estruturada, especialmente quando envolve equipes multidisciplinares e acompanhamento neuropsicopedagógico.

Para que a inclusão seja realmente significativa, é indispensável que a escola adapte suas práticas às necessidades individuais de cada estudante. Isso implica reconhecer que não existe um único modelo de ensino capaz de atender a todos da mesma forma. O neuropsicopedagogo, nesse contexto, desempenha um papel essencial ao identificar as particularidades de cada criança, orientar professores, propor estratégias de intervenção e acompanhar o progresso do aluno ao longo do processo de aprendizagem.

Dessa forma, o ponto de partida para definir o tipo de escola e o tipo de apoio necessário deve ser sempre as necessidades específicas da criança. Quando esse princípio é respeitado, a inclusão deixa de ser apenas um discurso e passa a se concretizar em práticas pedagógicas que valorizam a singularidade, promovem autonomia e ampliam as possibilidades de participação social.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei Federal nº 12.764/2012, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil, Brasília, DF: 28 dez. 2012.
- BRASIL. Política para Educação Especial. 2008. Disponível em:  
<<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>>.
- DECLARAÇÃO DA SALAMANCA. Disponível em:  
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>.
- ROPOLI, Edilene Aparecida. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva / Edilene Aparecida Ropoliet.al. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.
- SALDANHA, Ana. E. O jogo em crianças autistas. Lisboa: Coisa de Ler, 2014.

## A CONTRIBUIÇÃO DAS ARTES NOS ASPECTOS EMOCIONAIS E EDUCACIONAIS: IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCATIVO

**Autor(a):** Erlanda Santos Sousa

### Resumo

Este artigo analisa a contribuição das Artes no desenvolvimento emocional e educacional infantil, destacando seu papel fundamental na formação integral das crianças. A questão central aborda como o contato com experiências artísticas no ambiente escolar favorece a construção da identidade, sensibilidade e consciência crítica dos estudantes, ampliando sua percepção do mundo e sua participação social. O objetivo é refletir sobre a importância da Arte como ferramenta educativa que promove a criatividade, a expressão, o respeito às diferenças e a valorização da cultura local, especialmente no contexto brasileiro, marcado por grande diversidade cultural. A abordagem teórica fundamenta-se na compreensão da Arte como componente curricular capaz de integrar dimensões concretas e simbólicas da experiência humana, estimulando a inteligência emocional e o desenvolvimento social dos alunos. Os resultados indicam que práticas artísticas, quando contextualizadas às especificidades de cada comunidade escolar, potencializam a formação de indivíduos mais sensíveis, críticos e socialmente conscientes, contribuindo para a construção de vínculos e o combate à intolerância. Assim, o ensino de Arte revela-se imprescindível para um processo educativo significativo, que valorize a pluralidade cultural e promova o desenvolvimento integral da criança.

**Palavras-chave:** comunidade escolar; contexto brasileiro; valorização.

### INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, tem se tornado cada vez mais evidente a preocupação com temas culturais e com a formação sensível das crianças. Nesse cenário, o ensino de Arte assume um papel indispensável no processo educativo, pois favorece o desenvolvimento emocional, social e cultural dos estudantes. Ao vivenciar experiências artísticas, a criança amplia sua capacidade de perceber o mundo, expressar sentimentos e compreender diferentes formas de manifestação humana.

A Arte, enquanto componente curricular, oferece ao aluno oportunidades para interpretar o

ambiente em que vive e reconhecer a diversidade de expressões culturais presentes na sociedade. Além disso, contribui diretamente para o equilíbrio emocional, já que possibilita que a criança explore sentimentos, organize pensamentos e desenvolva autoconhecimento.

Goleman (1995, p.76) destaca que: Indivíduos com habilidades emocionais bem desenvolvidas tendem a ser mais produtivos, satisfeitos e capazes de lidar com desafios internos. Aqueles que não conseguem administrar suas emoções enfrentam conflitos que prejudicam a concentração e a clareza de pensamento. Nesse sentido, as práticas artísticas — como teatro, dança, música, desenho e outras linguagens — tornam-se ferramentas poderosas para fortalecer a inteligência emocional das crianças, estimulando criatividade, expressão e sensibilidade.

O comportamento infantil é profundamente influenciado pelo ambiente familiar e pelos valores éticos e morais transmitidos no cotidiano. Por isso, o ensino de Arte é tão relevante: ele amplia repertórios, promove reflexões e contribui para a construção de valores que acompanham a criança ao longo da vida. A arte, em suas múltiplas formas — cinema, música, teatro, cultura popular — pode entreter, emocionar, inspirar e até conscientizar. Filmes podem difundir mensagens culturais; músicas podem despertar emoções e fortalecer vínculos; peças teatrais podem provocar reflexões sobre a sociedade.

A presença da arte na história da humanidade revela sua íntima relação com a experiência humana. Povos tradicionais, antigos e contemporâneos, incorporam elementos artísticos em rituais, objetos e práticas culturais, muitas vezes sem perceber que estão produzindo arte. Essa integração natural demonstra a importância da arte como expressão identitária e como forma de preservar memórias e tradições.

Além disso, a arte desempenha um papel essencial no combate à intolerância, ao preconceito e às desigualdades sociais. Em um mundo marcado por migrações e encontros culturais, a arte se torna um caminho para promover respeito, acolhimento e compreensão entre diferentes grupos. Ao vivenciar atividades artísticas — como teatro, dança, expressão corporal e desenho — a criança explora o mundo e encontra maneiras próprias de se organizar nele. A arte permite que ela experimente, crie, reconstrua e dialogue consigo mesma, integrando pensamento e emoção em um processo contínuo de descoberta.

## **A HISTÓRIA DA ARTE**

A Arte sempre se fez presente na história da educação e as intenções para o seu ensino variaram de acordo com os princípios de cada época. Desde os primórdios da civilização a Arte

vem nos mostrando e contando como era a vida há alguns anos, por meio de desenhos nas cavernas, caças, teatros, danças, entre outros manifestos. Segundo Lugão (2009 p.29-30):

A função social da arte fica nítida à medida que ela transforma e nos traz o conhecimento do mundo, não um conhecimento abstrato, mas afetivo e real. [...] A criação artística é a necessidade humana de perceber e entender a representação da realidade humano-social, de expressar e objetivar significados e valores coletivos. [...] Por meio da arte o sujeito torna-se consciente de sua existência social como fruto de diferentes práticas e relações sociais, e em determinado momento histórico (LUGÃO, 2009, p.29-30).

No Brasil as artes antigas são representadas e relacionadas aos índios trazidos pelos portugueses. Os jesuítas designavam maior importância às “artes literárias”, e a utilização da música, canto coral, teatro e o ensino do latim. A educação jesuítica tinha a intenção de formar o aluno conforme sua condição social, e principalmente para as necessidades e interesses da igreja, não existindo uma organização de ensino como nos dias atuais. O teatro, por exemplo, era voltado para religião, onde prevalecia o catolicismo e os jesuítas catequizavam os índios por meio de linguagens artísticas.

No início do período contemporâneo, com os neoclassicistas do final do século XVIII e começo do século XIX e com a expansão sem limites das cidades, dificultou que os artistas tivessem um estilo próprio. De acordo com Gombrich (1999): Havia sempre retábulos a fazer, retratos a pintar; as pessoas queriam comprar quadros para seus salões, ou encomendavam, para suas residências de verão, decorações murais. O artista podia trabalhar em todas essas linhas de acordo com normas mais ou menos preestabelecidas: ele fornecia os artigos que o freguês esperava. (GOMBRICH, 1999, p. 501)

Os ideais de uma educação democrática que emergiram no início do século XIX, aliados aos avanços da psicologia, deram origem ao movimento da Escola Nova, que propôs uma profunda transformação nos princípios e nas práticas pedagógicas. Essa corrente defendia que o foco da escola deveria se deslocar do ensino centrado no professor para um modelo que valorizasse os interesses, necessidades e processos de aprendizagem do aluno.

No século XX, diversos fatores sociais, culturais e educacionais impulsionaram a expansão do ensino de Arte no Brasil. Um marco importante desse período foi a Semana de Arte Moderna de 1922, que apresentou ao público brasileiro as tendências artísticas que já se consolidavam na Europa. O evento reuniu exposições com dezenas de obras e sessões literárias e musicais, inaugurando uma nova sensibilidade estética no país. Enquanto a Escola Nova questionava os métodos tradicionais de ensino, os modernistas chamam atenção para a expressão artística infantil,

reconhecendo seu valor formativo.

Em 1971, durante o regime militar, foi promulgada a Lei nº 5.692/71, que reorganizou o ensino primário e médio no Brasil. Essa legislação reforçava uma visão tecnicista da educação, voltada para a formação de recursos humanos necessários ao desenvolvimento econômico do país. Nesse contexto, a música deixou de ser uma disciplina isolada e passou a integrar, junto ao teatro e às artes plásticas, o componente curricular denominado Educação Artística.

Na década de 1980, com o fortalecimento dos movimentos de resistência à ditadura, educadores passaram a refletir mais profundamente sobre o papel político da escola. Ganhou força a ideia de que o ensino deveria estar inserido em um contexto sociocultural, estimulando o desenvolvimento do pensamento crítico, da interpretação e da consciência social dos estudantes. Ao observarmos a trajetória histórica da humanidade, percebemos que a linguagem artística sempre esteve presente — desde as pinturas rupestres até as manifestações contemporâneas. A arte acompanha o ser humano em todas as épocas, expressando modos de vida, crenças, valores e identidades culturais.

## ***A ARTE E SUA CONTRIBUIÇÃO NOS ASPECTOS EMOCIONAIS***

A arte provoca emoções, desperta sensações e mobiliza percepções distintas em cada pessoa. É justamente essa capacidade de tocar o emocional humano que permite reconhecer uma obra artística: ela suscita sentimentos variados, interpretações múltiplas e reflexões singulares. Por isso, a Arte ocupa um lugar essencial na educação, contribuindo para a formação cultural, intelectual e emocional dos estudantes e ampliando sua compreensão de mundo.

A forte relação entre Arte e emoção exige que o professor desenvolva um olhar atento e sensível para perceber como seus alunos expressam sentimentos por meio das linguagens artísticas. Tanto educadores quanto estudantes são protagonistas do processo de aprendizagem, e a interação entre eles é indispensável. Quando criam juntos, constroem vínculos, fortalecem a convivência e estimulam a criatividade.

Promover habilidades socioemocionais implica desenvolver ações intencionais que favoreçam relações saudáveis entre alunos, colegas e professores. A Arte desempenha esse papel com grande eficácia: teatro, dança, música, desenho e outras expressões artísticas ajudam a criança a comunicar emoções, compreender o outro e elaborar experiências internas.

A socialização e a criatividade, estimuladas pelas práticas artísticas, enriquecem o processo de ensino-aprendizagem e evidenciam a importância da Arte na formação integral do estudante.

As linguagens artísticas contribuem para o desenvolvimento motor, cognitivo, emocional e social, fortalecendo a autoestima, equilíbrio e autonomia.

Independentemente do contexto social, a Arte exerce forte atração sobre o ser humano. Mesmo sem perceber, nos relacionamos com ela diariamente — seja por meio do teatro, da dança, da música, do cinema ou de outras manifestações culturais. Isso ocorre porque o desenvolvimento infantil vai muito além dos aspectos físicos e intelectuais: a criança está em constante transformação emocional, social e cognitiva. Cada fase do crescimento traz comportamentos e necessidades diferentes.

Quando falamos de afetividade, é comum associá-la apenas a emoções positivas, como carinho, alegria e ternura. No entanto, a afetividade também envolve sentimentos desafiadores, como raiva, medo ou ansiedade. A Arte, ao permitir que a criança expresse e elabore essas emoções, torna-se um instrumento poderoso para o desenvolvimento emocional equilibrado.

Como afirma Galvão (2005): As emoções, assim como os sentimentos e os desejos, são manifestações da vida afetiva. Na linguagem comum costuma-se substituir emoção por afetividade, tratando os termos como sinônimos. Todavia, não são. A afetividade é um conceito mais abrangente no qual se inserem várias manifestações. (GALVÃO, 2005, p.61).

As contribuições das Artes para o desenvolvimento afetivo da criança são amplas e profundamente significativas. Por meio das experiências artísticas, a criança encontra novas formas de expressar emoções, compreender sentimentos e interagir com o mundo ao seu redor. Esse contato favorece não apenas a construção da sensibilidade, mas também amplia suas oportunidades de convivência e socialização.

Ao participar de atividades como teatro, dança, música, desenho ou outras linguagens artísticas, a criança passa a ter mais condições de interagir com seus pares, compartilhar ideias, cooperar e construir vínculos afetivos. A Arte cria um ambiente seguro e acolhedor, no qual ela pode experimentar, errar, criar e se comunicar de maneiras que muitas vezes não seriam possíveis apenas pela linguagem verbal. Assim, o desenvolvimento afetivo é fortalecido, pois a criança aprende a reconhecer suas emoções, lidar com elas e compreender as emoções dos outros.

## ***A IMPORTÂNCIA DA ARTE NO DESENVOLVIMENTO DE UMA CRIANÇA***

Quando observamos uma criança espalhando tinta com as mãos sobre o papel ou preenchendo grandes espirais com giz de cera, percebemos imediatamente a concentração, a alegria e o envolvimento profundo que essas experiências despertam. Esses momentos revelam a

essência da criação artística: um processo vivo, espontâneo e cheio de descobertas.

Embora intuitivamente reconheçamos a importância da Arte no desenvolvimento infantil, há fundamentos sólidos que explicam por que ela é tão essencial. A produção artística amplia a capacidade da criança de interagir com o mundo, oferecendo novas formas de comunicação e expressão. Além de estimular áreas específicas do cérebro, a Arte desenvolve competências fundamentais para a vida, muitas vezes de maneira natural e prazerosa.

A Arte pode parecer apenas diversão, mas, ao explorar materiais e criar livremente, a criança está construindo habilidades que levará para toda a vida. Entre elas, destacam-se: Habilidades de comunicação Ao desenhar, pintar, modelar e montar objetos, a criança comunica ideias, sentimentos e experiências. A Arte permite expressar emoções que muitas vezes não encontram espaço na linguagem verbal. Um desenho pode registrar um momento vivido, expressar alegria por meio das cores ou representar uma situação emocionalmente significativa. Assim, a Arte se torna uma linguagem própria, capaz de revelar o que a criança ainda não consegue dizer com palavras.

Habilidades de resolução de problemas A criação artística estimula o pensamento crítico e a tomada de decisões. Ao escolher materiais, testar possibilidades e lidar com resultados inesperados, a criança aprende a enfrentar desafios de forma criativa. Assim como um cientista que experimenta hipóteses, ela explora, avalia e encontra soluções. A Arte ensina que um problema pode ter várias respostas e que o processo de descoberta é tão importante quanto o resultado final.

Habilidades sociais e emocionais A Arte favorece o autoconhecimento e fortalece a autoestima. Ao criar, a criança percebe que tem controle sobre suas escolhas e que suas produções têm valor. Além disso, atividades artísticas em grupo promovem cooperação, respeito e apreciação pelo trabalho do outro. A Arte contribui para a saúde emocional, permitindo que a criança expresse sua singularidade e vivencie sentimentos de realização.

Habilidades motoras finas Manipular pincéis, tesouras, lápis de cor, cola ou argila desenvolve coordenação motora fina e controle dos movimentos. Essas habilidades são essenciais para tarefas cotidianas, como escrever, folhear livros ou manusear objetos delicados. Aprendizagem visual Desenhar, modelar e montar objetos fortalece a percepção visual e espacial — competências cada vez mais importantes em um mundo repleto de imagens, telas e estímulos visuais.

Auto Expressão e criatividade Quando a criança é incentivada a criar sem medo de errar, desenvolve um senso de inovação que será valioso na vida adulta. A Arte permite que ela explore emoções, experimente ideias e construa significados. Muitas vezes, o processo de criação é mais expressivo do que a obra final. A criança pensa, sente e se comunica enquanto cria.

É fundamental separar “talento” de “criatividade”. Uma experiência artística significativa não

depende de produzir algo perfeito. A Arte é, sobretudo, processo, não produto. O valor está em explorar, descobrir, experimentar e expressar. Com o tempo, as habilidades se aprimoram naturalmente, e a capacidade criativa se expande.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que a educação mediada pela Arte contribui de maneira decisiva para o desenvolvimento da criatividade, da autonomia e da espontaneidade das crianças. Ao envolver-se com práticas artísticas, o estudante amplia sua capacidade de imaginar, experimentar e criar, desenvolvendo uma postura mais ativa diante do conhecimento. Esse processo desperta a curiosidade, estimula a iniciativa e fortalece a confiança em suas próprias produções, elementos fundamentais para a formação integral do sujeito.

À medida que a criança adquire interesse pela Arte, ela também se torna mais crítica e reflexiva. A apreciação estética, o contato com diferentes linguagens e a análise de obras ampliam sua percepção de mundo, permitindo que ela compreenda a realidade sob múltiplas perspectivas. A Arte, nesse sentido, não se limita a um fazer manual, mas constitui um campo de pensamento, interpretação e sensibilidade.

O ensino de Artes tem como propósito oferecer possibilidades concretas de expressão e compreensão do mundo. Ele deve ser entendido como um espaço de construção do conhecimento, no qual a criança pode transformar suas vivências em produções simbólicas. Ao desenhar, pintar, dançar, dramatizar ou modelar, o aluno exterioriza sentimentos, organiza ideias e elabora experiências internas, desenvolvendo competências que ultrapassam o âmbito escolar.

As manifestações artísticas assumem diferentes formas, e cada criança se expressa de acordo com sua visão de mundo, sua história e suas emoções. Essa diversidade de expressões favorece o desenvolvimento afetivo, motor e cognitivo, pois a Arte mobiliza o corpo, a mente e a sensibilidade. Ao experimentar diferentes materiais e técnicas, a criança aprimora sua coordenação motora, amplia sua percepção visual e fortalece sua capacidade de concentração.

Além disso, as Artes contribuem para o desenvolvimento da motricidade infantil e para a consolidação de conteúdos trabalhados em sala de aula. A manipulação de pincéis, tesouras, papéis, tintas e instrumentos musicais exige precisão, controle e planejamento, habilidades que serão úteis na vida pessoal, escolar e profissional do indivíduo. A Arte, portanto, não é apenas um momento lúdico, mas um espaço de aprendizagem complexa e integrada.

É importante destacar que o simples contato com linguagens artísticas não significa que a

criança domina imediatamente seus sistemas formais. No entanto, esse contato inicial é essencial para que ela compreenda, futuramente, as regras, convenções e estruturas que organizam as representações artísticas. Assim, a Arte funciona como uma porta de entrada para o desenvolvimento da sensibilidade estética e da compreensão cultural.

Outro aspecto relevante é que a Arte promove o desenvolvimento socioemocional. Ao criar, a criança entra em contato direto com seus sentimentos, aprende a nomeá-los, compreendê-los e expressá-los de maneira saudável. Esse processo favorece a autorregulação emocional, a empatia e a capacidade de lidar com frustrações. A Arte desperta no indivíduo maior atenção ao seu próprio processo interno, permitindo que ele desenvolva consciência sobre suas emoções e sobre a forma como reage ao mundo.

A aprendizagem artística também estimula a cooperação e o trabalho coletivo. Em atividades como teatro, dança ou produções visuais em grupo, as crianças aprendem a negociar ideias, respeitar opiniões, dividir tarefas e valorizar o trabalho do outro. Essas experiências fortalecem vínculos, promovem a socialização e contribuem para a construção de um ambiente escolar mais acolhedor e colaborativo.

Além disso, a Arte possibilita que o aluno reconheça o objeto de estudo como algo significativo e conectado à sua vida. Quando a criança percebe sentido no que faz, sua motivação aumenta, e o processo de aprendizagem torna-se mais profundo e duradouro. A Arte, portanto, não apenas ensina técnicas, mas desperta sensibilidade, amplia horizontes e contribui para a formação de sujeitos críticos, criativos e emocionalmente equilibrados.

Conclui-se, assim, que as Artes desempenham um papel essencial na educação, pois promovem o desenvolvimento integral da criança, estimulam a expressão de sentimentos, fortalecem habilidades cognitivas e motoras e ampliam a compreensão do mundo. Ao proporcionar experiências significativas, a Arte transforma a aprendizagem em um processo vivo, sensível e profundamente humano.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte. Volume 6 - Brasília: MEC/SEF, 1997. \_\_\_\_\_, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte. Volume 6 - Brasília: MEC/SEF, 1997.
- GALVÃO, I. Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

GOLEMAN Daniel. Trabalhando com a Inteligência Emocional. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

GOMBRICH, Ernst Hans. A história da arte. 16. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

LUGÃO; Káthia Gomes. O Ensino da Arte no Desenvolvimento Integral do Indivíduo Conhecer a Si Próprio. Rio de Janeiro, 2009. 58 f. Monografia (Pós-Graduação em “Lato Sensu”).

Universidade Candido Mendes. Disponível em:

[http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias\\_publicadas/C203672.pdf](http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/C203672.pdf)

OLIVEIRA, Marilda Oliveira de. Arte, educação e cultura. Santa Maria: UFSM, 2007.

WEIGEL, Anna Maria Gonçalves. Brincando de música: experiências com sons, ritmos, música e movimentos na pré-escola. Porto Alegre: Kuarup, 1988.

## SEGURANÇA E VULNERABILIDADES DE CRIANÇAS E BEBÊS NAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

**Autor(a):** Cynthia Da Silva Rocha

### Resumo

Este artigo discute a segurança e as vulnerabilidades de crianças e bebês nas unidades de educação infantil, compreendendo esses espaços como lugares de proteção integral, cuidado, afeto e aprendizagem. A partir de referenciais legais – como a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – analisa-se como as condições físicas, organizacionais, relacionais e emocionais das instituições podem tanto garantir direitos quanto produzir riscos. Abordam-se aspectos da segurança física (organização de espaços, rotinas e materiais), da segurança afetiva (vínculos, acolhimento e escuta das crianças) e das vulnerabilidades sociais que atravessam a infância, ressaltando o papel da escola como parte de uma rede intersetorial de proteção. Discute-se ainda a responsabilidade das gestões escolares e do poder público municipal na garantia de um atendimento de excelência, na apuração rigorosa de denúncias e na construção de protocolos institucionais para prevenção e enfrentamento de situações de violência e acidentes. Por fim, apresentam-se caminhos para a consolidação de uma cultura de cuidado e de proteção nas unidades de educação infantil, baseada na formação continuada das equipes, na participação das famílias e no reconhecimento das crianças como sujeitos de direitos.

**Palavras-chave:** educação infantil; proteção integral; segurança; vulnerabilidades; direitos da criança.

### INTRODUÇÃO

As unidades de educação infantil constituem espaços privilegiados de vida, convivência e aprendizagem para bebês e crianças pequenas. Nesses ambientes, que acolhem a primeira infância em jornadas parciais ou integrais, são tecidos vínculos afetivos, estabelecidas rotinas de cuidado e construídas experiências fundamentais para o desenvolvimento físico, cognitivo, social e emocional das crianças. Por essa razão, a segurança nas instituições de educação infantil não

pode ser compreendida apenas como a ausência de acidentes, mas sim como a garantia de condições integrais de proteção e respeito aos direitos da criança.

Em um contexto marcado por desigualdades sociais, violências cotidianas e diferentes formas de negação de direitos, a creche e a pré-escola assumem também o papel de espaços de observação atenta, escuta qualificada e articulação com a rede de proteção à infância. Ao mesmo tempo, tais instituições podem, se não forem cuidadosamente organizadas, reproduzir práticas adultocêntricas, autoritárias ou negligentes, que silenciam as crianças, invisibilizam suas necessidades e as colocam em situação de vulnerabilidade.

Este artigo tem como objetivo discutir a segurança e as vulnerabilidades de crianças e bebês nas unidades de educação infantil, articulando três dimensões centrais: a segurança física, relacionada à organização dos espaços, materiais e rotinas; a segurança emocional e relacional, que se expressa no modo como os adultos se relacionam com as crianças e acolhem suas expressões; e a dimensão institucional e política, que envolve o papel da gestão escolar e do município na construção de protocolos, processos de formação e formas de atuação diante de acidentes, denúncias e suspeitas de violações de direitos.

Para além de uma abordagem normativa, busca-se refletir sobre a importância de assumir a perspectiva da proteção integral como eixo organizador do trabalho na educação infantil. Isso implica reconhecer bebês e crianças pequenas como sujeitos de direitos, capazes de se expressar, de participar e de apontar, com seus corpos e linguagens, os limites e as potências dos espaços educativos que frequentam.

O marco legal que orienta a proteção de crianças e adolescentes no Brasil tem como base a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990. A Constituição estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, colocando-as a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O ECA aprofunda essa perspectiva ao reconhecer crianças e adolescentes como sujeitos de direitos em condição peculiar de desenvolvimento, o que exige do poder público e das instituições a adoção de políticas, práticas e rotinas que priorizem sua proteção integral. No campo específico da educação infantil, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reafirmam a centralidade do cuidado, do brincar, das interações e da proteção como dimensões inseparáveis do direito à educação.

As DCNEI definem que as propostas pedagógicas das creches e pré-escolas devem assegurar condições e recursos para que as crianças usufruam de ambientes acolhedores, seguros, desafiadores e ricos em possibilidades de exploração e expressão. Isso significa que a segurança não é pensada como mera restrição de movimentos ou controle rígido dos comportamentos infantis, mas como compromisso com ambientes que respeitem o corpo, o tempo e a curiosidade das crianças, minimizando riscos e prevenindo situações de violência, negligência ou desrespeito.

Nesse sentido, toda unidade de educação infantil é chamada a organizar sua rotina, seu espaço físico, seus procedimentos administrativos e suas relações de trabalho à luz do princípio da proteção integral. A omissão ou a naturalização de práticas que exponham as crianças a riscos evitáveis constitui, portanto, violação de direitos e deve ser enfrentada institucionalmente.

A segurança física nas unidades de educação infantil começa pela forma como o espaço é planejado, organizado e mantido ao longo do tempo. Bebês e crianças pequenas exploram o mundo principalmente por meio do corpo: engatinham, caminham, sobem, descem, escalam, correm, se apoiam em móveis e paredes. Por isso, é fundamental que os ambientes sejam estruturados considerando essa dimensão corporal da infância.

Ambientes seguros não significam espaços vazios ou empobrecidos. Ao contrário, trata-se de organizar cantos, materiais e mobiliários de modo que as crianças possam circular com autonomia, mas sem exposição desnecessária a riscos. Corrimãos, travas em portões, proteção em escadas e mezaninos, pisos que reduzem o impacto de quedas e a ausência de obstáculos soltos nos corredores são exemplos de cuidados que fazem diferença no cotidiano.

No caso de berçários e agrupamentos de crianças pequenas, a atenção com a disposição de berços, trocadores, colchonetes e cadeiras de alimentação é central. Trocadores devem ser firmes, contar com barreiras de proteção e estar localizados de forma a permitir que o adulto mantenha a atenção plena na criança durante todo o tempo do cuidado, evitando interrupções e deslocamentos desnecessários que possam favorecer quedas.

Rotinas de cuidado, materiais e brinquedos As rotinas de alimentação, higiene, sono e brincadeiras envolvem momentos de grande proximidade física entre adultos e crianças e, por isso, demandam protocolos claros de supervisão. Durante as refeições, por exemplo, é necessário observar a postura das crianças, a textura e a temperatura dos alimentos, o uso de talheres e a forma como cada uma reage à comida, prevenindo engasgos e desconfortos. A pressa, a sobrecarga de profissionais e a falta de planejamento podem aumentar o risco de incidentes.

Na hora do sono, é importante garantir colchonetes e berços adequados, bem como espaços

ventilados, limpos e tranquilos. Crianças muito pequenas não devem ser deixadas em superfícies altas sem supervisão, e mudanças de posição devem ser acompanhadas com atenção. A rotina de higiene, por sua vez, precisa assegurar materiais em bom estado, descarte correto de resíduos, uso de luvas quando necessário e cuidados com a temperatura da água.

Brinquedos e materiais pedagógicos também são elementos centrais na segurança física. É responsabilidade da equipe verificar regularmente se há peças quebradas, pontiagudas ou pequenas demais para determinadas faixas etárias, que possam ser engolidas ou introduzidas em orifícios do corpo. A organização de caixas, prateleiras e baús deve favorecer que as crianças acessem os materiais com autonomia, mas dentro de um contexto supervisionado e com critérios de escolha adequados.

### **SEGURANÇA EMOCIONAL E VULNERABILIDADE**

Acolhimento, vínculo e escuta das crianças A segurança emocional das crianças está diretamente relacionada à qualidade dos vínculos que estabelecem com os adultos e com seus pares. Na educação infantil, o modo como são acolhidas na chegada, como os adultos se dirigem a elas, como tocam, olham, nomeiam seus sentimentos e respeitam seus tempos contribui para que se sintam ou não protegidas e pertencentes àquele espaço.

Práticas cotidianas como sentar-se à altura da criança para conversar, explicar antecipadamente mudanças de rotina, validar emoções (como medo, tristeza ou raiva) e oferecer colo e presença diante de situações difíceis são estratégias que fortalecem a sensação de segurança. Por outro lado, gritos, ameaças, punições humilhantes e comentários depreciativos tornam o ambiente escolar um lugar de tensão, fragilizando a autoestima e a confiança das crianças. Escuta sensível das crianças implica reconhecer suas múltiplas linguagens – verbal, gestual, corporal, gráfica, brincante – e considerar que, muitas vezes, o que elas expressam por meio do choro, da agitação ou do silêncio é um pedido de ajuda diante de algo que as incomoda ou assusta. Organizar o trabalho pedagógico a partir dessa escuta é também uma forma de prevenir situações de violência e negligência.

Sinais de alerta e rede de proteção As unidades de educação infantil são espaços privilegiados para a identificação de possíveis situações de vulnerabilidade e violação de direitos. Mudanças bruscas de comportamento, como retraimento repentino, agressividade incomum, medos intensos ou regressão em habilidades já adquiridas, podem sinalizar que algo não vai bem. Da mesma forma, marcas no corpo sem explicação plausível, relatos espontâneos das crianças ou

brincadeiras que reproduzem cenas de violência exigem atenção especial da equipe.

A legislação brasileira determina que profissionais da educação, da saúde e da assistência social têm o dever de comunicar suspeitas ou confirmações de violência contra crianças aos órgãos competentes. Isso significa que a unidade não deve agir sozinha, mas articular-se à rede de proteção, composta por serviços de saúde, assistência social, Conselho Tutelar, Ministério Público e outros atores. Essa articulação precisa estar prevista no projeto político-pedagógico e nos protocolos internos, evitando improvisos e decisões isoladas.

Ao mesmo tempo, é fundamental preservar o sigilo, o respeito à dignidade da criança e o cuidado na comunicação com as famílias. A escuta deve ser acolhedora, sem julgamentos precipitados, e a tomada de decisão precisa ser coletiva, envolvendo a gestão escolar e, quando necessário, a supervisão técnica do sistema de ensino.

### ***PAPEL DA GESTÃO ESCOLAR NA GARANTIA DE QUALIDADE E PROTEÇÃO***

A gestão escolar desempenha papel central na construção de uma cultura de proteção e de cuidado nas unidades de educação infantil. Cabe à direção e à coordenação pedagógica organizar o trabalho coletivo, promover a formação continuada das equipes, assegurar que as normas de segurança sejam conhecidas e praticadas e criar espaços de diálogo em que dúvidas, conflitos e situações de risco possam ser discutidos com responsabilidade.

Uma gestão comprometida com a proteção integral não se limita a cumprir formalidades burocráticas. Ela acompanha o cotidiano das salas, circula pelos espaços, escuta crianças, famílias e profissionais, observa rotinas de cuidado e está atenta a sinais de desgaste emocional ou físico da equipe, que possam repercutir na qualidade do atendimento às crianças. Também organiza reuniões periódicas para estudo de documentos legais, protocolos de segurança e situações concretas vivenciadas na unidade.

Outro aspecto importante é o incentivo à participação das famílias, por meio de reuniões, assembleias, atendimentos individuais e canais permanentes de comunicação. Quando as famílias são tratadas como parceiras, e não como inimigas ou meras usuárias do serviço, torna-se mais fácil construir confiança mútua, esclarecer procedimentos e compartilhar responsabilidades em relação à segurança e ao cuidado com as crianças.

Por fim, a gestão tem responsabilidade na apuração de situações de suspeita de negligência, maus-tratos ou irregularidades envolvendo qualquer membro da equipe. Isso inclui a abertura de processos internos, o registro rigoroso dos fatos e a comunicação às instâncias superiores e à rede

de proteção, sempre que necessário. A omissão diante de denúncias fragiliza a confiança na instituição e mantém crianças em situação de risco.

### **RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO E ORIENTAÇÕES INSTITUCIONAIS**

No âmbito dos sistemas públicos de ensino, o poder público municipal tem papel estruturante na garantia de condições de segurança e de qualidade nas unidades de educação infantil. Isso se expressa por meio da elaboração de leis, portarias, manuais e orientações técnicas, bem como pela oferta de formação continuada, supervisão pedagógica e suporte às equipes gestoras.

Manuais de gestão da educação infantil, cadernos de orientações pedagógicas, normativas sobre uso dos espaços, alimentação escolar, higiene, acolhimento e proteção à infância são instrumentos que orientam a prática cotidiana das unidades. Esses documentos reforçam que o atendimento a bebês e crianças pequenas deve ser pautado pela excelência, entendida não apenas como cumprimento de metas pedagógicas, mas como garantia de cuidado responsável, respeito aos direitos humanos e compromisso com a integridade física e emocional das crianças.

Entre as responsabilidades do município está também a apuração de denúncias e suspeitas de irregularidades nas unidades. Isso envolve a existência de canais formais de escuta e recebimento de queixas, a atuação de supervisores escolares e de instâncias de controle interno, bem como o diálogo com órgãos externos, quando necessário. Processos de investigação devem ser conduzidos com rigor técnico, transparência e respeito ao contraditório, preservando a identidade das crianças e protegendo-as de novas situações de exposição.

Quando o município assume de forma clara seu compromisso com a proteção integral na educação infantil, envia uma mensagem importante à sociedade: a de que bebês e crianças pequenas são prioridade absoluta e que qualquer forma de negligência, violência ou desrespeito será tratada com seriedade. Isso fortalece a confiança das famílias e das comunidades nas instituições públicas e contribui para a construção de políticas educacionais mais justas e humanizadas.

**Ação imediata e comunicação com as famílias** Os acidentes que acontecem nas unidades de educação infantil, mesmo quando de pequena gravidade, são eventos que exigem respostas organizadas e cuidadosas por parte da instituição. A existência de protocolos escritos, amplamente divulgados e revisitados periodicamente é fundamental para que toda a equipe saiba como agir diante de diferentes tipos de ocorrência.

Em situações de acidente, o primeiro princípio é a proteção da criança envolvida. Isso significa interromper imediatamente a atividade, afastar outros riscos, prestar os primeiros cuidados, acionar, quando necessário, serviços de saúde e manter a calma. A presença de um

adulto de referência que acolha emocionalmente a criança, explique o que está acontecendo e ofereça suporte físico e afetivo também é parte do atendimento.

A comunicação com as famílias deve ser rápida, transparente e respeitosa. É importante relatar o ocorrido com clareza, sem omissões ou justificativas defensivas, descrevendo as circunstâncias, as providências tomadas e, quando for o caso, o encaminhamento para avaliação médica. O registro por escrito, em livro de ocorrências ou sistema próprio, protege a criança, a família e a equipe, garantindo rastreabilidade e permitindo análises posteriores.

Registro, análise e prevenção de novos casos Para além da resposta imediata, os protocolos de acidentes devem prever momentos de análise coletiva das ocorrências. Reuniões de equipe para discutir o que aconteceu, em que contexto, quais fatores contribuíram para o evento e o que pode ser feito para evitar novas situações semelhantes são fundamentais para a aprendizagem institucional.

Esse exercício não deve assumir um caráter de caça às bruxas ou de culpabilização individual, mas sim de responsabilização compartilhada. Muitas vezes, acidentes revelam fragilidades na organização do espaço, na distribuição de adultos, na formação da equipe ou nas condições de trabalho. Quando a instituição consegue olhar para esses aspectos com honestidade, abre-se a possibilidade de mudanças concretas em prol da proteção das crianças.

A análise sistemática dos registros também permite identificar padrões, como repetição de acidentes em um mesmo local, com certo tipo de mobiliário ou em períodos do dia específicos. Com essas informações, é possível planejar intervenções na infraestrutura, ajustar rotinas, reforçar equipes em determinados horários e revisar orientações pedagógicas, diminuindo significativamente o risco de novos incidentes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre segurança e vulnerabilidades de crianças e bebês nas unidades de educação infantil é, em última instância, refletir sobre o lugar que a sociedade atribui à primeira infância e sobre o compromisso coletivo com a proteção integral. Não se trata apenas de cumprir normas ou evitar responsabilizações jurídicas, mas de assumir que cada bebê, cada criança pequena, confia sua vida cotidiana às instituições que frequentam.

A educação infantil, quando organizada a partir do respeito aos direitos da criança, pode ser um espaço de experiências marcadas por afeto, brincadeira, descoberta e pertencimento. Para isso, é necessário que a segurança física e emocional esteja no centro do planejamento, das

decisões de gestão, das políticas públicas e das práticas pedagógicas.

A existência de protocolos claros, a formação continuada das equipes, a participação das famílias e a articulação com a rede de proteção são pilares dessa construção. Ao mesmo tempo, é fundamental reconhecer que acidentes e situações de vulnerabilidade, quando acontecem, não podem ser naturalizados nem silenciados. A escuta das crianças e das famílias, a apuração rigorosa de denúncias e a coragem de rever práticas e estruturas são elementos que distinguem instituições comprometidas com a proteção integral daquelas que apenas reproduzem rotinas descoladas da realidade e dos direitos humanos.

Que este artigo possa contribuir para o debate sobre segurança na educação infantil, inspirando gestores, profissionais da educação, famílias e formuladores de políticas a fortalecer uma cultura de cuidado, respeito e responsabilidade com a primeira infância. Proteger bebês e crianças pequenas é um compromisso ético que atravessa toda a sociedade e que se concretiza, cotidianamente, nas práticas das unidades de educação infantil.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Relatório mundial sobre violência e saúde. Genebra: OMS, 2002. Referenciais, manuais e orientações técnicas produzidos pelas redes públicas de ensino sobre gestão da educação infantil, proteção à infância e protocolos de segurança nas unidades educacionais.

## O PODER TRANSFORMADOR DA LEITURA NA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE METAFÓRICA A PARTIR DA PERSONAGEM BELA, DE "A BELA E A FERA"

**Autor(a):** Maria Clarice Silva

### Resumo

Este artigo investiga o poder transformador da leitura na educação, utilizando a personagem Bela, do clássico "A Bela e a Fera", como metáfora para ilustrar como a prática leitora contribui para a formação integral dos indivíduos. A partir de uma revisão bibliográfica e análise simbólica, o estudo aborda a leitura não apenas como decodificação de símbolos, mas como um processo que amplia horizontes, desenvolve empatia, autonomia intelectual e capacidade crítica, essenciais para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social. A personagem Bela representa a busca pelo conhecimento e a resistência a estereótipos, evidenciando a importância da literatura infantil como instrumento pedagógico que estimula a imaginação, a expressão e as funções executivas, como memória de trabalho, controle inibitório e flexibilidade cognitiva. Os resultados indicam que a leitura, ao promover a construção de sentidos e a interpretação profunda do mundo, atua como um agente de transformação pessoal e social, reforçando sua relevância na educação infantil para a formação de sujeitos críticos, autônomos e emocionalmente desenvolvidos. Assim, o artigo conclui que a leitura é fundamental para a construção de uma educação integral, capaz de preparar indivíduos para a participação ativa e consciente na sociedade.

**Palavras-chave:** Leitura. Educação. Transformação. "A Bela e a Fera". Desenvolvimento humano.

### 1 INTRODUÇÃO

A Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica e desempenha papel essencial na formação integral da criança. Nessa fase, as experiências educativas devem considerar as especificidades do desenvolvimento infantil, proporcionando vivências que estimulem a linguagem, a criatividade, a socialização e a autonomia.

O filme "A Bela e a Fera" oferece diversas reflexões, sendo a personagem Bela um símbolo do poder da leitura. Logo no início, Bela expressa o desejo por uma vida que vá além de seu vilarejo, encontrando nos livros uma via de escape e de conhecimento (ABRAMOVICH, 1997). Enquanto

os aldeões a consideram "estranha" por sua prioridade não ser o casamento, mas sim o estudo e a expansão de horizontes, a personagem se destaca por sua determinação, inteligência e coragem, representando uma visão da mulher distante da fragilidade. A narrativa carrega uma mensagem crucial: "Não julgue um livro pela capa", enfatizando que o caráter e a personalidade são mais importantes que a aparência, o que se relaciona diretamente com a capacidade de leitura e interpretação que vai além da superfície.

A leitura, enquanto prática social, desempenha papel fundamental no processo educacional. Mais do que um simples decodificar de símbolos, ler significa construir sentidos, interpretar o mundo e transformar-se. O clássico conto oferece, na figura de Bela, um símbolo atemporal do amor pela leitura e de sua força transformadora.

Nesse contexto, o livro e a literatura infantil ocupam um lugar privilegiado, funcionando como instrumentos pedagógicos e culturais indispensáveis. Segundo Abramovich (1997), ler para as crianças é oferecer oportunidades para que elas desenvolvam não apenas competências linguísticas, mas também emocionais e sociais. Este artigo propõe uma reflexão sobre a leitura na educação a partir desta metáfora, destacando sua relevância para o desenvolvimento integral do ser humano.

## **2 A LEITURA COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO HUMANA**

Diversos estudiosos da educação, como Freire (1989), defendem que a leitura do mundo precede a leitura da palavra. Assim, o ato de ler transcende a simples decodificação, envolvendo uma interação profunda com o contexto social, cultural e afetivo. A leitura é, portanto, um ato de conhecimento e intervenção, que promove a autonomia intelectual e a ampliação da visão de mundo do indivíduo, capacitando-o a participar ativamente da sua realidade.

A literatura infantil possui características específicas que a tornam uma ferramenta poderosa no processo educativo, concedendo à criança o que Candido (1995) chama de "direito à literatura": a fruição estética e o acesso a bens simbólicos essenciais. Ao apresentar histórias, personagens e mundos imaginários, os livros estimulam a fantasia, a imaginação e a capacidade de expressão (COELHO, 2000).

O engajamento com narrativas literárias é um potente catalisador do desenvolvimento integral. No plano cognitivo, além de ampliar o vocabulário e aprimorar estruturas linguísticas, a leitura literária é um treino eficaz das Funções Executivas (FEs). Para acompanhar um enredo, a criança precisa ativar a memória de trabalho (retendo informações complexas), exercitar o controle

inibitório (suspendendo julgamentos e resistindo à distração) e desenvolver a flexibilidade cognitiva (considerando múltiplas perspectivas e desfechos).

No plano emocional e social, a literatura contribui significativamente. Por meio da identificação com personagens e enredos (BORDINI; AGUIAR, 1988), a criança elabora sentimentos, medos e desejos. O contato com múltiplas realidades, culturas e subjetividades favorece o desenvolvimento da empatia (CANDIDO, 1995). Ao se colocar no lugar da Fera, a exemplo da personagem Bela, o leitor exercita a capacidade de enxergar além da aparência, fundamentando a formação de um sujeito ético, sensível e crítico.

### **3 O LIVRO E A MEDIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

O livro é um recurso fundamental para o desenvolvimento da competência leitora e da formação do gosto pela leitura desde os primeiros anos de vida. Sua presença na rotina escolar deve ser constante, possibilitando o contato das crianças com diferentes gêneros textuais, formatos e estilos artísticos.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017), o acesso à literatura é direito de todas as crianças e deve ser garantido pelas instituições de Educação Infantil, visando à promoção de práticas de leitura que envolvam escuta, apreciação e reconto de histórias. O manuseio do livro físico também desempenha papel importante, promovendo a exploração sensorial e a familiarização com a materialidade do objeto, aspectos que contribuem para a construção da identidade leitora da criança. Freire (1989) destaca que o ato de ler é também um ato de compreender a realidade, o que reforça a importância da literatura como ferramenta crítica e reflexiva na infância. Além da garantia do acesso na escola, a literacia familiar (ou letramento familiar) emerge como um fator determinante para o sucesso leitor. Envolve as práticas sociais e culturais que ocorrem no ambiente doméstico e que expõem a criança ao universo da escrita. A parceria entre família e instituição de ensino é fundamental para criar uma rede de letramento consistente, onde o livro não é visto apenas como material didático, mas como fonte de prazer, diálogo e afeto (FRIEDMANN, 1996). A escola, ao orientar e incentivar essas práticas, potencializa o desenvolvimento da identidade leitora e consolida os princípios da BNCC ao estender a cultura escrita para além de seus muros.

#### **3.1 O PROFESSOR COMO MEDIADOR DA LEITURA**

O papel do professor é fundamental na mediação entre a criança e o livro. Cabe ao educador criar ambientes letrados e promover experiências significativas com a literatura, respeitando o interesse e o ritmo de cada criança (CORSINO, 2003). A metáfora de Bela é pertinente para pensar práticas pedagógicas que valorizem a leitura não apenas como obrigação curricular, mas como direito humano e fonte de prazer. A escola deve assumir o papel de mediadora, criando ambientes ricos em textos, onde os alunos possam se reconhecer como protagonistas de suas aprendizagens.

A Princesa Bela é um exemplo de como o amor pelo conhecimento pode abrir portas para novas possibilidades. Essa característica da história ensina o valor da curiosidade e da leitura como ferramentas para expandir horizontes e desenvolver o pensamento crítico. Sua capacidade de enxergar além das aparências, ao se aproximar da Fera, é uma lição de empatia e sensibilidade, fundamental para o desenvolvimento socioemocional infantil (SOARES, 2003). Como aponta Magda Soares (2001), “formar leitores não é apenas ensinar a ler, mas criar uma relação afetiva e crítica com a linguagem escrita, promovendo o diálogo entre texto e mundo”.

### **3.2 DISTINÇÃO ENTRE CONTAÇÃO E MEDIAÇÃO LITERÁRIA**

É crucial distinguir contar histórias de mediar a leitura de um livro literário. A contação de histórias pode ocorrer sem o livro, focada na performance e na voz. Já na mediação de leitura literária, como defende Reyes (2017), o adulto empresta sua voz ao livro, e é o livro – com sua linguagem, ritmo e silêncios – que ocupa o centro da prática. A mediação exige um adulto disponível, um livro de boa qualidade e uma escuta mútua, focada na prosódia, nas pausas para as ilustrações e no ritmo da narrativa, acolhendo as múltiplas leituras da criança.

Para Vygotsky (1996), a criança se desenvolve por meio das interações que estabelece com o ambiente cultural. Nesse sentido, o mediador é essencial, sendo "o texto da criança, porque empresta voz, rosto e abrigo para que ela possa se ler" (REYES, 2017, p. 48-49). A mediação é, portanto, um encontro a três: criança, mediador e obra literária (MELO, 2023). Friedmann (1996) reforça a necessidade de um ambiente escolar que valorize a cultura da leitura e o manuseio do livro, ressaltando que o contato com o material impresso e a escuta de histórias são pilares para a apropriação da escrita na infância.

## **4 EXEMPLOS DE ATIVIDADES PRÁTICAS COM LITERATURA INFANTIL: ARTICULANDO TEORIA E AÇÃO.**

O livro e a literatura infantil são elementos essenciais que devem constituir prática cotidiana e sistemática na Educação Infantil. O planejamento intencional dessas práticas garante que o direito à cultura, à imaginação e ao aprendizado, preconizado pela BNCC, seja efetivamente concretizado. As atividades a seguir não são apenas momentos de entretenimento, mas sim oportunidades estruturadas para o desenvolvimento da linguagem, da empatia e das Funções Executivas.

A seguir, algumas sugestões práticas que articulam o prazer da leitura com o desenvolvimento integral: **Leitura Diária em Roda e Escuta Ativa:** Descrição: O professor atua como mediador (Reyes, 2017), apresentando a obra com foco na prosódia, ritmo e apreciação das ilustrações. A roda deve ser um espaço de escuta mútua e diálogo posterior; Desenvolvimento: Fortalece a memória de trabalho (retenção de enredo) e a escuta sensível, essencial para a formação leitora e para o desenvolvimento da linguagem oral; **Cantinhos da Leitura e Ambientes Letrados:** Descrição: Criação de espaços confortáveis, esteticamente agradáveis e repletos de livros de qualidade e diferentes gêneros. O acesso livre ao material (manuseio) promove a familiarização com a materialidade do objeto livro (Friedmann, 1996); Desenvolvimento: Estimula a autonomia e o gosto espontâneo pela leitura, além de promover a exploração sensorial e tátil do livro, base da identidade leitora; **Projeto "O Livro Viajante" e Literacia Familiar:** Descrição: A criança leva um livro (previamente selecionado e de boa qualidade) para casa por alguns dias e registra a experiência de leitura com a família em um diário ilustrado ou caderno de registros; Desenvolvimento: Expande o letramento para o ambiente doméstico, fortalecendo a parceria escola-família e consolidando o livro como fonte de afeto e diálogo, além de exercitar a escrita (registros) e a expressão artística; **Oficinas de Reconto e Expressão Dramática:** Descrição: Reconto oral, teatro de fantoches, criação de cenários e dramatização de histórias lidas em sala. O foco não é a reprodução exata, mas a apropriação da estrutura narrativa; Desenvolvimento: Potencializa a flexibilidade cognitiva (ao assumir diferentes papéis e perspectivas), a criatividade e a capacidade de expressão, permitindo a elaboração emocional de temas (Bordini; Aguiar, 1988); **Criação Coletiva de Livros e Autoria:** Descrição: A turma, após uma experiência de leitura, cria sua própria narrativa. As crianças ditam a história, fazem os desenhos e o professor registra, montando um livro físico; Desenvolvimento: Promove a compreensão da função social da escrita, estimula o planejamento (na estruturação do enredo) e valoriza a criança como sujeito de linguagem e de autoria (Bakhtin, 2011).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo utilizou a personagem Bela, de "A Bela e a Fera", como uma metáfora para ilustrar o poder transformador e emancipador da leitura. A trajetória de Bela, marcada pela busca por conhecimento e pela capacidade de enxergar além das aparências, simboliza a forma como a literatura pode ampliar a visão de mundo, desenvolver a empatia e fortalecer o pensamento crítico em crianças e adultos.

Através dos tempos, os contos de fadas, como "A Bela e a Fera", têm transmitido, por meio de sua simbologia mágica, significados profundos, não se restringindo à ingenuidade da criança, mas alcançando o adulto. Bettelheim (1980, p. 6) afirma que a mensagem dos contos de fadas é que:

[...] uma luta contra dificuldades graves na vida é inevitável, é parte intrínseca da existência humana, - mas que se a pessoa não se intimida, mas se defronta de modo firme com as opressões inesperadas e muitas vezes injustas, ela dominará todos os obstáculos e, ao fim, emergirá vitoriosa.

Essa essência está alinhada ao papel da educação de formar um indivíduo corajoso e forte – emocional, psicológica e espiritualmente – capaz de enfrentar as dificuldades existenciais com discernimento e valores morais. Inspirar-se no símbolo de Bela pode auxiliar educadores na promoção de ambientes que estimulem a formação de leitores críticos, criativos e empáticos. A leitura, mais do que uma habilidade, é um ato de resistência e de esperança, capaz de transformar sujeitos e sociedades.

Reconhecer a distinção entre a performance da contação de histórias e a mediação de leitura literária é fundamental. A mediação, ancorada na escuta ativa e na responsividade, transforma a leitura em uma experiência estética e afetiva compartilhada. Ao oferecer obras de qualidade e abrir espaço para o diálogo, a educadora(or) se torna uma ponte para que bebês e crianças, como sujeitos de linguagem (BAKHTIN, 2011; VYGOTSKY, 1996), construam ativamente seus próprios sentidos, valorizando, assim, a dimensão política, ética e estética da leitura desde a primeira infância.

Garantir o acesso à literatura e a mediação sensível e intencional é assegurar o direito à cultura, à imaginação e ao aprendizado, formando sujeitos críticos, criativos e participativos, aptos a, como Bela, valorizar o conhecimento e a profundidade de si e do outro.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, Fanny. Literatura: prazer ou obrigação? 10. ed. São Paulo: Scipione, 1997.

- BAJOUR, Cecília. Cartografia dos encontros: literatura, silêncio e mediação. São Paulo: Emília e Solisluna, 2023.
- BAJOUR, Cecília. Ouvir nas entrelinhas: o valor da escuta nas práticas de leitura. Tradução: Alexandre Morales. São Paulo: Pulo do Gato, 2012.
- BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- BETTELHEIM, Bruno. A psicanálise dos contos de fadas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- BORDINI, Maria da Glória; AGUIAR, Vera Teixeira de. Literatura: a formação do leitor: alternativas metodológicas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 03 jun. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB, 2010.
- CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio. Vários escritos. São Paulo: Duas Cidades, 1995.
- COELHO, Nelly Novaes. Literatura infantil: teorias, análises, didática. São Paulo: Moderna, 2000.
- CORSINO, Patrícia. Literatura infantil: a presença da palavra na Educação Infantil. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989.
- FRIEDMANN, Adriana. O brincar no cotidiano da criança. São Paulo: Contexto, 1996.
- MELO, Dianne Cristine Rodrigues de. Da mediação à formação de leitores literários: afetos, diálogos e intencionalidade. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2023.
- REYES, Yolanda. O triângulo amoroso. In: LIMA, Érica; FARIAS, Fabíola; LOPES, Raquel (Org.). As crianças e os livros: reflexões sobre a leitura na primeira infância. Belo Horizonte: Fundação Municipal de Cultura, 2017.
- SOARES, Magda. Alfabetização e letramento. São Paulo: Contexto, 2001.
- SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. Currículo da cidade: Educação Infantil. São Paulo: SME/COPED, 2019.
- VYGOTSKY, Lev Semionovitch. Obras escogidas: psicología infantil. Tomo IV. Tradução: Lydia

Kuper. Madrid: Visor Dist. S. A., 1996.

## TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

**Autor(a):** Fernanda Machado Batista

### RESUMO

O uso das tecnologias digitais na educação tem se intensificado nos últimos anos, especialmente diante das transformações sociais e do avanço das ferramentas tecnológicas. Este estudo tem como objetivo analisar os desafios e as possibilidades do uso das tecnologias digitais no processo de ensino-aprendizagem. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, fundamentada em autores que discutem a integração das tecnologias no contexto educacional. Os resultados indicam que as tecnologias digitais podem contribuir significativamente para a aprendizagem, tornando as aulas mais dinâmicas, interativas e acessíveis. No entanto, também foram identificados desafios, como a falta de formação dos professores, a desigualdade no acesso e o uso inadequado dessas ferramentas. Conclui-se que a utilização das tecnologias na educação requer planejamento, formação docente e políticas públicas que garantam o acesso e a qualidade do ensino.

**Palavras-chave:** tecnologias digitais, educação, aprendizagem.

### INTRODUÇÃO

As transformações tecnológicas têm impactado profundamente a sociedade contemporânea, influenciando diferentes áreas, incluindo a educação. Nesse contexto, as tecnologias digitais passaram a fazer parte do cotidiano escolar, trazendo novas possibilidades para o processo de ensino-aprendizagem.

Do ponto de vista teórico, autores como Moran (2015) destacam que a tecnologia pode ampliar as formas de ensinar e aprender, tornando o processo mais flexível e interativo. No entanto, sua utilização exige uma mudança na postura dos professores e das instituições de ensino.

A relevância do tema justifica-se pelo fato de que a tecnologia está cada vez mais presente na vida dos alunos, sendo necessário integrá-la de forma adequada ao ambiente escolar. O uso

dessas ferramentas pode contribuir para a construção de uma aprendizagem mais significativa.

Entretanto, apesar dos avanços, ainda existem desafios relacionados à utilização das tecnologias na educação, como a falta de infraestrutura, a resistência dos professores e a desigualdade no acesso aos recursos digitais. A justificativa deste estudo baseia-se na necessidade de compreender como as tecnologias digitais podem ser utilizadas de forma eficaz no processo educativo, considerando seus benefícios e limitações. Diante disso, surge o seguinte problema de pesquisa: quais são os desafios e as possibilidades do uso das tecnologias digitais no processo de ensino-aprendizagem? Assim, o objetivo deste trabalho é analisar o uso das tecnologias digitais na educação, destacando seus desafios e suas contribuições para a aprendizagem.

## **DESENVOLVIMENTO**

As tecnologias digitais têm transformado o modo como o conhecimento é produzido e compartilhado, influenciando diretamente o ambiente educacional. Ferramentas como computadores, tablets, aplicativos e plataformas digitais ampliam as possibilidades de ensino.

Uma das principais vantagens do uso da tecnologia na educação é a possibilidade de tornar as aulas mais interativas e dinâmicas. Recursos multimídia, como vídeos, jogos e simulações, facilitam a compreensão dos conteúdos e despertam o interesse dos alunos. Além disso, as tecnologias permitem a personalização da aprendizagem, atendendo às necessidades individuais dos alunos. Plataformas digitais possibilitam que cada estudante avance em seu próprio ritmo.

Outro aspecto importante é o acesso à informação. A internet oferece uma grande quantidade de conteúdos, permitindo que os alunos ampliem seus conhecimentos para além da sala de aula.

No entanto, a utilização das tecnologias também apresenta desafios. A falta de formação dos professores é um dos principais obstáculos, pois muitos não se sentem preparados para utilizar essas ferramentas de forma pedagógica. Além disso, a desigualdade no acesso à tecnologia pode gerar exclusão digital, dificultando o processo de ensino-aprendizagem para alguns alunos. A integração das tecnologias digitais no ambiente escolar exige planejamento e organização. Não basta apenas utilizar ferramentas tecnológicas, é necessário que seu uso esteja alinhado aos objetivos pedagógicos.

As metodologias ativas têm se destacado nesse contexto, pois utilizam a tecnologia como

meio para promover a participação dos alunos. Estratégias como sala de aula invertida e ensino híbrido são exemplos dessa abordagem. Outro ponto relevante é a formação continuada dos professores, que deve incluir o desenvolvimento de competências digitais. Professores capacitados conseguem utilizar a tecnologia de forma mais eficaz. Além disso, a gestão escolar tem um papel importante na implementação das tecnologias, garantindo infraestrutura adequada e incentivando práticas inovadoras. A segurança digital também deve ser considerada, orientando os alunos sobre o uso responsável da internet e das redes sociais. Por fim, destaca-se que a tecnologia deve ser vista como uma ferramenta complementar, e não como substituta do professor.

A análise dos estudos evidencia que as tecnologias digitais possuem grande potencial para transformar o processo educativo, desde que utilizadas de forma planejada e consciente. Seu uso pode contribuir para a construção de uma aprendizagem mais significativa e contextualizada.

Segundo Moran (2015), a tecnologia permite a criação de ambientes de aprendizagem mais flexíveis, nos quais o aluno assume um papel ativo. Essa mudança exige uma nova postura do professor, que passa a atuar como mediador do conhecimento. Entretanto, a literatura aponta que a simples presença da tecnologia não garante a melhoria da aprendizagem. É necessário que haja uma integração entre tecnologia, metodologia e objetivos pedagógicos.

Outro aspecto importante refere-se à desigualdade digital, que ainda é uma realidade em muitos contextos educacionais. A falta de acesso a dispositivos e internet de qualidade limita as oportunidades de aprendizagem.

A formação docente é um dos fatores mais importantes para o sucesso da integração das tecnologias na educação. Professores preparados conseguem explorar melhor as potencialidades dessas ferramentas. Além disso, a tecnologia pode contribuir para a inclusão, oferecendo recursos que atendam às necessidades de alunos com deficiência.

A ampliação da análise sobre o uso das tecnologias digitais na educação evidencia que sua inserção no contexto escolar não deve ser compreendida apenas como uma inovação técnica, mas como uma transformação profunda nas formas de ensinar e aprender, exigindo mudanças estruturais, pedagógicas e culturais que impactam diretamente o papel do professor, a postura do aluno e a organização do ambiente educacional, tornando o processo de ensino-aprendizagem mais dinâmico, interativo e alinhado às demandas da sociedade contemporânea, marcada pelo avanço constante das tecnologias da informação e comunicação.

Nesse sentido, a integração das tecnologias digitais possibilita a criação de ambientes de

aprendizagem mais flexíveis e diversificados, nos quais os alunos podem acessar conteúdos em diferentes formatos, como vídeos, podcasts, animações, jogos e textos interativos, favorecendo a construção do conhecimento de maneira mais significativa e contextualizada, uma vez que essas ferramentas permitem a exploração de diferentes linguagens e estimulam múltiplas formas de aprendizagem, atendendo às necessidades e aos estilos individuais dos estudantes. Dessa forma, o processo educativo deixa de ser linear e passa a assumir uma configuração mais aberta e participativa.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

A utilização de recursos digitais favorece o desenvolvimento da autonomia dos alunos, pois permite que eles assumam um papel mais ativo na construção do conhecimento, buscando informações, realizando pesquisas, resolvendo problemas e interagindo com diferentes conteúdos e colegas, o que contribui para o desenvolvimento de habilidades essenciais, como pensamento crítico, criatividade, colaboração e comunicação, competências amplamente valorizadas no contexto atual. Essa mudança de postura exige que o aluno deixe de ser um sujeito passivo e se torne protagonista de sua própria aprendizagem.

Outro aspecto relevante refere-se à possibilidade de personalização do ensino, uma vez que as tecnologias digitais permitem adaptar os conteúdos e as atividades de acordo com o ritmo e as necessidades de cada aluno, oferecendo desafios adequados ao seu nível de aprendizagem e contribuindo para a superação de dificuldades específicas. Plataformas adaptativas, por exemplo, possibilitam o acompanhamento do desempenho dos estudantes em tempo real, permitindo intervenções pedagógicas mais precisas e eficazes.

Entretanto, é importante destacar que a efetividade do uso das tecnologias na educação depende diretamente da formação dos professores, que precisam estar preparados para utilizar essas ferramentas de forma pedagógica e intencional, integrando-as ao currículo e aos objetivos de aprendizagem. A falta de preparo docente pode levar ao uso superficial ou inadequado das tecnologias, limitando seu potencial educativo e, em alguns casos, até prejudicando o processo de ensino-aprendizagem. Nesse contexto, a formação continuada torna-se essencial, permitindo que os educadores desenvolvam competências digitais e reflitam sobre suas práticas.

Outro ponto importante refere-se à necessidade de planejamento no uso das tecnologias, uma vez que sua simples inserção no ambiente escolar não garante melhorias na aprendizagem.

É fundamental que o professor selecione os recursos de acordo com os objetivos pedagógicos, considerando a pertinência, a relevância e a adequação das ferramentas às características dos alunos e do conteúdo a ser trabalhado. Dessa forma, a tecnologia deixa de ser um elemento acessório e passa a integrar de forma significativa o processo educativo.

A desigualdade no acesso às tecnologias digitais constitui um dos principais desafios para a sua efetiva utilização na educação, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade social, nos quais muitos alunos não possuem acesso a dispositivos adequados ou à internet de qualidade, o que pode ampliar as desigualdades educacionais e comprometer o direito à aprendizagem. Nesse sentido, é fundamental que o poder público e as instituições de ensino invistam em políticas que garantam o acesso equitativo às tecnologias, promovendo a inclusão digital.

Além disso, a tecnologia pode desempenhar um papel importante na promoção da inclusão educacional, ao oferecer recursos que atendam às necessidades de alunos com deficiência, como leitores de tela, softwares de reconhecimento de voz, legendas automáticas e aplicativos adaptados, possibilitando maior autonomia e participação desses estudantes no processo de aprendizagem. No entanto, é necessário que esses recursos sejam utilizados de forma planejada e integrada às práticas pedagógicas.

Outro aspecto relevante é o papel da gestão escolar na implementação das tecnologias digitais, sendo responsável por garantir a infraestrutura necessária, como acesso à internet, equipamentos adequados e suporte técnico, além de incentivar a formação dos professores e a adoção de práticas pedagógicas inovadoras. A liderança da gestão é fundamental para a construção de uma cultura escolar que valorize o uso das tecnologias como ferramenta de aprendizagem.

A segurança digital também deve ser considerada no contexto educacional, sendo necessário orientar os alunos sobre o uso responsável da internet, abordando temas como privacidade, proteção de dados, cyberbullying e ética digital, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e preparados para atuar no ambiente virtual de forma segura e responsável.

Nesse contexto, as metodologias ativas ganham destaque, pois utilizam a tecnologia como meio para promover a participação dos alunos e a construção do conhecimento de forma colaborativa e significativa. Estratégias como sala de aula invertida, ensino híbrido e aprendizagem baseada em projetos permitem integrar o uso das tecnologias ao processo pedagógico, tornando as aulas mais dinâmicas e interativas.

A sala de aula invertida, por exemplo, possibilita que os alunos tenham contato prévio com os conteúdos por meio de recursos digitais, utilizando o tempo em sala para discutir, aprofundar e aplicar os conhecimentos, o que favorece a participação ativa e o desenvolvimento do pensamento crítico. Já o ensino híbrido combina momentos presenciais e online, ampliando as possibilidades de aprendizagem e permitindo maior flexibilidade no processo educativo.

Outro ponto importante refere-se à necessidade de desenvolver competências digitais tanto em professores quanto em alunos, incluindo habilidades relacionadas ao uso crítico das tecnologias, à produção de conteúdos digitais e à comunicação em ambientes virtuais, aspectos essenciais para a formação de indivíduos capazes de atuar de forma consciente na sociedade digital.

Além disso, a tecnologia pode contribuir para a melhoria da avaliação da aprendizagem, por meio de ferramentas que permitem o acompanhamento contínuo do desempenho dos alunos, oferecendo feedbacks imediatos e possibilitando ajustes nas práticas pedagógicas, o que favorece um processo avaliativo mais dinâmico e formativo.

A utilização de ambientes virtuais de aprendizagem também amplia as possibilidades de interação entre professores e alunos, permitindo a continuidade dos estudos fora do espaço físico da escola, o compartilhamento de materiais e a realização de atividades colaborativas, o que contribui para a construção de uma aprendizagem mais autônoma e significativa.

Outro aspecto relevante é a necessidade de equilíbrio no uso das tecnologias, evitando tanto o uso excessivo quanto a ausência dessas ferramentas no processo educativo, sendo importante que o professor saiba dosar e selecionar os recursos de forma adequada, considerando sempre os objetivos pedagógicos e as necessidades dos alunos.

A participação da família também pode ser favorecida pelo uso das tecnologias, uma vez que ferramentas digitais permitem o acompanhamento mais próximo do desenvolvimento dos alunos, facilitando a comunicação entre escola e responsáveis e fortalecendo a parceria no processo educativo.

Além disso, a constante evolução das tecnologias exige que a educação esteja em permanente atualização, buscando novas estratégias e ferramentas que contribuam para a melhoria do ensino, o que reforça a importância de uma postura aberta à inovação por parte dos profissionais da educação.

Outro ponto importante é a necessidade de desenvolver o pensamento crítico dos alunos

em relação às informações disponíveis na internet, capacitando-os para identificar fontes confiáveis, analisar conteúdos e evitar a disseminação de informações falsas, o que é fundamental no contexto atual, marcado pela grande circulação de dados.

A tecnologia também pode contribuir para a internacionalização da educação, permitindo o contato com diferentes culturas, idiomas e realidades, por meio de projetos colaborativos e intercâmbios virtuais, ampliando a visão de mundo dos alunos.

Além disso, o uso de recursos digitais pode tornar o ensino mais atrativo e motivador, especialmente para as novas gerações, que já estão inseridas em um contexto altamente tecnológico, o que reforça a necessidade de a escola dialogar com essa realidade.

Por fim, conclui-se que as tecnologias digitais possuem um grande potencial para transformar o processo educativo, contribuindo para a construção de uma aprendizagem mais significativa, inclusiva e alinhada às demandas da sociedade contemporânea, desde que sejam utilizadas de forma planejada, crítica e integrada às práticas pedagógicas, garantindo que seu uso esteja a serviço da aprendizagem e do desenvolvimento integral dos alunos.

## **OBJETO DE ESTUDO**

O objeto de estudo desta pesquisa é o uso das tecnologias digitais no contexto educacional, com foco no processo de ensino-aprendizagem. A investigação busca compreender como ferramentas digitais, como plataformas online, aplicativos, dispositivos eletrônicos e recursos multimídia, são utilizadas na prática pedagógica, bem como seus impactos no desenvolvimento dos alunos.

Além disso, o estudo concentra-se na análise dos desafios enfrentados por professores e instituições de ensino na integração dessas tecnologias, como a falta de formação docente, a limitação de recursos e a desigualdade no acesso. Ao mesmo tempo, considera-se as possibilidades que essas ferramentas oferecem para tornar o ensino mais dinâmico, interativo e significativo.

Dessa forma, o objeto de estudo está centrado na relação entre tecnologia, ensino e aprendizagem, buscando entender como essa integração pode contribuir para a melhoria da qualidade da educação.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa indicam que o uso das tecnologias digitais na educação apresenta tanto benefícios quanto desafios. Entre os principais aspectos positivos, destaca-se a possibilidade de tornar as aulas mais dinâmicas, interativas e atrativas, o que contribui para o maior engajamento dos alunos no processo de aprendizagem.

Observou-se também que as tecnologias favorecem a personalização do ensino, permitindo que os estudantes avancem de acordo com seu próprio ritmo e necessidades. Além disso, o acesso facilitado à informação amplia as oportunidades de aprendizagem para além do ambiente escolar.

Por outro lado, a pesquisa evidenciou desafios significativos, como a falta de formação adequada dos professores para o uso pedagógico das tecnologias. Muitos educadores ainda enfrentam dificuldades para integrar essas ferramentas de maneira eficiente ao planejamento das aulas.

Outro problema identificado é a desigualdade no acesso às tecnologias, que pode gerar exclusão digital e comprometer o aprendizado de parte dos alunos. A falta de infraestrutura nas instituições de ensino também limita o uso adequado desses recursos.

A discussão dos resultados reforça que a simples presença da tecnologia não garante melhorias na educação. É necessário que seu uso esteja alinhado aos objetivos pedagógicos, com planejamento e intencionalidade.

Além disso, destaca-se a importância da formação continuada dos professores e do investimento em políticas públicas que promovam o acesso equitativo às tecnologias digitais. A atuação da gestão escolar também se mostra fundamental para incentivar práticas inovadoras e garantir suporte aos docentes.

Portanto, conclui-se que as tecnologias digitais possuem grande potencial para transformar o ensino, desde que utilizadas de forma consciente, planejada e integrada ao contexto educacional. A análise dos dados também permite compreender que o uso das tecnologias digitais contribui para a ampliação das estratégias pedagógicas, possibilitando ao professor diversificar suas metodologias de ensino e atender melhor às diferentes formas de aprendizagem dos alunos. Nesse sentido, recursos como vídeos educativos, plataformas interativas e jogos digitais mostram-se eficazes para facilitar a compreensão de conteúdos e estimular a participação ativa dos estudantes.

Observa-se que a inserção das tecnologias digitais no ambiente educacional favorece a

construção de um aprendizado mais significativo, uma vez que aproxima os conteúdos escolares da realidade dos alunos, que já estão inseridos em um contexto tecnológico. Essa aproximação contribui para aumentar o interesse e a motivação dos estudantes, tornando o processo de aprendizagem mais envolvente.

Outro resultado relevante refere-se ao desenvolvimento de competências digitais, tanto por parte dos alunos quanto dos professores. No caso dos estudantes, o uso das tecnologias contribui para o desenvolvimento de habilidades como autonomia, pensamento crítico, resolução de problemas e capacidade de pesquisa. Já para os professores, a necessidade de utilizar ferramentas digitais estimula a busca por atualização e formação continuada.

Entretanto, apesar desses avanços, ainda se percebe uma utilização limitada das tecnologias em muitos contextos educacionais. Em diversos casos, os recursos digitais são utilizados apenas como suporte para práticas tradicionais, sem promover mudanças significativas na forma de ensinar e aprender. Isso evidencia a necessidade de uma integração mais efetiva entre tecnologia e metodologia.

Além disso, a resistência por parte de alguns professores também foi identificada como um fator que dificulta a adoção das tecnologias digitais. Essa resistência pode estar relacionada ao desconhecimento das ferramentas, à insegurança no uso ou à falta de apoio institucional. Dessa forma, torna-se essencial que as instituições de ensino ofereçam suporte e formação adequada para os docentes.

Outro aspecto observado diz respeito à infraestrutura das escolas, que muitas vezes não é suficiente para atender às demandas tecnológicas. Problemas como acesso limitado à internet, falta de equipamentos e manutenção inadequada podem comprometer o uso das tecnologias no ambiente escolar.

A desigualdade social também se reflete no acesso às tecnologias digitais, criando um cenário de exclusão para muitos alunos que não possuem dispositivos ou conexão de qualidade em casa. Esse fator impacta diretamente o processo de aprendizagem, especialmente em propostas que envolvem atividades online ou ensino híbrido.

A discussão dos resultados evidencia ainda que o uso das tecnologias digitais pode contribuir para a inclusão educacional, especialmente quando utilizadas para atender alunos com necessidades específicas. Ferramentas acessíveis e recursos adaptados possibilitam maior participação e autonomia desses estudantes no processo de aprendizagem.

Outro ponto importante refere-se à possibilidade de ampliar a comunicação entre professores e alunos por meio de plataformas digitais. Essa comunicação mais ágil favorece o acompanhamento do desempenho dos estudantes e permite intervenções pedagógicas mais rápidas e eficazes.

Além disso, as tecnologias digitais também facilitam a interação entre os próprios alunos, promovendo o trabalho colaborativo e a troca de conhecimentos. Ambientes virtuais de aprendizagem permitem a realização de atividades em grupo, fóruns de discussão e projetos colaborativos, fortalecendo a construção coletiva do conhecimento.

A utilização de metodologias ativas, associadas às tecnologias digitais, mostrou-se um fator importante para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem. Estratégias como a sala de aula invertida e o ensino híbrido incentivam a participação dos alunos e promovem maior autonomia.

No entanto, é fundamental que o uso dessas metodologias seja acompanhado de planejamento e objetivos bem definidos, garantindo que a tecnologia esteja a serviço da aprendizagem e não apenas como um recurso adicional.

Outro resultado observado é que o uso excessivo ou inadequado das tecnologias pode gerar distração e prejudicar o foco dos alunos. Por isso, é importante que o professor estabeleça limites e orientações claras sobre o uso dessas ferramentas.

A questão da segurança digital também se destaca como um ponto relevante, sendo necessário orientar os alunos sobre o uso responsável da internet, evitando riscos como exposição de dados pessoais e acesso a conteúdos inadequados.

Além disso, a presença das tecnologias digitais exige uma mudança na forma de avaliação da aprendizagem. Métodos tradicionais podem não ser suficientes para acompanhar o desenvolvimento dos alunos em ambientes digitais, sendo necessário adotar práticas avaliativas mais dinâmicas e contínuas.

Outro aspecto importante é a necessidade de integração entre escola, família e tecnologia. As ferramentas digitais podem facilitar essa comunicação, permitindo que os responsáveis acompanhem mais de perto o desempenho escolar dos alunos.

A análise dos resultados reforça ainda que a inovação tecnológica na educação deve estar alinhada às políticas públicas, garantindo investimentos em infraestrutura, formação docente e inclusão digital. Sem esse suporte, a utilização das tecnologias tende a ser limitada e desigual.

Por fim, destaca-se que o sucesso da integração das tecnologias digitais na educação depende de uma mudança de cultura nas instituições de ensino, que devem estar abertas à inovação e dispostas a repensar suas práticas pedagógicas.

Dessa forma, conclui-se que, embora existam desafios, às tecnologias digitais apresentam um grande potencial para contribuir com a melhoria da qualidade da educação, desde que utilizadas de forma consciente, planejada e integrada ao contexto educacional.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As tecnologias digitais representam uma importante ferramenta para o processo de ensino-aprendizagem, oferecendo diversas possibilidades para a melhoria da educação. Ao longo deste estudo, foi possível identificar que, apesar dos desafios, o uso adequado dessas tecnologias pode contribuir significativamente para o desenvolvimento dos alunos.

A formação dos professores, o acesso aos recursos e o planejamento pedagógico são fatores essenciais para o sucesso da integração das tecnologias na educação. Conclui-se que a tecnologia deve ser utilizada de forma consciente e estratégica, contribuindo para a construção de uma educação mais dinâmica, inclusiva e eficaz. Além disso, é importante destacar que as tecnologias digitais ampliam as possibilidades de acesso à informação, permitindo que os alunos explorem diferentes fontes de conhecimento de maneira rápida e interativa. Esse acesso contribui para a formação de estudantes mais autônomos e críticos.

Outro aspecto relevante refere-se à personalização do ensino, uma vez que as ferramentas digitais possibilitam adaptar conteúdos e atividades de acordo com o ritmo e as necessidades de cada aluno, favorecendo uma aprendizagem mais significativa.

Cabe ressaltar que o uso de plataformas educacionais, ambientes virtuais de aprendizagem e aplicativos pedagógicos pode enriquecer as práticas docentes, tornando as aulas mais atrativas e estimulantes para os estudantes.

Além disso, as tecnologias favorecem o desenvolvimento de habilidades importantes para o século XXI, como o pensamento crítico, a criatividade, a colaboração e a resolução de problemas, competências essenciais para a vida em sociedade.

Outro ponto importante é a possibilidade de promover o ensino híbrido, que combina momentos presenciais e online, ampliando as formas de aprendizagem e proporcionando maior

flexibilidade no processo educativo. A utilização de recursos multimídia, como vídeos, jogos, simulações e animações, também contribui para facilitar a compreensão de conteúdos complexos, tornando o aprendizado mais dinâmico e acessível. Entretanto, é necessário considerar que o uso das tecnologias exige planejamento e intencionalidade pedagógica, para que não se torne apenas um recurso superficial, sem impacto significativo na aprendizagem.

Além disso, a formação continuada dos professores é fundamental para que possam utilizar essas ferramentas de forma eficiente, explorando todo o seu potencial pedagógico e adaptando-as às necessidades dos alunos. Outro desafio relevante é a desigualdade no acesso às tecnologias, que pode gerar exclusão digital e comprometer a equidade no ensino. Por isso, é essencial que políticas públicas garantam o acesso a recursos tecnológicos para todos os estudantes.

A mediação do professor continua sendo indispensável, mesmo com o uso das tecnologias, pois é ele quem orienta, organiza e dá sentido ao processo de aprendizagem, evitando a dispersão e o uso inadequado dos recursos digitais.

Cabe destacar também a importância do uso responsável e ético das tecnologias, promovendo a educação digital e o desenvolvimento da consciência crítica em relação às informações disponíveis na internet. Além disso, as tecnologias podem facilitar a comunicação entre escola, alunos e famílias, fortalecendo o acompanhamento do processo educativo e promovendo maior integração entre os envolvidos. Outro aspecto a ser considerado é a necessidade de avaliação das práticas pedagógicas mediadas por tecnologia, garantindo que estejam contribuindo efetivamente para a aprendizagem dos alunos.

## REFERÊNCIAS

- MORAN, José. Metodologias ativas para uma educação inovadora. Campinas: Papyrus, 2015.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 2013.
- BACICH, Lilian; MORAN, José. Ensino híbrido. Porto Alegre: Penso, 2015.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017.

## FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: DESAFIOS E IMPORTÂNCIA NA PRÁTICA PEDAGÓGICA

**Autor(a):** Fernanda Machado Batista

### RESUMO

A formação continuada de professores é um elemento essencial para a melhoria da qualidade da educação, pois possibilita a atualização de conhecimentos e o aprimoramento das práticas pedagógicas. Este estudo tem como objetivo analisar a importância da formação continuada na atuação docente, bem como os desafios enfrentados nesse processo. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, fundamentada em autores que discutem a profissionalização docente e o desenvolvimento profissional. Os resultados apontam que a formação continuada contribui para a inovação pedagógica, melhoria do ensino e desenvolvimento de competências profissionais. No entanto, também são identificados desafios, como a falta de tempo, de incentivo institucional e de políticas públicas eficazes. Conclui-se que investir na formação continuada é fundamental para a construção de uma educação de qualidade.

**Palavras-chave:** formação continuada, professores, educação.

### INTRODUÇÃO

A educação está em constante transformação, exigindo dos professores atualização contínua para acompanhar as mudanças sociais, tecnológicas e pedagógicas. Nesse contexto, a formação continuada surge como um processo essencial para o desenvolvimento profissional docente. Do ponto de vista teórico, autores como Nóvoa (1992) destacam que a formação de professores não se limita à formação inicial, sendo necessário um processo permanente de aprendizagem ao longo da carreira. Essa perspectiva reforça a importância da formação continuada.

A relevância do tema justifica-se pela necessidade de melhorar a qualidade do ensino, considerando que professores bem preparados tendem a desenvolver práticas pedagógicas mais eficazes e inovadoras. Além disso, a formação continuada contribui para que os docentes possam lidar com desafios presentes no cotidiano escolar, como a diversidade em sala de aula, o uso de tecnologias e as novas demandas educacionais. A justificativa deste estudo baseia-se na

necessidade de compreender a importância da formação continuada e os desafios enfrentados pelos professores nesse processo.

Diante disso, surge o seguinte problema de pesquisa: qual é a importância da formação continuada para a prática pedagógica e quais são os desafios enfrentados pelos professores nesse processo? Assim, o objetivo deste trabalho é analisar a importância da formação continuada de professores, destacando suas contribuições para a prática pedagógica e os desafios enfrentados.

## **DESENVOLVIMENTO**

A formação continuada de professores é um processo que visa à atualização e ao aperfeiçoamento das práticas pedagógicas ao longo da carreira docente. Esse processo é fundamental para garantir uma educação de qualidade. Um dos principais benefícios da formação continuada é a possibilidade de atualização dos conhecimentos, permitindo que os professores acompanhem as mudanças no campo educacional. Novas metodologias, tecnologias e abordagens pedagógicas exigem constante aprendizagem. Além disso, a formação continuada contribui para o desenvolvimento de competências profissionais, como planejamento, avaliação e gestão da sala de aula. Essas competências são essenciais para o desempenho docente.

Outro aspecto importante é a reflexão sobre a prática pedagógica. A formação continuada possibilita que o professor analise suas ações, identifique pontos de melhoria e desenvolva estratégias mais eficazes. A troca de experiências entre professores também é um elemento relevante, pois permite o compartilhamento de práticas e a construção coletiva do conhecimento. Entretanto, a formação continuada enfrenta desafios, como a falta de tempo, a sobrecarga de trabalho e a ausência de incentivo por parte das instituições.

A continuidade da formação docente exige políticas públicas que incentivem e valorizem o desenvolvimento profissional dos professores. Programas de formação devem ser planejados de acordo com as necessidades reais dos docentes. A formação em serviço tem se destacado como uma estratégia eficaz, pois ocorre no próprio ambiente de trabalho, facilitando a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos.

Além disso, o uso de tecnologias pode ampliar o acesso à formação continuada, por meio de cursos online, plataformas digitais e ambientes virtuais de aprendizagem. Outro ponto relevante é a necessidade de uma formação que vá além da teoria, contemplando aspectos práticos e reflexivos. A articulação entre teoria e prática é fundamental para a melhoria da prática pedagógica. A valorização profissional também está diretamente relacionada à formação continuada. Professores que têm acesso a oportunidades de desenvolvimento tendem a sentir-se mais

motivados e valorizados. Por fim, destaca-se que a formação continuada deve ser vista como um processo permanente, que acompanha toda a trajetória profissional do docente.

A análise da literatura evidencia que a formação continuada de professores é um fator determinante para a melhoria da qualidade da educação. Professores que participam de processos formativos apresentam maior domínio dos conteúdos e utilizam metodologias mais eficazes. De acordo com Nóvoa (1992), a formação docente deve estar centrada na prática e na reflexão, permitindo que o professor desenvolva uma postura crítica em relação ao seu trabalho. Essa perspectiva valoriza o professor como protagonista de sua formação.

Entretanto, a efetivação da formação continuada ainda enfrenta desafios significativos. A falta de políticas públicas consistentes e de investimentos na área educacional limita o acesso dos professores a programas de formação. Outro aspecto importante refere-se à necessidade de alinhar a formação às demandas reais da escola. Programas desconectados da prática docente tendem a ter menor impacto. A discussão também evidencia que a formação continuada contribui para a inovação pedagógica, permitindo a adoção de metodologias ativas e o uso de tecnologias no ensino.

A ampliação da análise sobre a formação continuada de professores permite compreender que esse processo não deve ser concebido como um evento pontual ou uma exigência burocrática, mas como um movimento permanente de construção e reconstrução do saber docente, que se desenvolve ao longo de toda a trajetória profissional, articulando conhecimentos teóricos, experiências práticas e reflexões críticas sobre o fazer pedagógico, o que contribui significativamente para a melhoria da qualidade do ensino e para a valorização da profissão docente no contexto educacional contemporâneo.

Nesse sentido, a formação continuada assume um papel estratégico na promoção de práticas pedagógicas mais inovadoras, inclusivas e alinhadas às demandas da sociedade atual, marcada por transformações constantes no campo tecnológico, social e cultural, exigindo dos professores não apenas domínio de conteúdos, mas também a capacidade de adaptar-se a novas realidades, utilizar diferentes metodologias e atender à diversidade presente em sala de aula, o que reforça a necessidade de processos formativos que sejam dinâmicos, contextualizados e significativos.

Dessa forma, é possível afirmar que a formação continuada contribui diretamente para o desenvolvimento da identidade profissional do professor, uma vez que possibilita a construção de uma postura reflexiva e crítica em relação à própria prática, incentivando o educador a questionar, analisar e ressignificar suas ações pedagógicas, buscando constantemente aprimorar suas

estratégias de ensino e promover uma aprendizagem mais eficaz para seus alunos. Essa perspectiva está em consonância com o pensamento de Nóvoa, que destaca a importância da reflexão como elemento central na formação docente.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A formação continuada favorece a integração entre teoria e prática, permitindo que os conhecimentos adquiridos sejam aplicados no contexto real da sala de aula, o que contribui para a construção de saberes mais consistentes e relevantes. Quando o professor tem a oportunidade de refletir sobre sua prática à luz de referenciais teóricos, ele amplia sua compreensão sobre o processo educativo e desenvolve maior autonomia para tomar decisões pedagógicas fundamentadas.

Outro aspecto relevante refere-se à importância da formação colaborativa, que envolve a troca de experiências entre professores, a construção coletiva do conhecimento e o fortalecimento de redes de aprendizagem entre os profissionais da educação. Esse tipo de formação contribui para a valorização dos saberes docentes e para o desenvolvimento de uma cultura de colaboração no ambiente escolar, na qual os professores deixam de atuar de forma isolada e passam a compartilhar desafios, soluções e práticas bem-sucedidas.

Nesse contexto, a formação em serviço se apresenta como uma estratégia eficaz, pois ocorre no próprio ambiente de trabalho, permitindo que os professores reflitam sobre situações reais e desenvolvam intervenções pedagógicas mais adequadas às necessidades de seus alunos. Essa modalidade de formação possibilita uma articulação mais direta entre o conhecimento teórico e a prática cotidiana, favorecendo a construção de aprendizagens mais significativas.

Entretanto, é importante destacar que a efetivação da formação continuada enfrenta diversos desafios, como a sobrecarga de trabalho dos professores, a falta de tempo para participação em atividades formativas e a ausência de políticas públicas consistentes que garantam o acesso a programas de qualidade. Muitas vezes, os processos formativos são realizados de forma desarticulada, sem considerar as necessidades reais dos docentes e das escolas, o que compromete sua efetividade.

Outro ponto importante refere-se à necessidade de planejar programas de formação continuada que estejam alinhados às demandas do contexto escolar, considerando as especificidades de cada realidade, os desafios enfrentados pelos professores e os objetivos educacionais a serem alcançados. A formação deve ser significativa, contextualizada e centrada na prática, evitando abordagens genéricas que pouco contribuem para a melhoria do ensino.

Além disso, o uso das tecnologias digitais têm ampliado as possibilidades de formação continuada, permitindo que os professores tenham acesso a cursos online, webinars, plataformas de aprendizagem e comunidades virtuais de prática, o que facilita a atualização profissional e a troca de experiências, especialmente em contextos nos quais o acesso à formação presencial é limitado. No entanto, é necessário garantir que esses recursos sejam utilizados de forma crítica e reflexiva, evitando a superficialidade no processo formativo.

A formação continuada também desempenha um papel fundamental na promoção da inovação pedagógica, ao possibilitar que os professores conheçam e experimentem novas metodologias de ensino, como as metodologias ativas, o ensino híbrido e o uso de tecnologias educacionais, contribuindo para tornar as aulas mais dinâmicas, interativas e centradas no aluno. Essa inovação, no entanto, deve estar sempre alinhada aos objetivos pedagógicos e às necessidades dos estudantes.

Outro aspecto relevante é a relação entre formação continuada e valorização profissional, uma vez que o acesso a oportunidades de desenvolvimento contribui para o reconhecimento do trabalho docente e para o aumento da motivação dos professores, que se sentem mais preparados e confiantes para enfrentar os desafios da profissão. A valorização da formação deve ser acompanhada por políticas de carreira, remuneração adequada e condições de trabalho que favoreçam o desenvolvimento profissional.

Além disso, a formação continuada deve contemplar temas relevantes para a prática docente, como educação inclusiva, diversidade cultural, educação socioemocional, uso de tecnologias, avaliação da aprendizagem e gestão da sala de aula, garantindo que os professores estejam preparados para lidar com a complexidade do contexto educacional atual. Outro ponto importante refere-se à necessidade de promover uma cultura de formação permanente nas instituições de ensino, na qual o aprendizado contínuo seja valorizado e incentivado, tanto pela gestão escolar quanto pelos próprios professores, criando um ambiente propício ao desenvolvimento profissional e à inovação pedagógica.

A avaliação dos processos formativos também é fundamental para garantir sua qualidade e efetividade, sendo necessário analisar os resultados das ações de formação e seu impacto na prática pedagógica, de modo a identificar pontos de melhoria e ajustar as estratégias utilizadas. Além disso, a participação ativa dos professores na construção dos programas de formação é essencial, pois permite que suas necessidades, interesses e experiências sejam considerados, tornando o processo mais significativo e relevante. O professor deve ser visto como protagonista de sua formação, e não apenas como receptor de conteúdos.

Outro aspecto relevante é a importância do apoio institucional para a realização da formação continuada, garantindo condições adequadas, como tempo, recursos e incentivo à participação dos professores, o que contribui para a efetividade das ações formativas. A formação continuada também pode contribuir para a melhoria da aprendizagem dos alunos, uma vez que professores mais preparados tendem a utilizar estratégias mais eficazes, diversificadas e alinhadas às necessidades dos estudantes, promovendo um ensino de maior qualidade.

Além disso, a reflexão sobre a prática pedagógica possibilita a identificação de dificuldades e a busca por soluções mais adequadas, contribuindo para o desenvolvimento profissional e para a melhoria contínua do ensino. Outro ponto importante é a articulação entre formação inicial e continuada, garantindo que o processo formativo do professor seja coerente e progressivo, acompanhando as diferentes fases de sua carreira. A construção de comunidades de aprendizagem entre professores também pode fortalecer a formação continuada, promovendo a troca de experiências, o apoio mútuo e a construção coletiva do conhecimento.

Por fim, conclui-se que a formação continuada de professores é um elemento essencial para a melhoria da qualidade da educação, sendo necessário investir em políticas públicas, programas de formação contextualizados e estratégias que valorizem o professor como sujeito ativo de seu desenvolvimento profissional, garantindo que esse processo seja contínuo, significativo e alinhado às demandas da prática pedagógica, contribuindo para a construção de uma educação mais inovadora, inclusiva e eficaz.

## **OBJETO DE ESTUDO**

O objeto de estudo desta pesquisa centra-se na formação continuada de professores, compreendida como um processo permanente de desenvolvimento profissional que ocorre ao longo de toda a carreira docente, com o objetivo de aprimorar conhecimentos, práticas pedagógicas e competências necessárias ao exercício da docência. A investigação busca analisar como a formação continuada contribui para a melhoria da prática pedagógica, considerando sua influência na qualidade do ensino e no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos. Nesse sentido, o estudo enfoca a relação entre o processo formativo dos professores e a transformação das práticas educativas no contexto escolar.

Além disso, o objeto de estudo envolve a compreensão dos principais desafios enfrentados pelos docentes na participação em processos de formação continuada, tais como a falta de tempo, a sobrecarga de trabalho, a ausência de incentivo institucional e as limitações relacionadas às políticas públicas educacionais. A pesquisa também considera as diferentes modalidades de

formação continuada, incluindo cursos presenciais, formações em serviço, programas institucionais, cursos online e comunidades de aprendizagem, analisando suas contribuições para o desenvolvimento profissional docente.

Outro aspecto relevante do objeto de estudo refere-se à importância da articulação entre teoria e prática no processo formativo, destacando a necessidade de que os conhecimentos adquiridos sejam aplicáveis ao contexto real da sala de aula, contribuindo para a resolução de problemas cotidianos e para a melhoria das estratégias de ensino. A formação continuada é analisada também sob a perspectiva da construção da identidade profissional do professor, entendendo que esse processo formativo contribui para o fortalecimento da autonomia docente, da reflexão crítica e da capacidade de inovação pedagógica. Além disso, o estudo investiga o papel das instituições de ensino e da gestão escolar no incentivo à formação continuada, considerando a importância do apoio institucional para a efetivação de práticas formativas significativas.

Outro ponto que compõem o objeto de estudo é a relação entre formação continuada e inovação pedagógica, especialmente no que se refere à adoção de metodologias ativas, uso de tecnologias educacionais e práticas inclusivas que atendam à diversidade dos alunos. A pesquisa também busca compreender como a formação continuada pode contribuir para o desenvolvimento de competências essenciais no contexto educacional contemporâneo, como o pensamento crítico, a criatividade, a colaboração e a capacidade de adaptação às mudanças.

Além disso, considera-se a importância da formação continuada na promoção da inclusão educacional, capacitando os professores para atender alunos com diferentes necessidades, respeitando a diversidade e promovendo a equidade no ensino. Outro aspecto relevante é a análise da formação continuada como política pública, destacando a necessidade de investimentos e programas estruturados que garantam o acesso dos professores a oportunidades de desenvolvimento profissional de qualidade. A investigação também contempla a importância da formação continuada na melhoria dos processos de avaliação da aprendizagem, permitindo que os professores desenvolvam estratégias avaliativas mais eficazes e alinhadas aos objetivos pedagógicos.

Além disso, o estudo analisa o impacto da formação continuada na motivação e valorização profissional dos docentes, considerando que professores que têm acesso a oportunidades de formação tendem a sentir-se mais preparados, confiantes e reconhecidos em sua profissão. A formação continuada é, portanto, compreendida como um elemento fundamental para a construção de uma educação de qualidade, sendo necessário investigar suas contribuições e desafios no contexto educacional atual. Dessa forma, o objeto de estudo desta pesquisa está centrado na

análise da formação continuada de professores, considerando sua importância, suas contribuições para a prática pedagógica e os desafios enfrentados para sua efetivação.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa evidenciam que a formação continuada de professores desempenha um papel fundamental na melhoria da prática pedagógica, contribuindo para o desenvolvimento profissional docente e para a qualidade do ensino. Observa-se que professores que participam de processos formativos contínuos tendem a apresentar maior domínio dos conteúdos e maior capacidade de utilizar metodologias diversificadas em sala de aula, o que impacta positivamente o processo de aprendizagem dos alunos.

Além disso, a formação continuada favorece a reflexão sobre a prática pedagógica, permitindo que os professores analisem suas ações, identifiquem dificuldades e busquem estratégias mais eficazes para o ensino. Outro resultado importante refere-se ao desenvolvimento de competências profissionais, como planejamento, avaliação e gestão da sala de aula, que são aprimoradas por meio da participação em atividades formativas.

A pesquisa também evidencia que a formação continuada contribui para a inovação pedagógica, incentivando o uso de metodologias ativas e de tecnologias educacionais, tornando as aulas mais dinâmicas e interativas. No entanto, apesar dos benefícios, foram identificados diversos desafios que dificultam a efetivação da formação continuada. Entre eles, destaca-se a falta de tempo dos professores, devido à sobrecarga de trabalho e às múltiplas responsabilidades no ambiente escolar. Outro desafio relevante é a ausência de incentivo institucional, uma vez que nem todas as escolas oferecem condições adequadas para a participação dos docentes em atividades formativas.

A falta de políticas públicas consistentes também foi apontada como um fator que limita o acesso à formação continuada, evidenciando a necessidade de investimentos na área educacional. Além disso, observou-se que muitos programas de formação continuada não estão alinhados às necessidades reais dos professores, o que compromete sua efetividade e relevância. A discussão dos resultados reforça que a formação continuada deve estar diretamente relacionada à prática pedagógica, permitindo que os conhecimentos adquiridos sejam aplicados no cotidiano escolar.

Outro ponto importante é a valorização da formação em serviço, que possibilita a reflexão sobre situações reais e a construção de soluções práticas para os desafios enfrentados pelos professores. A pesquisa também destaca a importância da formação colaborativa, que promove a troca de experiências entre os docentes e a construção coletiva do conhecimento. Além disso, o

uso de tecnologias digitais têm ampliado as possibilidades de formação continuada, permitindo o acesso a cursos online e a comunidades virtuais de aprendizagem.

Entretanto, é necessário garantir que essas formações sejam realizadas com qualidade e que promovam uma aprendizagem significativa para os professores. Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de desenvolver uma cultura de formação contínua nas instituições de ensino, incentivando os professores a buscarem constantemente o aprimoramento profissional. A análise também evidencia que a formação continuada contribui para o fortalecimento da identidade profissional do professor, promovendo maior autonomia e segurança em sua atuação.

Além disso, professores que participam de processos formativos tendem a apresentar maior motivação e satisfação profissional, o que impacta positivamente o ambiente escolar. A formação continuada também se mostra importante para a promoção da inclusão educacional, capacitando os professores para atender à diversidade dos alunos. Outro ponto discutido refere-se à importância da avaliação dos programas de formação continuada, garantindo que estejam contribuindo efetivamente para a melhoria da prática pedagógica. A pesquisa reforça ainda a necessidade de integração entre formação inicial e continuada, garantindo um processo formativo coerente ao longo da carreira docente.

Além disso, destaca-se o papel da gestão escolar na promoção da formação continuada, sendo responsável por incentivar e apoiar a participação dos professores. Por fim, conclui-se que a formação continuada de professores é essencial para a melhoria da qualidade da educação, sendo necessário superar os desafios existentes e investir em políticas e práticas que garantam sua efetividade.

Dessa forma, a formação continuada deve ser compreendida como um processo permanente, reflexivo e articulado à prática pedagógica, contribuindo para a construção de uma educação mais inovadora, inclusiva e de qualidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A formação continuada de professores é essencial para a melhoria da qualidade da educação, contribuindo para o desenvolvimento profissional e para a inovação das práticas pedagógicas. Ao longo deste estudo, foi possível compreender que a atualização constante dos docentes é necessária para enfrentar os desafios do contexto educacional. Apesar das dificuldades, investir na formação continuada é fundamental para garantir um ensino mais eficaz e de qualidade. Conclui-se que a valorização dos professores e a implementação de políticas públicas adequadas são essenciais para o fortalecimento da formação continuada. Além disso, é importante destacar

que a formação continuada possibilita ao professor refletir sobre sua prática pedagógica, identificando pontos de melhoria e buscando estratégias mais eficazes para o processo de ensino-aprendizagem. Essa reflexão contribui para uma atuação mais consciente e intencional em sala de aula.

Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de atualização frente às constantes mudanças sociais, tecnológicas e educacionais, que exigem do professor novas competências e habilidades. Nesse contexto, a formação continuada torna-se indispensável para acompanhar essas transformações. Cabe ressaltar que a troca de experiências entre os docentes é um elemento enriquecedor nesse processo, permitindo a construção coletiva do conhecimento e o compartilhamento de práticas bem-sucedidas. Além disso, a formação continuada contribui para a inovação pedagógica, incentivando o uso de metodologias ativas, tecnologias educacionais e práticas inclusivas que atendam à diversidade dos alunos.

Outro ponto importante é o fortalecimento da identidade profissional do professor, que passa a se reconhecer como um agente fundamental na transformação da educação e no desenvolvimento da sociedade. A valorização do professor também está diretamente relacionada às oportunidades de formação, sendo necessário que as instituições de ensino e os sistemas educacionais ofereçam condições adequadas para a participação dos docentes em cursos, oficinas e programas de capacitação. Além disso, é fundamental que a formação continuada esteja alinhada às necessidades reais do contexto escolar, considerando os desafios enfrentados pelos professores em seu cotidiano.

Outro aspecto a ser considerado é a importância da formação em serviço, que ocorre no próprio ambiente escolar e permite a aplicação imediata dos conhecimentos adquiridos, tornando o processo mais significativo. A utilização de tecnologias digitais também pode ampliar as possibilidades de formação, por meio de cursos online, plataformas educacionais e comunidades virtuais de aprendizagem. Cabe destacar ainda a importância do apoio da gestão escolar, que deve incentivar e valorizar a participação dos professores em processos formativos, criando uma cultura de aprendizagem contínua na instituição. Além disso, políticas públicas eficazes são essenciais para garantir o acesso à formação continuada, promovendo programas estruturados e de qualidade para os docentes.

Outro fator relevante é a necessidade de reconhecer a formação continuada como um direito do professor e não apenas como uma obrigação, promovendo condições dignas de trabalho e valorização profissional. Dessa forma, ao considerar todos esses aspectos, reforça-se que a formação continuada de professores é um elemento fundamental para a construção de uma

educação de qualidade, sendo indispensável o compromisso de todos os envolvidos na valorização e no desenvolvimento da carreira docente.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 2013.
- NÓVOA, António. Os professores e sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992.
- TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.

## AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: PRÁTICAS, DESAFIOS E NOVAS PERSPECTIVAS

**Autor(a):** Fernanda Machado Batista

### RESUMO

A avaliação da aprendizagem é um elemento fundamental no processo educativo, sendo responsável por acompanhar e orientar o desenvolvimento dos alunos. Este estudo tem como objetivo analisar as práticas avaliativas, seus desafios e as novas perspectivas no contexto educacional. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, fundamentada em autores que discutem a avaliação educacional. Os resultados indicam que a avaliação deve ser compreendida como um processo contínuo e formativo, que contribui para a melhoria da aprendizagem. No entanto, ainda existem práticas tradicionais centradas na memorização e na classificação dos alunos. Conclui-se que é necessário repensar a avaliação, adotando estratégias mais inclusivas e que valorizem o desenvolvimento integral do estudante.

**Palavras-chave:** avaliação, aprendizagem, ensino.

### INTRODUÇÃO

A avaliação da aprendizagem é uma das dimensões mais importantes do processo educativo, pois permite acompanhar o desenvolvimento dos alunos e orientar as práticas pedagógicas. Tradicionalmente, a avaliação foi utilizada como instrumento de classificação, muitas vezes desconsiderando o processo de aprendizagem. Do ponto de vista teórico, autores como Luckesi (2011) defendem que a avaliação deve ser diagnóstica e formativa, contribuindo para a melhoria do ensino. Já Hoffmann (2009) destaca a importância de uma avaliação mediadora, que valorize o desenvolvimento do aluno.

A relevância do tema justifica-se pela necessidade de superar práticas avaliativas tradicionais, que muitas vezes não contribuem para a aprendizagem. Repensar a avaliação é essencial para promover uma educação mais justa e inclusiva. Além disso, a avaliação tem impacto direto na motivação dos alunos, podendo influenciar positivamente ou negativamente seu desempenho escolar. A justificativa deste estudo baseia-se na necessidade de compreender como a avaliação pode ser utilizada como instrumento de aprendizagem, e não apenas de classificação.

Diante disso, surge o seguinte problema de pesquisa: quais são os desafios das práticas avaliativas e como a avaliação pode contribuir para a melhoria da aprendizagem? Assim, o objetivo deste trabalho é analisar as práticas de avaliação da aprendizagem, destacando seus desafios e novas perspectivas no contexto educacional.

## **DESENVOLVIMENTO**

A avaliação da aprendizagem tem passado por diversas transformações ao longo do tempo, acompanhando as mudanças no campo educacional. Atualmente, busca-se uma avaliação que valorize o processo de aprendizagem, e não apenas os resultados. A avaliação diagnóstica é uma das etapas fundamentais, pois permite identificar o nível de conhecimento dos alunos antes do início do processo de ensino. Essa prática possibilita o planejamento de estratégias mais adequadas. A avaliação formativa, por sua vez, ocorre durante o processo de ensino, permitindo acompanhar o desenvolvimento dos alunos e realizar intervenções pedagógicas quando necessário. Além disso, a avaliação somativa, embora ainda utilizada, deve ser complementada por outras formas de avaliação que considerem o processo de aprendizagem. Outro aspecto importante é a diversidade de instrumentos avaliativos, como trabalhos, projetos, atividades em grupo e autoavaliação. Essas estratégias permitem uma análise mais ampla do desempenho dos alunos. O papel do professor é fundamental nesse processo, sendo responsável por planejar e aplicar avaliações que contribuam para a aprendizagem. A avaliação da aprendizagem enfrenta diversos desafios, entre eles a predominância de práticas tradicionais baseadas na memorização. Essas práticas muitas vezes não refletem o real desenvolvimento dos alunos. As novas perspectivas de avaliação propõem uma abordagem mais inclusiva e formativa, que valorize o desenvolvimento integral do estudante. Nesse contexto, a avaliação passa a ser um instrumento de aprendizagem. A autoavaliação é uma estratégia importante, pois permite que o aluno reflita sobre seu próprio processo de aprendizagem, desenvolvendo autonomia e responsabilidade. Além disso, o feedback é um elemento essencial na avaliação, pois orienta o aluno sobre seus avanços e dificuldades. A utilização de tecnologias também pode contribuir para a avaliação, por meio de plataformas digitais que permitem o acompanhamento do desempenho dos alunos. Outro ponto relevante é a necessidade de formação dos professores para a implementação de novas práticas avaliativas. Por fim, destaca-se que a avaliação deve estar alinhada aos objetivos de ensino, contribuindo para a melhoria da aprendizagem.

A análise dos estudos evidencia que a avaliação da aprendizagem deve ser compreendida como um processo contínuo, que acompanha o desenvolvimento do aluno e orienta as práticas

pedagógicas. Nesse sentido, a avaliação formativa se destaca como uma abordagem que contribui significativamente para a melhoria da aprendizagem. De acordo com Luckesi (2011), a avaliação deve ter caráter diagnóstico e inclusivo, permitindo identificar dificuldades e orientar intervenções pedagógicas. Essa perspectiva rompe com a lógica classificatória tradicional.

Além disso, Hoffmann (2009) destaca que a avaliação mediadora promove a construção do conhecimento, valorizando o processo de aprendizagem e respeitando o ritmo dos alunos. Entretanto, a implementação dessas práticas ainda enfrenta desafios, como a resistência de professores e a cultura escolar baseada na avaliação tradicional. Outro aspecto importante refere-se à necessidade de diversificar os instrumentos avaliativos, considerando as diferentes formas de aprendizagem dos alunos. A avaliação também deve ser utilizada como instrumento de inclusão, garantindo que todos os alunos tenham oportunidades de aprendizagem.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A ampliação da análise sobre a avaliação da aprendizagem no contexto educacional contemporâneo permite compreender que esse processo deve ser concebido como um instrumento pedagógico essencial para a promoção do desenvolvimento integral dos alunos, ultrapassando a visão tradicional que a restringe a um mecanismo de classificação e seleção, passando a assumir uma função diagnóstica, formativa e inclusiva, capaz de orientar as práticas pedagógicas e contribuir para a construção de uma aprendizagem mais significativa e contextualizada, alinhada às necessidades e potencialidades dos estudantes.

Nesse sentido, a avaliação deixa de ser um momento isolado ao final de um período letivo e passa a integrar o cotidiano da sala de aula, ocorrendo de forma contínua e sistemática, permitindo ao professor acompanhar o progresso dos alunos, identificar dificuldades e ajustar suas estratégias de ensino de maneira mais eficaz. Essa perspectiva reforça a importância da avaliação formativa, que se caracteriza pelo acompanhamento constante do processo de aprendizagem e pela realização de intervenções pedagógicas que favoreçam o avanço dos estudantes.

Dessa forma, a avaliação formativa contribui para a construção de um ambiente de aprendizagem mais acolhedor e menos punitivo, no qual o erro é compreendido como parte do processo de construção do conhecimento e não como um fracasso, o que favorece o desenvolvimento da autonomia, da confiança e da motivação dos alunos. Ao receber feedbacks constantes e orientações claras, o estudante passa a compreender melhor seus avanços e dificuldades, tornando-se mais consciente de seu próprio processo de aprendizagem.

Outro aspecto relevante refere-se à avaliação diagnóstica, que desempenha um papel

fundamental no início do processo educativo, permitindo ao professor identificar os conhecimentos prévios dos alunos e planejar suas ações pedagógicas de forma mais adequada. Essa prática possibilita a construção de um ensino mais contextualizado, que parte da realidade dos estudantes e considera suas experiências e saberes, favorecendo uma aprendizagem mais significativa.

Além disso, a avaliação somativa, embora ainda presente no contexto educacional, deve ser compreendida como parte de um conjunto mais amplo de práticas avaliativas, sendo necessário que seja complementada por instrumentos que valorizem o processo de aprendizagem e não apenas os resultados finais. Nesse sentido, é importante que a escola repense suas práticas avaliativas, buscando equilibrar diferentes formas de avaliação e evitar a predominância de métodos tradicionais baseados exclusivamente na memorização e na reprodução de conteúdos.

A diversificação dos instrumentos avaliativos constitui um elemento essencial para a construção de uma avaliação mais justa e inclusiva, uma vez que permite considerar as diferentes formas de aprendizagem dos alunos e valorizar suas múltiplas habilidades. Trabalhos em grupo, projetos interdisciplinares, apresentações orais, portfólios, atividades práticas e autoavaliações são exemplos de estratégias que possibilitam uma análise mais ampla do desempenho dos estudantes, contribuindo para uma compreensão mais completa de seu desenvolvimento.

Nesse contexto, a autoavaliação destaca-se como uma prática importante, pois incentiva o aluno a refletir sobre sua própria aprendizagem, reconhecendo seus avanços, dificuldades e estratégias de estudo, o que contribui para o desenvolvimento da autonomia e da responsabilidade. Ao participar ativamente do processo avaliativo, o estudante torna-se mais consciente de seu papel na construção do conhecimento e mais engajado em seu processo de aprendizagem.

O feedback, por sua vez, constitui um elemento central na avaliação formativa, pois orienta o aluno sobre seus erros e acertos, oferecendo subsídios para a melhoria de seu desempenho. Um feedback eficaz deve ser claro, construtivo e direcionado, indicando não apenas o que precisa ser melhorado, mas também como isso pode ser feito, contribuindo para o avanço do estudante.

Outro ponto importante refere-se ao papel do professor no processo avaliativo, que deve atuar como mediador da aprendizagem, planejando e aplicando avaliações que estejam alinhadas aos objetivos de ensino e às necessidades dos alunos, evitando práticas meramente classificatórias e buscando promover uma avaliação que contribua efetivamente para o desenvolvimento dos estudantes. Essa atuação exige conhecimento, sensibilidade e compromisso com a aprendizagem.

Entretanto, a implementação de práticas avaliativas mais inovadoras enfrenta desafios significativos, como a resistência por parte de alguns professores, que estão acostumados a modelos tradicionais de avaliação, e a cultura escolar que ainda valoriza a nota como principal

indicador de aprendizagem. Superar esses desafios exige mudança de mentalidade, formação continuada e apoio institucional.

Além disso, a avaliação deve ser compreendida como um instrumento de inclusão, garantindo que todos os alunos tenham oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento, independentemente de suas condições individuais. Nesse sentido, é fundamental adaptar os instrumentos e critérios avaliativos às necessidades dos estudantes, respeitando seus ritmos e estilos de aprendizagem e promovendo uma educação mais equitativa.

A utilização das tecnologias digitais também pode contribuir para a inovação das práticas avaliativas, oferecendo ferramentas que permitem o acompanhamento do desempenho dos alunos em tempo real, a realização de avaliações interativas e a análise de dados que auxiliam na tomada de decisões pedagógicas. No entanto, é necessário que essas tecnologias sejam utilizadas de forma crítica e planejada, evitando seu uso meramente instrumental.

Outro aspecto relevante é a necessidade de formação continuada dos professores para a implementação de novas práticas avaliativas, uma vez que muitos docentes não receberam preparo adequado para utilizar abordagens formativas e inclusivas. A capacitação profissional deve contemplar o estudo de diferentes instrumentos, estratégias e concepções de avaliação, possibilitando que os educadores desenvolvam competências necessárias para atuar nesse contexto.

A avaliação mediadora, conforme proposta por Hoffmann, destaca a importância de um acompanhamento próximo do aluno, valorizando o processo de aprendizagem e promovendo intervenções que favoreçam o desenvolvimento do conhecimento. Essa abordagem reforça a ideia de que a avaliação deve estar a serviço da aprendizagem e não da classificação. De acordo com Luckesi, a avaliação deve ter caráter diagnóstico e inclusivo, sendo utilizada como instrumento para identificar dificuldades e orientar ações pedagógicas, rompendo com a lógica excludente que historicamente marcou as práticas avaliativas. Essa perspectiva contribui para a construção de uma escola mais democrática e comprometida com o sucesso de todos os alunos.

Outro ponto importante refere-se à necessidade de alinhar a avaliação aos objetivos de ensino, garantindo que os instrumentos utilizados sejam coerentes com as competências e habilidades que se deseja desenvolver, evitando incoerências que possam comprometer a validade do processo avaliativo. Além disso, a avaliação deve considerar não apenas os aspectos cognitivos, mas também os aspectos socioemocionais, reconhecendo que o desenvolvimento do aluno é multidimensional e envolve diferentes dimensões. Essa abordagem contribui para uma compreensão mais ampla do processo educativo.

A participação dos alunos no processo avaliativo também deve ser incentivada, por meio de práticas como autoavaliação, coavaliação e avaliação por pares, que promovem a reflexão, o diálogo e a construção coletiva do conhecimento. Outro aspecto relevante é a importância de registrar o processo de aprendizagem dos alunos, utilizando instrumentos como portfólios, relatórios e observações sistemáticas, que permitem acompanhar o desenvolvimento ao longo do tempo e identificar progressos e dificuldades.

A construção de critérios avaliativos claros e transparentes também é fundamental, pois permite que os alunos compreendam o que se espera deles e como serão avaliados, contribuindo para a organização do estudo e para o desenvolvimento da autonomia. Além disso, a avaliação deve ser compreendida como um processo ético, que respeita a dignidade dos alunos e evita práticas que possam gerar constrangimento, ansiedade ou exclusão, promovendo um ambiente de respeito e valorização.

Outro ponto importante é a necessidade de envolver a família no processo avaliativo, compartilhando informações sobre o desenvolvimento dos alunos e orientando os responsáveis sobre como podem contribuir para a aprendizagem, fortalecendo a parceria entre escola e família. Por fim, conclui-se que a avaliação da aprendizagem deve ser compreendida como um processo contínuo, formativo e inclusivo, que acompanha o desenvolvimento do aluno e orienta as práticas pedagógicas, contribuindo para a construção de uma educação mais justa, democrática e significativa, na qual todos os estudantes tenham a oportunidade de aprender e desenvolver suas potencialidades de forma plena.

## **OBJETO DE ESTUDO**

O presente estudo tem como objeto de análise a avaliação da aprendizagem no contexto educacional, compreendida como um processo pedagógico complexo, contínuo e multifacetado, que desempenha um papel fundamental no acompanhamento do desenvolvimento dos alunos, na orientação das práticas docentes e na promoção de uma aprendizagem significativa, sendo necessário, portanto, compreender suas diferentes dimensões, finalidades e implicações no processo de ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, a investigação concentra-se na análise das práticas avaliativas desenvolvidas no ambiente escolar, considerando tanto as abordagens tradicionais, historicamente centradas na mensuração de resultados e na classificação dos alunos, quanto às novas perspectivas que propõem uma avaliação de caráter formativo, diagnóstico e inclusivo, voltada para o desenvolvimento integral dos estudantes e para a melhoria da qualidade do ensino.

Além disso, o objeto de estudo contempla a compreensão da avaliação diagnóstica como etapa inicial do processo educativo, cuja finalidade consiste em identificar os conhecimentos prévios dos alunos, suas dificuldades e potencialidades, possibilitando ao professor planejar estratégias pedagógicas mais adequadas às necessidades reais da turma, contribuindo, assim, para a construção de um ensino mais contextualizado e eficaz.

A avaliação formativa também se configura como elemento central desta pesquisa, sendo analisada como um processo contínuo e sistemático que ocorre ao longo de todo o percurso de aprendizagem, permitindo ao professor acompanhar o progresso dos alunos, identificar dificuldades emergentes e realizar intervenções pedagógicas oportunas, de modo a favorecer o desenvolvimento das competências e habilidades previstas nos objetivos educacionais.

Por sua vez, a avaliação somativa é considerada no âmbito deste estudo como um instrumento que, embora ainda amplamente utilizado no contexto escolar, necessita ser ressignificado e articulado a outras práticas avaliativas que valorizem o processo de aprendizagem, evitando a centralidade exclusiva na atribuição de notas e na classificação dos estudantes. Outro aspecto relevante que compõem o objeto de estudo refere-se à diversidade de instrumentos avaliativos, tais como trabalhos individuais e coletivos, projetos interdisciplinares, portfólios, atividades práticas, observações sistemáticas e processos de autoavaliação, os quais possibilitam uma análise mais abrangente e qualitativa do desempenho dos alunos, contribuindo para uma avaliação mais justa e coerente com as diferentes formas de aprendizagem.

A pesquisa também se propõe a analisar o papel do professor como mediador do processo avaliativo, destacando sua responsabilidade na elaboração de instrumentos, na definição de critérios e na condução de práticas que estejam alinhadas aos objetivos pedagógicos, promovendo uma avaliação que efetivamente contribua para o desenvolvimento dos alunos. Além disso, o estudo contempla a análise do feedback como elemento essencial no processo de avaliação, compreendido como uma estratégia pedagógica que orienta o aluno sobre seus avanços e dificuldades, fornecendo subsídios para a melhoria de seu desempenho e para a construção de uma aprendizagem mais consciente e reflexiva.

A autoavaliação, por sua vez, é investigada como uma prática que favorece o desenvolvimento da autonomia e da responsabilidade dos estudantes, na medida em que os incentiva a refletir sobre seu próprio processo de aprendizagem, reconhecendo suas conquistas e identificando aspectos que necessitam ser aprimorados. Outro ponto relevante do objeto de estudo refere-se à análise dos desafios enfrentados na implementação de práticas avaliativas inovadoras, incluindo a resistência à mudança por parte de alguns professores, a persistência de uma cultura

escolar tradicional centrada na avaliação classificatória e a insuficiência de formação docente voltada para novas abordagens avaliativas.

A pesquisa também considera a influência das políticas educacionais e das diretrizes curriculares na organização das práticas avaliativas, destacando a necessidade de alinhamento entre avaliação, objetivos de ensino e competências a serem desenvolvidas pelos alunos. Além disso, o estudo aborda a avaliação como instrumento de inclusão, enfatizando a importância de respeitar as diferenças individuais dos estudantes, adaptando os instrumentos e critérios avaliativos às suas necessidades específicas, de modo a garantir equidade no processo educativo.

O uso das tecnologias digitais na avaliação também integra o objeto de estudo, sendo analisado como uma possibilidade de inovação pedagógica que permite o acompanhamento mais dinâmico e contínuo da aprendizagem, ampliando as formas de interação entre professores e alunos. Outro aspecto considerado refere-se à importância da transparência nos critérios avaliativos, possibilitando que os alunos compreendam os objetivos das atividades propostas e os parâmetros utilizados na análise de seu desempenho, o que contribui para maior engajamento e participação no processo de aprendizagem.

Dessa forma, o objeto de estudo desta pesquisa consiste na análise aprofundada da avaliação da aprendizagem, considerando suas práticas, seus desafios e suas novas perspectivas, com o intuito de compreender como esse processo pode contribuir para a construção de uma educação mais inclusiva, reflexiva e significativa.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os resultados obtidos a partir da análise da literatura evidenciam que a avaliação da aprendizagem, quando concebida sob uma perspectiva formativa e diagnóstica, assume um papel fundamental no processo educativo, contribuindo de maneira significativa para o acompanhamento do desenvolvimento dos alunos e para a melhoria contínua das práticas pedagógicas adotadas pelos professores.

Nesse contexto, observa-se que a avaliação formativa se destaca como uma abordagem capaz de promover uma aprendizagem mais significativa, uma vez que permite ao professor acompanhar, de forma contínua e sistemática, o progresso dos estudantes, identificando suas dificuldades e potencialidades, o que possibilita a realização de intervenções pedagógicas mais adequadas e eficazes.

Além disso, os resultados indicam que a utilização de instrumentos avaliativos diversificados, como projetos, portfólios, atividades práticas e trabalhos colaborativos, contribui para uma análise

mais ampla e qualitativa do desempenho dos alunos, superando a limitação das práticas tradicionais centradas exclusivamente na aplicação de provas e na memorização de conteúdos.

A autoavaliação também se apresenta como uma estratégia relevante, na medida em que favorece o desenvolvimento da autonomia dos estudantes, incentivando-os a refletir sobre seu próprio processo de aprendizagem e a assumir uma postura mais ativa e responsável diante de sua formação. Outro aspecto que se destaca nos resultados refere-se à importância do feedback no processo avaliativo, sendo compreendido como um elemento essencial para orientar o aluno, indicando não apenas seus erros e acertos, mas também caminhos para a melhoria de seu desempenho, contribuindo para a construção de uma aprendizagem mais consciente e reflexiva.

Entretanto, apesar dos avanços teóricos e das novas perspectivas apresentadas na literatura, a pesquisa evidencia que ainda há uma predominância significativa de práticas avaliativas tradicionais no contexto escolar, caracterizadas pela ênfase na classificação dos alunos e na atribuição de notas, o que limita o potencial da avaliação como instrumento de aprendizagem.

A resistência à mudança por parte de alguns professores constitui um dos principais desafios identificados, estando frequentemente associada à falta de formação adequada para a implementação de práticas avaliativas inovadoras, bem como à influência de uma cultura escolar que valoriza modelos tradicionais de ensino. Além disso, a sobrecarga de trabalho docente e a falta de tempo para planejamento e reflexão também são apontadas como fatores que dificultam a adoção de práticas avaliativas mais dinâmicas e inclusivas.

A discussão dos resultados reforça a necessidade de investir na formação continuada dos professores, de modo a capacitá-los para o desenvolvimento de estratégias avaliativas que estejam alinhadas às demandas contemporâneas da educação e às necessidades dos alunos. Outro ponto relevante refere-se à importância de alinhar a avaliação aos objetivos de ensino, garantindo coerência entre o que se ensina e o que se avalia, de modo a promover uma aprendizagem mais significativa e contextualizada.

A pesquisa também evidencia que a avaliação deve ser compreendida como um instrumento de inclusão, sendo fundamental considerar as diferenças individuais dos alunos e adaptar os instrumentos avaliativos às suas necessidades, promovendo uma educação mais equitativa. O uso das tecnologias digitais surge como uma possibilidade de inovação no campo da avaliação, permitindo o acompanhamento mais detalhado do desempenho dos alunos e a realização de avaliações mais interativas e dinâmicas, embora sua efetividade dependa de planejamento e intencionalidade pedagógica.

Outro aspecto discutido refere-se à influência das práticas avaliativas na motivação dos

alunos, sendo observado que abordagens mais inclusivas e formativas tendem a aumentar o engajamento e a participação dos estudantes no processo de aprendizagem. Além disso, a transparência nos critérios de avaliação e a participação dos alunos no processo avaliativo contribuem para a construção de um ambiente educacional mais democrático e colaborativo.

A análise dos resultados evidencia ainda que a avaliação deve considerar não apenas os aspectos cognitivos, mas também os aspectos socioemocionais, reconhecendo a complexidade do processo de aprendizagem e a importância do desenvolvimento integral dos alunos. Por fim, conclui-se que a avaliação da aprendizagem, quando utilizada de forma planejada, consciente e articulada às práticas pedagógicas, constitui um instrumento essencial para a melhoria da qualidade da educação, sendo necessário superar os desafios existentes e promover uma mudança de concepção que valorize o processo de aprendizagem em sua totalidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A avaliação da aprendizagem é um elemento essencial no processo educativo, contribuindo para o acompanhamento e desenvolvimento dos alunos. Ao longo deste estudo, foi possível compreender a importância de práticas avaliativas que valorizem o processo de aprendizagem, e não apenas os resultados. A adoção de estratégias como avaliação formativa, autoavaliação e feedback contribui para a melhoria do ensino.

Conclui-se que é necessário repensar as práticas avaliativas, promovendo uma educação mais inclusiva, justa e eficaz. Além disso, é importante destacar que a avaliação da aprendizagem deve ser compreendida como um processo contínuo e sistemático, que acompanha o desenvolvimento do aluno ao longo de toda a trajetória escolar. Essa perspectiva permite identificar avanços, dificuldades e potencialidades, orientando a prática pedagógica.

Outro aspecto relevante refere-se à superação de modelos tradicionais de avaliação, centrados apenas na aplicação de provas e na atribuição de notas, que muitas vezes não refletem de forma fiel o aprendizado dos alunos. Nesse sentido, torna-se necessário adotar instrumentos diversificados. Cabe ressaltar que a avaliação formativa se destaca por possibilitar intervenções pedagógicas mais eficazes, uma vez que ocorre durante o processo de ensino, permitindo ajustes nas estratégias utilizadas pelo professor. Além disso, a autoavaliação contribui para o desenvolvimento da autonomia dos alunos, incentivando-os a refletir sobre seu próprio desempenho, reconhecer suas dificuldades e buscar melhorias. Outro ponto importante é o papel do feedback, que deve ser claro, construtivo e orientador, auxiliando o aluno a compreender seus erros e acertos, e indicando caminhos para o aprimoramento de sua aprendizagem.

A avaliação diagnóstica também desempenha um papel fundamental, pois permite identificar os conhecimentos prévios dos alunos antes do início de novos conteúdos, contribuindo para um planejamento pedagógico mais adequado. Além disso, é necessário considerar as diferenças individuais dos alunos, respeitando seus ritmos e estilos de aprendizagem, de modo a garantir uma avaliação mais justa e inclusiva.

Outro aspecto a ser considerado é a importância de utilizar instrumentos variados, como portfólios, projetos, trabalhos em grupo, observações, registros e atividades práticas, que possibilitam uma visão mais ampla do processo de aprendizagem. A avaliação deve estar alinhada aos objetivos de aprendizagem, garantindo coerência entre o que se ensina e o que se avalia, evitando práticas descontextualizadas. Cabe destacar também que a avaliação não deve ser utilizada como instrumento de punição, mas sim como uma ferramenta de apoio ao desenvolvimento dos alunos, contribuindo para a construção do conhecimento. Além disso, a participação dos alunos no processo avaliativo pode tornar a aprendizagem mais significativa, pois eles passam a compreender os critérios utilizados e a se envolver mais ativamente. Outro fator relevante é a importância da transparência nos critérios de avaliação, permitindo que os alunos saibam o que se espera deles e como serão avaliados. A formação continuada dos professores também é essencial para a melhoria das práticas avaliativas, possibilitando a atualização de conhecimentos e a adoção de novas estratégias. Além disso, a avaliação deve considerar não apenas os aspectos cognitivos, mas também os aspectos socioemocionais, reconhecendo a importância do desenvolvimento integral dos alunos.

Outro ponto importante é a utilização da avaliação como instrumento de reflexão para o próprio professor, que pode analisar sua prática pedagógica e buscar melhorias no processo de ensino. Cabe ressaltar que a cultura escolar precisa ser transformada para valorizar práticas avaliativas mais humanas e inclusivas, superando a visão meramente classificatória. Além disso, o envolvimento da família no processo avaliativo pode contribuir para um acompanhamento mais efetivo do desenvolvimento do aluno, fortalecendo a parceria entre escola e responsáveis. Outro aspecto relevante é a necessidade de políticas públicas que orientem e incentivem práticas avaliativas inovadoras, oferecendo suporte às instituições de ensino. A avaliação, quando bem utilizada, pode contribuir para a redução das desigualdades educacionais, ao identificar dificuldades e possibilitar intervenções mais adequadas. Além disso, o uso de tecnologias digitais pode auxiliar no processo avaliativo, por meio de plataformas que permitem o acompanhamento do desempenho dos alunos em tempo real. Outro ponto a ser considerado é a importância de respeitar o tempo de aprendizagem de cada aluno, evitando comparações e promovendo uma avaliação mais

individualizada. A avaliação também pode favorecer o desenvolvimento do pensamento crítico, ao propor atividades que estimulem a reflexão, a análise e a resolução de problemas. Além disso, é fundamental que a avaliação esteja integrada ao planejamento pedagógico, sendo pensada desde o início como parte do processo de ensino.

Outro aspecto importante é a valorização dos avanços dos alunos, reconhecendo seus esforços e progressos, o que contribui para a motivação e o engajamento. Cabe destacar ainda que a avaliação inclusiva deve considerar adaptações necessárias para atender alunos com necessidades específicas, garantindo equidade no processo. Além disso, a escuta ativa dos alunos pode contribuir para a construção de práticas avaliativas mais significativas, considerando suas percepções e experiências. Outro fator relevante é a necessidade de promover uma avaliação ética, baseada no respeito, na justiça e na valorização do estudante como sujeito ativo do processo educativo. A avaliação deve, portanto, ser compreendida como uma prática pedagógica essencial, que vai além da mensuração de resultados, assumindo um papel formativo e transformador.

Dessa forma, ao considerar todos esses aspectos, reforça-se que repensar as práticas avaliativas é fundamental para a construção de uma educação mais democrática, inclusiva e comprometida com o desenvolvimento integral dos alunos.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- HOFFMANN, Jussara. Avaliação mediadora. Porto Alegre: Mediação, 2009.
- LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 2013.
- LUCKESI, Cipriano. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez, 2011.